

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CAMPUS SOROCABA

DANIELE CRISTINA DA ROCHA E SILVA

**INTERFACES ENTRE REDUÇÃO DE DANOS E EDUCAÇÃO POPULAR EM UMA
INSTITUIÇÃO VOLTADA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
SOROCABA.**

Sorocaba

2015

DANIELE CRISTINA DA ROCHA E SILVA

**INTERFACES ENTRE REDUÇÃO DE DANOS E EDUCAÇÃO POPULAR EM UMA
INSTITUIÇÃO VOLTADA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
SOROCABA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação, Comunidade e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Roberto Vieira Garcia

Sorocaba

2015

Silva, Daniele Cristina da Rocha e.
S586i Interfaces entre redução de danos e educação popular em uma instituição voltada para população em situação de rua em Sorocaba. / Daniele Cristina da Rocha e Silva. -- 2015.
107 f. : 28 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba, Sorocaba, 2015

Orientador: Marcos Roberto Vieira Garcia

Banca examinadora: Luís Fernando Tófoli, Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira

Bibliografia

1. Pessoas desabrigadas. 2. Drogas – Abuso – Aspectos sociais. 3. Humanização dos serviços de saúde. I. Título. II. Sorocaba-Universidade Federal de São Carlos.

CDD 362.5

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Campus Sorocaba.

DANIELE CRISTINA DA ROCHA E SILVA

**INTERFACES ENTRE REDUÇÃO DE DANOS E EDUCAÇÃO
POPULAR EM UMA INSTITUIÇÃO VOLTADA PARA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SOROCABA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação para obtenção do título de
mestre em Educação.

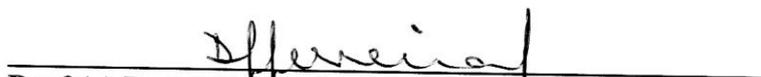
Universidade Federal de São Carlos.
Sorocaba, 26 de fevereiro de 2015.

Orientador(a):

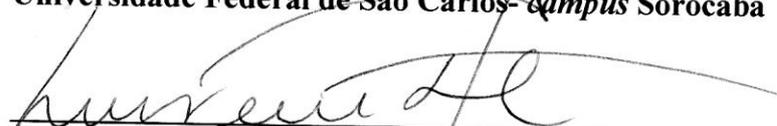


Prof.(a) Dr.(a) Marcos Roberto Vieira Garcia
Universidade Federal de São Carlos – *Campus* Sorocaba

Examinadores(as):



Prof.(a) Dr.(a) Dulcineia de Fátima Ferreira Pereira
Universidade Federal de São Carlos – *Campus* Sorocaba



Prof.(a) Dr.(a) Luis Fernando Tófoli
Universidade de Campinas

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ivone Aparecida Duarte da Rocha e Silva e Claudio Cesar da Silva, por todo o apoio, por me apoiarem nas minhas angústias, nas batidas de portas e nos pedidos “me deixem aqui” (que na realidade era “ainda bem que ainda se lembram da minha existência nesse quarto”). Só tenho que agradecer todo apoio nesses dois anos (na realidade, todos os anos) de estudos.

À minha irmã, Aline Cristina da Rocha e Silva, que mesmo longe esteve me ajudando em todo esse processo.

Ao meu orientador, Marcos Roberto Vieira Garcia, que me deu possibilidade de olhar o mundo de outra forma entrando em contato com essas pessoas que tanto sofrem preconceitos e repressões.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, pelo apoio, indicações de textos e as melhores conversas de corredor (sempre indicando alguma luz).

Aos membros da banca, Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira e Luís Fernando Tófoli, pelo acolhimento e orientações quanto a um melhor caminho.

Aos meus amigos, funcionários e frequentadores da Associação “Pode Crer”, aos quais gostaria de fazer dedicatórias e agradecimentos individuais, que ficam guardados para os nossos frequentes (re)encontros.

Aos meus familiares, amigos e companheiros da Pedagogia (que em vários momentos deixaram suas coisas de lado para me auxiliar nas dúvidas de escrita ou para acolher meus medos).

Ou seja, a todos que de alguma forma fizeram parte desses dois anos da minha vida.

**Eu já disse quem sou Ele.
Meu desnome é Andaleço.
Andando devagar eu atraso o final do dia.
Caminho por beiras de rios conchosos.
Para as crianças da estrada eu sou o Homem do Saco.
Carrego latas furadas, pregos, papéis usados.
(Ouço harpelos de mim nas latas tortas.)
Não tenho pretensões de conquistar a inglória perfeita.
Os loucos me interpretam.
A minha direção é a pessoa do vento.
Meus rumos não têm temômetro.
De tarde arborizo pássaros.
De noite os sapos me pulam.
Não tenho carne de água.
Eu pertença de andar atoamente.
Não tive estudamento de tomos.
Só conheço as ciências que analfabetam.
Todas as coisas têm ser?
Sou um sujeito remoto.
Aromas de jacintos me infinitam.
E estes ermos me somam.
(Manoel de Barros, O andarilho)**

RESUMO

SILVA, D. C. R. Interfaces entre redução de danos e educação popular em uma instituição voltada para população em situação de rua em Sorocaba. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

O objetivo geral desse trabalho foi analisar a concepção de educação implícita nas atividades desenvolvidas pela Associação “Pode Crer”, buscando compreendê-las a partir do diálogo com a Educação Popular e com as Políticas de Humanização da Saúde. A pesquisa foi desenvolvida por meio da observação participante, a partir de um ano de acompanhamento das atividades desenvolvidas por essa Associação (*Drop in*, Redução de Danos, Casa de Passagem e algumas atividades extras). A análise mostrou diversas interfaces entre a proposta de Redução de Danos e Educação Popular nas atividades desenvolvidas pela “Pode Crer”. Também se pôde perceber como os referenciais utilizados para uma maior compreensão dessa Associação possuem um ponto comum: a humanização. Assim, trata-se de um relevante trabalho de credibilização dessa atividade que está acontecendo na invisibilidade, porém com grande potencial de promoção de educação para os sujeitos que vivenciam as mais diversas vulnerabilidades, a partir da gestão comum, da corresponsabilidade, do acolhimento incondicional, escuta radical, diálogo horizontal e diversos aspectos que favorecem aprendizagens significativas no dia a dia dessas pessoas.

Palavras-chave: Educação. Redução de Danos. Política Nacional de Humanização. Uso problemático de drogas. População em situação de rua.

ABSTRACT

SILVA, D. C. R. Interfaces between harm reduction and popular education in an institution focused on the population living on the streets of Sorocaba. 2015. Dissertation. (Master's Degree in Education) – Federal University of São Carlos. Sorocaba, 2015.

The main objective of this study was to analyze the conception of education that is implicit in the activities developed by the association "Pode Crer", seeking to understand them from the dialogue between Popular Education and the Health Humanization Policy. The research was conducted by one year of participant observation during which the activities developed by this Association (Drop in, Harm Reduction, Halfway House and some extra activities) were accompanied. The analysis showed several interfaces between the proposal of Harm Reduction and Popular Education on the activities developed by "Pode Crer". It could be also seen how the references used for a better understanding of this Association have a common point: the humanization. Thus, it is an important credibility work of this activity that happens in the invisibility, although with great potential to promote education for the subjects who experience many vulnerabilities from the common management, from shared responsibility, unconditional acceptance, radical listening, horizontal dialogue and aspects that promote meaningful learning at the everyday life of this people.

Keywords: Education. Harm Reduction. National Humanization Policy. Problematic drug use. People living on the streets.

LISTA DE FIGURAS

Foto 1: Fonte: página do <i>facebook</i> da Associação "Pode Crer" (21/02/2013)	67
Foto 2: Fonte: página do <i>facebook</i> da Associação "Pode Crer" (21/02/2013)	68
Foto 3: Fonte: página do <i>facebook</i> da Associação "Pode Crer" (21/02/2013).....	68
Foto 4: Foto tirada por um dos redutores de danos no dia do campo e posteriormente publicada no perfil do <i>facebook</i> da Associação "Pode Crer" (07/07/2014).....	89

LISTA DE SIGLAS

CRP – Conselho Regional de Psicologia

CRR – Centro de Referência Regional

COAS – Centro de Orientação e Apoio Sorológico

EP – Educação Popular

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FLAMAS – Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONG – Organização Não Governamental

PNH – Política Nacional de Humanização

PRD – Programas de Redução de Danos

RD – Redução de Danos

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, EDUCAÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS: POSSIBILIDADES DE HUMANIZAÇÃO NA SAÚDE.....	22
1.1. A população em situação de rua.....	22
1.2. Educação Popular e humanização.....	31
1.3. Política de Humanização da saúde.....	40
1.4. Redução de Danos e Tratamento Comunitário: modelos não repressivos em saúde.....	44
1.5. Redução de Danos e Educação: possíveis articulações.....	51
2. “PODE CRER”: UM ESPAÇO PARA (COM) TODOS.....	57
2.1. Drop in.....	66
2.2. Redução de Danos.....	86
2.3. Casa de Passagem.....	94
2.4. Intervenções extras.....	97
3. ALGUMAS APRENDIZAGENS.....	100
4. REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

Este trabalho escrevo com todas as borboletas que estão fervilhando em meu estômago prestes a sair pela minha boca ou, melhor, pelos meus gritos. Elas representam todas as minhas inquietações, angústias e bons sentimentos presentes no decorrer da minha trajetória de estudo e contato com a população em situação de rua. Trajetória essa que se iniciou em 2010, a partir da iniciação científica, e existiu como divisor de águas na minha vida pessoal e profissional, proporcionando-me novos olhares, nova visão de mundo e aproximando-me da Educação. Ou será que a Educação que me aproximou a essas pessoas?

Esse contato inicia-se em 2010, momento em que tive a oportunidade de ingressar numa universidade pública, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Nesse ano, estava finalizando a graduação em Psicologia. Mesmo em meio a toda correria, sabia que não poderia perder a oportunidade de cursar uma graduação que tanto me era significativa, o curso de Pedagogia. A educação sempre me fascinou. Entrei na Psicologia sempre pensando numa possibilidade realizar trabalhos com foco na educação. Foi a partir do ingresso na UFSCar que comecei a repensar as possibilidades de entrelaçar-me à Educação.

Já no início da graduação em Pedagogia, pude entrar num programa de Iniciação Científica de 2010 a 2012, por meio do qual conheci e comecei a acompanhar regularmente o trabalho realizado pela Associação “Pode Crer” e, assim, tive os primeiros contatos com a população em situação de rua (SILVA; GARCIA, 2013).

Nesse processo da pesquisa, começaram a fervilhar algumas inquietações. Percebia, tanto através de entrevistas quanto no contato diário, como essas pessoas em situação de alta vulnerabilidade social não enxergavam a educação nas suas vidas – não gostavam de rememorar as experiências escolares e também não percebiam a presença da educação não-escolar em suas vidas. Um dos tópicos da entrevista semiestruturada realizada na pesquisa de iniciação científica propunha que as pessoas descrevessem suas experiências escolares ou de educação. Nas respostas, era notável o quão recorrentemente elas se esquivavam do tema e, quando falavam, referiam quase exclusivamente a experiências de indisciplina, do mau comportamento ou abandono. Na observação dessas pessoas, podíamos perceber os aspectos que valorizavam em educação: viam os profissionais graduados como “superiores” e não reconheciam seus próprios saberes, percebendo como conhecimento somente o ensinado na escola. Por outro lado, eu percebia educação em todos os espaços: na forma como viviam nas ruas e possuíam suas regras, como percebiam as horas (através dos toques da igreja), nas poesias que escreviam/escrevem, no artesanato que produzem, ou até

mesmo nas oficinas que participam etc. Acredito que as aprendizagens e conhecimentos nos permeiam em nossas vidas e não precisam necessariamente ser científicos para serem valorizados.

A Educação aqui proposta é pensada a partir de uma perspectiva diferenciada. Tal perspectiva acredita que todos ambientes, não somente os institucionalizados e escolares, proporcionam um contato com a educação e os mais diversos saberes. Dessa forma, reconhece as mais variadas formas de conhecimentos como conhecimentos relevantes, não valorizando somente o saber “dominante”, mas também os saberes populares:

Ao existir dentro e além de situações formais de ensinar-e-aprender (...), a educação popular é uma entre outras práticas sociais cuja especificidade é lidar com o saber, com o conhecimento. Com relações de intercâmbio de saberes entre educadores eruditos e sujeitos populares, não através do “saber em si”, mas através da prática de classe que o torna, finalmente, mais do que um saber necessário, aquilo a que pode ser dado o nome de um saber orgânico¹ (BRANDÃO, 2006, p. 51).

O desejo de compreender como os processos educativos ocorrem nas experiências da população em situação de rua e/ou vulnerabilidade acabou por me levar a um acompanhamento do trabalho realizado pela Associação “Pode Crer” e aos agentes nela envolvidos. Dessa aproximação, pude recolher elementos para a descrição e análise das atividades desenvolvidas pela Associação pensando-as como possibilidades educativas. Acreditamos que, ao revelarmos estas experiências, contribuímos para maior credibilidade das mesmas. Uma vez que, no geral, práticas como essas são invisibilizadas pelo sistema em que vivemos. A pesquisa pretende trazer à tona a potência dessa experiência reafirmando-a como um exemplo e proposta contra-hegemônica (SANTOS, 2006).

Este trabalho busca compreender possíveis articulações entre as atividades desenvolvidas pela Associação “Pode Crer” e a Educação.

Na questão metodológica, inspirei-me em algumas contribuições de Minayo (2004) em seu livro “Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde” e em outros estudiosos que pensam a observação participante. A estudiosa reconhece que nenhuma teoria e nenhum conhecimento são isentos de interesse, de preconceitos e de incursões subjetivas. A autora compreende as metodologias de pesquisa qualitativa como:

[...] aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas

¹ O saber da classe da comunidade. Para Brandão é preciso passar do saber da comunidade (saber popular) para o saber das classe da comunidade (saber orgânico).

tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 2004, p. 10).

Minayo (2004) percebe o processo da pesquisa com uma dinâmica própria na busca de uma objetivação do conhecimento, uma busca que é inacabada porque nas ciências humanas sempre existirá um produto “provisório”, uma vez que integra a historicidade do processo social e a construção teórica. Assim, se dá o que chama de “ciclo da pesquisa”. Esse processo de trabalho acontece dialeticamente: termina num produto provisório e recomeça nas interrogações lançadas pela análise final. Uma vez que percebe que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação.

Segundo Minayo (2004), a pesquisa social é uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

A autora reconhece a importância da fase exploratória da pesquisa, pois acredita que ela, em si, pode ser considerada uma Pesquisa Exploratória, pois consiste na

[...] etapa de escolha do tópico de investigação, de delimitação do problema, de definição do objeto e dos objetivos, de construção do marco teórico conceitual dos instrumentos de coleta de dados e da exploração do campo (MINAYO, 2004, p. 88).

Neste trabalho, a fase exploratória foi realizada a partir da “observação participante”, técnica que pôde propiciar um detalhado acesso ao ambiente e à organização do cotidiano institucional, inclusive dos projetos e atividades desenvolvidas pela Associação “Pode Crer”². Por meio de um trabalho de cunho qualitativo, buscou-se escrever e compreender aspectos educativos observados no decorrer de um ano, registrados no Diário de Campo, relacionando-os com a Educação Popular.

Valladares (2007), a partir do estudo aprofundado de William Foote Whyte, autor do livro “Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada”, no qual relata sua experiência de observação participante, descreve os “dez mandamentos” da observação participante: a observação participante é necessariamente um processo longo, pois precisa “negociar” para entrar no campo, e o tempo é um pré-requisito para estudos que envolvem comportamento e a ação de grupos; o pesquisador inicialmente não conhece a população e o território pesquisado, ele está “aterrissando” de “paraquedas” num local desconhecido; a “observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado” (p. 154),

² Associação da cidade de Sorocaba que atende pessoas em situação de rua e/ou situação de vulnerabilidade social a partir do Tratamento Comunitário e Redução de Danos.

as informações que obtém dependem da relação que estabelece com o grupo estudado e o pesquisador jamais será “nativo” do local por mais que esteja inserido nele; o pesquisador deve-se mostrar diferente do grupo pesquisado (já que não poderá ser “nativo”), seu papel de pesquisador terá que ser sempre afirmado e reafirmado para não enganar os outros e nem a si próprio; observação participante não se faz sem um “Doc”³ que, ao mesmo tempo em que “abre as portas” para o contato com as pessoas da localidade, contribui com a pesquisa como um informante-chave (esclarece as incertezas), é como um “assistente informal”; o pesquisador sempre desconhece sua imagem junto ao grupo pesquisado, seus passos durante o trabalho de campo são conhecidos por alguns membros da localidade, é observador, mas está a todo tempo sendo observado; a observação participante implica em saber ouvir, escutar, ver, ou seja, fazer uso de todos os sentidos e saber a hora certa de fazer perguntas (as entrevistas formais muitas vezes são desnecessárias); o pesquisador precisa desenvolver uma rotina de trabalho, não pode desanimar diante da rotina e precisa registrar sistematicamente notas em diário de campo, sua presença constante também passa confiança para a população estudada; o pesquisador aprende com os erros que comete em campo e deve tirar proveito deles; o pesquisador é “cobrado” de uma “devolução” do trabalho.

Alguns pontos desses mandamentos não aconteceram neste trabalho, pois já tinha um prévio envolvimento com a Associação estudada e seus envolvidos, assim, não era um território desconhecido e nem tive dificuldades de adentrar a população.

A Observação Participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam não apenas como uma estratégia no conjunto da investigação, mas como um método em si mesmo, para compreensão da realidade (MINAYO, 2004, p. 134-135).

Minayo (2004, p. 100) também vai pensar sobre a observação participante, valorizando o diário de campo como forma de registro dos dados coletados que, posteriormente, contribui para análise:

De acordo com os objetivos da pesquisa, deve-se estabelecer a forma e o conteúdo dessa atividade fundamental na abordagem qualitativa, ainda que no processo da investigação se perceba a necessidade de realizar mudanças. Lembramos que toda a observação deve ser registrada num instrumento que convencionamos chamar DIÁRIO DE CAMPO. Desse caderno constam todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam

³ Termo utilizado por William Foote Whyte para definir um informante-chave, um mediador com bom acesso à localidade estudada, desempenha papel de conselheiro e de protetor (VALLADARES, 2007).

respeito ao tema da pesquisa. Fala, comportamentos, hábitos, usos, costumes, celebrações e instituições compõem o quadro das REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

Rui (2012), em sua tese, buscou pesquisar usuários de drogas nos seus próprios contextos de uso. Nela, reconhece a importância do diário de campo no acompanhamento dos envolvidos ao longo do tempo. “A cada semana uma descobertazinha. O caderno de campo, nesse sentido, foi fundamental. Ele me permitiu anotar cada fato observado e, ao fim, é só através dele que consegui tecer uma colcha com os retalhos coletados” (RUI, 2012, p. 48).

Segundo Minayo (2004), a pesquisa social trabalha com pessoas, com atores sociais em relação e com grupos específicos. Reconhece os sujeitos de investigação como construídos teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo. No campo, fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando um produto novo e confrontante tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos, num processo mais amplo de construção de conhecimentos. É neste sentido que este trabalho se construiu, na interação dos sujeitos da investigação com a pesquisadora, a qual pode trazer as mais diversas reflexões em prol da construção de conhecimento (conhecimento esse que não é estático e nem acabado, uma representação do momento da pesquisa) por meio de uma compreensão do trabalho de campo a partir do referencial teórico da Educação Popular e das Políticas Públicas em Saúde.

Nesse trabalho, buscamos tomar os cuidados possíveis para que os envolvidos não sejam identificados, tanto os profissionais da Associação como os frequentadores⁴. A divulgação do nome da Associação e de suas fundadoras foi autorizada por elas e documentada (até por solicitação da própria coordenação, por acreditar que o presente possibilite uma maior repercussão dessa importante prática local). Para garantir a não identificação dos demais participantes da pesquisa, utilizarei de nomes fictícios no decorrer do texto.

Como pesquisadora, procurei, no decorrer de toda a pesquisa, focar tanto os aspectos físicos da instituição (o espaço concreto, as atividades desenvolvidas) como os pessoais/grupais (de todos agentes envolvidos). Estive ciente de que não poderia me colocar neutra nesse espaço.

Como anteriormente dito, esta pesquisa surgiu a partir de um prévio envolvimento e trabalho com a população em situação de rua e/ou de alta vulnerabilidade social da cidade

⁴ Escolho chamar os sujeitos participantes desse estudo de “frequentadores” do espaço, uma vez que o termo “usuários” pode estar muito associado ao uso de drogas e marcado de forma pejorativa. Muitas vezes, esses frequentadores podem ser chamados de educandos pela educação desenvolvida na Associação.

de Sorocaba, como também com a Associação que os atende. Percebo que, na função de pesquisadora, acabei envolvida pelas minhas “marcas” e o trabalho desenvolveu-se a partir das inquietações geradas por elas.

Segundo Rolnik (1993), as marcas são os estados inéditos produzidos em nosso corpo, toda vez que nosso equilíbrio é rompido por uma violência vivida por nós a partir das próprias composições que estamos vivendo (tanto do campo visível como do invisível), desestabilizando esse corpo. Esses estados inéditos acarretam uma necessidade de criar um outro corpo, existência nova (novas formas de pensar, sentir e agir). Assim, as marcas são sempre gênese de um devir.

Enquanto estamos vivos, novas marcas vão sendo impressas em nossos corpos. Estamos sempre tomados por essa espécie de desassossego, que são esses circuitos de reatualização sempre que as marcas voltam a nos tocar. Estamos, assim, num constante devir, numa constante transformação sempre que as marcas começam a nos incomodar e a nos forçar uma mudança (ROLNIK, 1993)

É nesse devir que busquei desenvolver esse trabalho: no devir constante como pesquisadora, a própria “Pode Crer” e as atividades desenvolvidas por ela estão em constante devir, como também todos os agentes/sujeitos envolvidos nela. Por isso, a impossibilidade de produzir um trabalho com respostas definitivas, com um resultado final; o trabalho desempenhado será constituído de considerações a partir de um estudo em constante movimento. Considerações que, por sua vez, podem ser relevantes aos agentes envolvidos nessa pesquisa (como valorização, divulgação e estudo de suas práticas). Também poderá contribuir para que novos estudos visibilizem as novas práticas.

Nossas escolhas, como pesquisadores, não se fazem de forma aleatória, não são neutras e acabam surgindo de nossas vivências, das nossas marcas. Se escolho estudar educação, mais especificamente na vida da população em situação de rua, e, mais ainda, as propostas alternativas e não-repressivas de cuidado e atendimento para esses sujeitos, é porque, de alguma forma, fui marcada e tocada por essas temáticas. Fico incomodada por seus conhecimentos não serem reconhecidos e valorizados ou com o processo de exclusão imposto pela sociedade, evidenciado por políticas públicas de confinamento desenvolvidas, falta de visibilidade e todas outras violências vivenciadas por esses sujeitos, os “excluídos invisíveis” (NERY FILHO, 2010).

Rolnik (1993) descreve como as marcas atuam no pensamento (assim, na nossa escrita, no trabalho acadêmico). Para ela, nosso pensamento funciona pelo constrangimento gerado pela violência das marcas que em nosso corpo vão tecendo composições, conexões.

Nessa perspectiva, o pensamento não é fruto da vontade do sujeito, ele é forçado a pensar pelas marcas, se deixa violentar por elas, que são vividas sempre em contato com outros corpos, assim, são marcas coletivas.

Escrevo aqui para tratar minhas inquietações (ROLNIK, 1993), as marcas que se formaram no meu corpo desde antes do contato com essas pessoas (tanto os funcionários como as pessoas em vulnerabilidade) que, de alguma forma, estão desenvolvendo práticas alternativas ao modelo hegemônico, gritando por alguma mudança. Estão reclamando e, assim como eu, inquietos/afetados pelas marcas da exclusão: exclusão de uma sociedade que impõe padrões do modo de ser de um homem marcado por sua produtividade e lucro, com padrões estéticos e morais pré-definidos. E os que não se enquadram ficam condenados a essa exclusão, que pode ser considerada uma “marca”, que desencadeia os demais questionamentos desse projeto. A partir dela, surgem os mais diversos gritos e necessidades.

Assim, a presente pesquisa é baseada na experiência de um ano de observação participante do dia a dia desse espaço que atende população em situação de rua, com alta vulnerabilidade social, na cidade de Sorocaba: a Associação “Pode Crer”. O objetivo principal é o de identificar e revelar os aspectos educativos presentes nas ações voltadas à população em situação de rua, buscando compreender se as atividades desenvolvidas por essa Associação (com base na Redução de Danos e Tratamento Comunitário) podem ser percebidas como Educação Popular.

Na pesquisa, acabei por utilizar técnicas e fontes das mais variadas para poder recolher elementos necessários para acompanhar e descrever os processos educativos na “Pode Crer”:

- Diário de campo;
- Relatos nas redes sociais;
- Encontros externos (fóruns, simpósios, saraus, eventos culturais, teatros etc.);
- Textos e literaturas das idealizadoras do projeto;
- Documentos expostos na Associação;
- Reportagens a jornais com fala dos profissionais.

Algumas considerações

Antes de iniciar os capítulos, situo a cidade onde o estudo foi realizado e na qual Associação “Pode Crer” está inserida: a cidade de Sorocaba.

Atualmente, Sorocaba é uma das cidades mais populosas do país, tendo o 14º lugar (não considerando as capitais) no levantamento divulgado em 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com 637.187 habitantes em seus 449,1 km² de extensão territorial (CRUZEIRO DO SUL, 2014).

É uma cidade que possui uma forte característica de controle do espaço urbano por parte da elite, característica que historicamente vem sendo construída. O desenvolvimento histórico da cidade de Sorocaba apresenta singularidades, as quais acarretaram numa limitação da autonomia política da localidade, a partir de “determinações que regulavam o uso do espaço urbano segundo preceitos higiênicos e de salubridade, como a proibição da divagação de mendigos e doentes” ou de “enterramento no interior das igrejas e as condições de tratamento médico da população” (BADINNI, 2005, p. 31).

Segundo Badinni (2005), Sorocaba foi uma região de ocupação antiga, desbravada desde metade do século XVII. Como era a última vila no caminho para o sul, tornou-se importante cidade de passagem, assim como para controle de homens e produtos. Aproveitando a intensificação da passagem, a elite comerciante instaurou negócios: exploração da terra local, venda de animais (feira de muares), cultivo para abastecimento local e exportação desses produtos.

Em 1870, com a inauguração da Cia. Sorocabana de Estradas de Ferro, o transporte (até então por animais) e o comércio local começam a modificar. Nesse momento, acontece uma estruturação do espaço urbano, iniciando uma regularização das práticas sociais locais.

As determinações relativas à salubridade pública cobradas às Câmaras Municipais mostram a estreita relação entre a administração centralizadora, o poder local e o efetivo domínio político no âmbito de Sorocaba (BADINNI, 2005, p. 34).

Badinni (2005) relata exemplo desse controle sendo exercido pela Câmara (através dos seus nomeados, o porteiro e seu ajudante – cargos que atuavam com a regulamentação do espaço público e seus usos) em relação à circulação de portadores de moléstias consideradas repulsivas pela área urbana e ao controle da insalubridade através da proibição da mendicância. Essas pessoas eram proibidas de frequentar a área urbana, pois prejudicavam o comércio local afastando os clientes (esse higienismo era interessante para a elite).

Cabia à municipalidade cuidar dos bens e interesses públicos como seus. Assim sendo, eram escolhas dos grupos privilegiados, muitas vezes assentadas em

iniciativas particulares, que determinavam os benefícios públicos que a cidade deveria ter: ruas calçadas com recursos de moradores, pontes e prédios reformados através de subscrições populares, largos para uso de tropeiros doados por ricos proprietários. Iniciativas que remodelavam o ambiente urbano desde que resguardassem os interesses particulares da elite local, alimentando a imagem paternalista do poder instituído como aquele que cuida da sociedade, mas não a representa (BADINNI, 2005, p. 38-39).

Ainda segundo a autora, a racionalização da cidade e seus usos emergem do discurso e dos interesses dos grupos dominantes defendendo o progresso a partir do saneamento e regulação da cidade. As melhorias na cidade são sempre implantadas a partir dos interesses desses moradores privilegiados, característica marcante ainda hoje em Sorocaba.

Outra forma de controle do espaço urbano (muito associada a essas iniciais) deu-se através dos hospitais psiquiátricos. A cidade foi marcada pela construção de um polo de manicômios e, conseqüentemente, por exclusões e violação dos direitos humanos (GARCIA, 2012).

Segundo Garcia (2012), a cidade de Sorocaba foi pioneira das chamadas “colônias agrícolas”. A primeira delas foi implantada em 1895, numa chácara comprada pelo Governo do Estado, a fim de atender a grande demanda que existia no “Hospício dos Alienados” de São Paulo enquanto o Juquery não ficava pronto. Essa colônia agrícola contou com 80 leitos que foram ocupados por pacientes transferidos da capital. No século XX, aconteceu a implantação e desenvolvimento de outros hospitais psiquiátricos na região, como Manicômio Dr. Luiz Vergueiro, inaugurado em 1918 e citado por fontes da imprensa da época como o primeiro do interior do Brasil.

As décadas de 60 e 70 do século XX, momento de proliferação de hospitais psiquiátricos no Brasil (locais que existiam como depósitos de pessoas), também foram marcadas pelo grande aumento de leitos privados, a grande maioria deles conveniada aos sistemas públicos de saúde, o que levou a um fortalecimento e crescimento econômico de certo grupo, os donos dos hospitais psiquiátricos. Nesse momento, além da verba governamental, possuíam um investimento privado. Na região de Sorocaba, pelo menos oito novos hospitais foram criados nesse período (dois em Sorocaba, dois em Salto de Pirapora, um em Piedade, um em Pilar do Sul, um em São Roque e um em Itapetininga), os quais foram somados aos dois já existentes no município. A maioria desses hospitais foi gerida e instituída por uma sociedade de médicos e alguns outros profissionais da saúde (como psicólogos e enfermeiros), um grupo de defensores do modelo hospitalocêntrico (GARCIA, 2012).

É possível perceber o quanto as atividades e propostas desenvolvidas na cidade sempre foram voltadas à população de maior poder aquisitivo, aspecto ainda muito marcante em Sorocaba. Burgos (2013, p. 5), a partir da análise de aspectos socioespaciais da urbanização de Sorocaba, observa um processo de valorização espacial desigual e formação de um espaço urbano segregado:

[...] observa-se o aprofundamento de padrões de segregação socioespacial com aumento do número de condomínios fechados e remoções de favelas em eixos de valorização imobiliária, concomitante à necessidade de infraestrutura básica que afetam tanto as condições de vida dos estratos mais pobres da população, como a qualidade ambiental que requer maiores investimentos do setor público.

Nesse processo, são empurrados “para os limites municipais oeste e norte os conjuntos habitacionais e favelas escondidas” (BURGOS, 2013, p.8). Esse processo parecer ter muita relação com a especulação imobiliária crescente.

No decorrer da pesquisa, pude perceber um movimento semelhante em relação às pessoas em situação de rua, que são frequentemente retiradas e expulsas da região Central da cidade por parte dos moradores, dos comerciantes ou da repressão policial.

Rui (2012) também reconhece esse movimento na cidade de Campinas e realiza uma denúncia descrevendo as ações públicas que são destinadas ao combate ao uso de crack e aos seus usuários que não respeitam essa população. Essas políticas acabam intervindo em seus territórios, são voltadas para os fatores de ordem política e a controles urbanos. Assim, se inscrevem para muito além da simples atenção ou do repúdio a tais usuários.

Existiram e existem algumas respostas a essa postura da elite historicamente construída na cidade. Em relação à Saúde Mental do Brasil, em meados de 1980 surge um movimento em prol da Reforma Psiquiátrica, com a proposta de “contribuir para a desinstitucionalização dos usuários dos serviços de saúde mental, a partir da criação de uma rede substitutiva de apoio ao usuário e sua família” (GARCIA, 2012, p 109).

Essa iniciativa existe atualmente em Sorocaba a partir do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (FLAMAS), que iniciou seus trabalhos em 10 de outubro de 2009 (data em que aconteceu a primeira reunião do fórum), percebendo esse cenário de precarização da saúde mental nessa cidade, ainda marcada pelo modelo médico-hospitalocêntrico, e as violações dos direitos humanos dentro dos hospitais psiquiátricos (HAINZ; DUARTE; GARCIA JR., 2013).

O intuito do grupo era chamar a atenção das autoridades locais e gestores para a alta concentração de leitos psiquiátricos de longa permanência situados e distribuídos em sete

hospitais da região de Sorocaba, bem como para a falta de políticas públicas apoiadas pelo município para a implementação de uma rede substitutiva aos manicômios (HAINZ; DUARTE; GARCIA JR, 2013).

Segundo os autores acima aludidos, o FLAMAS começou a cobrar do município a efetivação da Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001⁵, sempre trabalhando em parceria com pessoas e instituições que lutam pelos direitos humanos e a partir de pesquisas que trazem estatísticas e uma denúncia dessa grave situação.

Por meio de uma iniciativa coletiva, surge outro projeto que vem ao encontro das práticas dos que lutam pelos direitos humanos, o Centro Regional de Referência (CRR – UFSCar – Sorocaba). Iniciativa que surge da percepção da forte necessidade de formação permanente dos profissionais da saúde e da assistência social da região de Sorocaba. O projeto faz parte do Programa do Governo Federal “Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas”. O CRR é fruto de um trabalho coletivo de professores de diversas instituições de ensino superior (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de Sorocaba, Universidade Paulista – *campus* Sorocaba, Prefeitura de Sorocaba – Secretaria de Saúde, ONG Lua Nova e ONG “Pode Crer”) e coordenado por docentes da UFSCar – Sorocaba. A articulação entre essas instituições possibilita que a formação continuada dos profissionais esteja em consonância com as políticas de intersetorialidade defendidas pelo Plano Nacional sobre Drogas⁶ (CALDEIRA; GARCIA; MENDONÇA, 2013)

É importante pensarmos esses movimentos que surgiram em Sorocaba, pois eles perceberam a necessidade de luta por direitos humanos e de tratamentos em saúde mental, incluindo o campo do tratamento ao uso prejudicial de álcool e outras drogas, mais humanizados na própria cidade, que ainda se faz muito conservadora.

As características da cidade aqui descritas não podem evidentemente ser desvinculadas do cenário nacional como um todo. No entanto, a atenção às especificidades se faz necessária, o que torna sobremaneira importante a atenção simultânea aos dois planos (contextos nacional e local), que serão apresentados nesse trabalho de forma articulada, a partir de um movimento do geral para o particular e do particular para o geral.

O primeiro capítulo foi dividido em 5 subtítulos. A partir deles, apresento os referenciais que serão utilizados na compreensão do campo. A primeira parte para pensar a

⁵ Lei que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

⁶ A Política Nacional sobre Drogas é aprovada em 2005 pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, esse documento estipula as estratégias de prevenção; o tratamento, recuperação e reinserção social e a redução de danos sociais e à saúde.

população em situação de rua no Brasil e de Sorocaba, considerando a sua heterogeneidade. A segunda descreve a Educação Popular pensada por Paulo Freire e os principais pressupostos do Marco Referencial de Educação Popular para Políticas Públicas. A terceira dedica-se a pensar a Política Nacional da Humanização. Já na quarta parte, discute-se a Redução de Danos e o Tratamento Comunitários como propostas não repressivas em saúde e promotoras de humanização dos sujeitos. Na última, penso possíveis articulações entre a Educação e a Redução de Danos.

No segundo capítulo é apresentado o campo, pensando todas atividades desenvolvidas pela Associação “Pode Crer” em articulação com os referenciais apresentados no primeiro capítulo. Finaliza-se o trabalho com a apresentação de “algumas aprendizagens” e novas inquietações que surgiram no decorrer da pesquisa.

1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, EDUCAÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS: POSSIBILIDADES DE HUMANIZAÇÃO NA SAÚDE

Nos subtítulos a seguir, apresentarei temáticas relevantes para a compreensão do trabalho realizado pela Associação “Pode Crer”: dados estatísticos e estudos sobre a população em situação de rua, a Educação Popular como uma contribuição em educação possivelmente associada à humanização, as possíveis contribuições da Política Nacional de Humanização, contribuições dos pressupostos da Redução de Danos e, ao fim, possíveis articulações entre Redução de Danos e a Educação.

1.1. A população em situação de rua

Nesse primeiro capítulo, pretendo apresentar a população em situação de rua com a qual convivi no decorrer da iniciação científica (2010-2012) e na atual pesquisa (2013-2014), procurando desconstruir o olhar estigmatizado ou homogeneizado sobre essas pessoas.

De agosto de 2007 a março 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (META, 2008) realizou uma Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, com levantamento que aconteceu em 71 cidades com a finalidade de quantificar e levantar uma caracterização socioeconômica das pessoas que vivem em situação de rua. O objetivo de tal pesquisa foi de trazer elementos para o MDS elaborar e gerir uma política integrada de proteção social e formular políticas públicas dirigidas para a população em situação de rua.

O público-alvo dessa pesquisa foi composto por pessoas com 18 anos ou mais vivendo em situação de rua em 71 cidades brasileiras (23 capitais e 48 cidades com mais de 300 mil habitantes, sendo Sorocaba uma delas). Esse estudo identificou um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nesses municípios estudados⁷, e adverte que embora seja um contingente expressivo esse número não pode ser considerado como total de pessoas em situação de rua do país, pois a pesquisa foi realizada em um conjunto de municípios e não total. Ao mesmo tempo, em cada cidade foi realizada a pesquisa em diferentes momentos e seguindo metodologias diversas (questionário censitário e amostral – realizado com 10% dos abordados): “Assim, não é possível estimar o tamanho total da população em situação de rua no país apenas somando-se os resultados das diferentes pesquisas” (META, 2008 p. 4).

⁷ A pesquisa não incluiu 3 municípios importantes (São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte) porque estes tinham realizado levantamentos semelhantes no mesmo período.

A partir desse estudo e da amostra, é levantado um perfil socioeconômico da população em situação de rua no Brasil: a população de rua é predominantemente masculina (82%); mais da metade dos entrevistados possuía entre 25 a 44 anos (53%); a proporção de negros (29%) somada à de pardos (39%) era maior na população em situação de rua (dados autodeclarados); com níveis econômicos baixos (a maioria recebe entre 20 a 80 reais por semana). Em relação à formação escolar, 74% dos entrevistados afirmaram saber ler e escrever, 17,1% não saber escrever e 8,3% apenas assinar o próprio nome; a maioria não estuda atualmente, somente 3,8% dos entrevistados afirmaram estar realizando algum curso (formal ou profissionalizante). Em relação à escolaridade, 15,1% declaram que nunca estudaram, 48,4% que possuem o Ensino Fundamental Incompleto, 10,3% completaram o Ensino Fundamental, 7% frequentaram o Ensino Médio, sendo 3,8 incompleto, e 3,2% completo, 0,7 % possuem Ensino Superior incompleto e 0,7% completo, já 17,8% não se recordaram ou não informaram (META, 2008).

A mesma pesquisa também estuda a trajetória na rua: razões da ida para a rua; trajetória e deslocamento, percebendo que parte considerável da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra (45,8%), não sendo decorrência dos deslocamentos do campo para a cidade - a maioria viveu em número pequeno de cidades (59,9% viveram em até 3 cidades)⁸.

Em 2011, a Prefeitura Municipal de São Paulo, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e o Núcleo de Pesquisas e Ciências Sociais, também realizou um Censo da população de rua na municipalidade de São Paulo. Foram contabilizadas no censo da população em situação de rua na municipalidade de São Paulo 14.478 pessoas, dentre elas 6765 estavam em situação de rua e 7.713 vivendo em centros de acolhida da capital, dado que revela um aumento da população de rua quando comparado ao censo realizado em 2009 pela FIPE (que contabilizou 13.666 pessoas), como também um maior número de pessoas na rede de assistência, em especial nos centros de acolhida. Do total dos entrevistados: 77% se identificaram do sexo masculino, 12% do sexo feminino e 11% sem identificação. O estudo verificou um maior número de adultos em situação de rua (48% de adultos, 10% de idosos, 2% de adolescentes e 1% de crianças). Esse estudo também percebeu um número significativo de pessoas em situação de rua na região central de São Paulo, contendo 64% das pessoas abordadas. Duas regiões de grande concentração de pessoas na rua estavam na região denominada “Cracolândia”. Sobre o total

⁸ Sendo assim, o nomadismo em relação às instituições sedentárias (família, escola, trabalho), analisado no estudo de Silva e Garcia (2013), pode ser muito mais marcante que o nomadismo territorial.

de pessoas em situação de rua estabelecidas nos centros de acolhida de São Paulo (7.713 indivíduos), 5.694 estavam na área central e 2.019 em outras áreas, o que se justifica pela maior oferta de vagas dos centros de acolhida nessa região e pela presença maior de uma rede de oferta de serviços a essa população (como de comida e banho) (SÃO PAULO, 2011).

Essas pesquisas quantitativas e censos, ao traçarem um perfil socioeconômico da população em situação de rua, trazem importantes contribuições para pensar nas políticas públicas necessárias. Porém, é muito importante pensarmos nessas pessoas como heterogêneas, que possuem individualidades e diferentes necessidades.

Rosa (2005) percebe essa heterogeneidade como um elemento importante quando se deseja conhecer e estudar (principalmente como auxílio na análise) a realidade das pessoas que utilizam das ruas de forma circunstancial ou como um modo de vida. Ela percebe essa população como:

[...] um segmento heterogêneo de trabalhadores progressivamente alijados do trabalho formal, que exercem atividades profissionais intermitentes e instáveis, de baixa remuneração, e não têm residência fixa, vivem a alternância da moradia em pensões, em albergues e nas ruas da cidade e, para se alimentar, valem-se de pontos de distribuição de comida ou centros de assistência social (ROSA, 2005, p. 36).

Rosa (2005) aponta que são pessoas com diferentes histórias de vida que passaram a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia. Por isso, é pertinente pensar essa população segundo o termo apresentado por Vieira et al. (1992), que preferem falar em “população em situação de rua” ao invés de “população de rua”, pois enfatizam o caráter transitório dessa situação, a ideia de processo e não algo estático.

Os autores citados identificaram diferentes situações em relação à permanência da pessoa na rua. Assim, descrevem três tipos de situações: o “ficar na rua”, o “estar na rua” e o “ser da rua” (VIEIRA et al., 1992, p. 93-95). O “ficar na rua” reflete uma condição circunstancial das pessoas que não possuem recursos para pagar por pensões ou não conseguem vaga em albergues. Nesses casos, muitas vezes por ser o primeiro contato com a rua, as pessoas costumam passar as noites em lugares públicos e mais movimentados pelo medo de sofrerem alguma violência e pela própria vulnerabilidade da condição de dormir na rua. O “estar na rua” expressa a situação das pessoas que estão recentemente utilizando a rua como local de moradia e que, com o passar do tempo, deixam de perceber esse espaço como algo tão temível e estabelecem vínculos com pessoas que estão na mesma condição. Segundo os autores, nessas duas situações é possível alternar a situação de rua com outros lugares de residência ou com trabalhos. O “ser da rua” diz respeito à pessoa que possui maior dificuldade

em alternar sua situação, fato que acontece na mesma proporção em que aumenta seu tempo de rua: “O indivíduo vai sofrendo um processo de depauperamento físico e mental em função da má alimentação, precárias condições de higiene e pelo uso constante do álcool” (VIEIRA et al., 1992 p. 95). Percebem que a rua torna-se um espaço de moradia de forma praticamente definitiva, ainda que ocasionalmente possa existir uma alternância de locais (como alojamentos, pensões baratas, albergues, depósitos de papelão casas de parentes).

Vieira et al. (1992) são importantes estudiosos da população em situação de rua, proporcionaram um repensar dos estigmas voltados para essas pessoas, porém, devemos tomar certo cuidado com a forma de pensarmos essas três situações. Elas não devem ser pensadas como definições estáticas, mas como uma contribuição ao pensar que existem diferentes motivações e modos de vida na rua. Nenhuma dessas situações é estática ou permanente.

Esses autores, desta forma, percebem o “ser da rua” como um possível modo de vida:

Ser morador de rua não significa apenas estar submetido à condição de espoliação, enfrentando carências de toda sorte, mas significa, também, adquirir outros referenciais de vida social, diferente dos anteriormente baseados em valores associados ao trabalho, à moradia, às relações familiares (VIEIRA et. al., 1992 p. 96).

As pessoas que moram na rua, diferentemente dos que passam por ela circunstancialmente, possuem um modo de vida próprio: desenvolvem formas específicas de garantir a sobrevivência e de viver no mundo. Elas possuem outro olhar da cidade, atribuindo novas funções aos espaços públicos e instituições (VIEIRA et al., 1992).

Sobre os motivos de ida às ruas, o censo realizado pela Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua aponta um tripé ao serem descritos os principais motivos. Os entrevistados pelo censo citam como principais motivos para esse processo: problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). De todos os entrevistados na pesquisa, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos, o que mostra que estes aspectos podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro (META, 2008).

Diversos estudiosos pensam sobre a ida às ruas quando estudam a trajetória de vida dessa população. É possível perceber, no relato de Vieira et al (1992, p. 19), a precarização do trabalho, sendo considerado como um dos fatores responsáveis para a ida às ruas:

Este é um dos caminhos possíveis da chegada até à rua, momento em que o trabalhador, sob essa pressão, rompe os vínculos com a família e o trabalho, atravessando o limiar tênue que no imaginário social estabelece parâmetros de uma ordem legítima de vida.

É perceptível como essas questões políticas, sociais e econômicas podem estar levando e já levaram muitas pessoas a utilizarem e reconhecerem a rua como esse espaço para moradia e sobrevivência.

Outro fator bastante mencionado como motivo para a saída às ruas são os problemas ou questões familiares associados às mais diversas instâncias:

Os depoimentos nem sempre são claros sobre a(s) causas(s) dos antagonismos familiares, mas quando a família é anunciada como motivo para ter passado a residir nas ruas, em geral, encontram-se associados o alcoolismo e o consumo de drogas, a violência doméstica, conflitos de valores entre pais e filhos ou entre irmãos, e incapacidades físicas mas, sobretudo, doenças mentais (SCOREL, 1998, p. 92).

Não podemos colocar esses fatores como determinantes da ida às ruas, uma vez que existem múltiplas motivações para estar nas ruas. Garcia (2013) compreende que as vivências nômades podem existir em um duplo processo: de resistência frente os ideais de residência, segurança, estabilidade, mas também de vulnerabilidade às inúmeras formas de violência. Assim, não podemos cair no determinismo ao pensar as motivações do estar em situação de rua no plano de pura negatividade, como também de supor essa condição como fruto de uma “escolha” livre dos que ali estão.

Costa (2005) adverte que o preconceito existente no senso comum tem feito com que parte das políticas públicas voltadas para a população de rua volte-se para a segurança pública, ou seja, baseada na criminalização de comportamentos e repressão que acabam por justificar a busca por higienização e segregação social. A autora percebe:

O fato é que, historicamente invisíveis aos olhos do Estado brasileiro, quando não se constituíam em alvo de repressão, as pessoas em situação de rua eram simplesmente deixadas de lado (COSTA, 2005 p. 6).

Podemos perceber como um dos fatores “motivadores” dessa exclusão: o uso de drogas. Petuco (2011a) percebe o quanto é preciso problematizar as drogas como uma emergência social a partir de uma visão quase sempre deslocada da realidade epistemológica, que gera práticas de estigmatização e criminalização das pessoas já vulneráveis às ações higienistas, como a população em situação de rua. Nesse sentido, é importante perceber o

“crack como fenômeno político, social e econômico, e não apenas como uma substância química prejudicial” (PETUCO, 2011a, p. 17).

Essas pessoas são marcadas pejorativamente, principalmente pelo uso das drogas (como o crack) e sua condição de vida e higiene. Rui (2012, p. 9) percebe o quanto a sociedade generaliza e homogeneiza a experiência dos usuários, acontecendo uma estigmatização de apenas um tipo de usuários: “aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção”⁹. Para a autora, essa visão faz com que os usuários percam “todos os traços de humanidade” e se tornem a “doença em pessoa”.

Rui (2012, p. 23) destaca o quanto precisamos questionar as ideias simplistas existentes em nossa sociedade, as quais concebem a noção de que

[...] todo usuário de drogas é (ou pode se tornar) um dependente químico e de que o uso de drogas pode vir a se constituir um problema para qualquer pessoa que experimente alguma substância, independente da sua trajetória de uso.

É preciso considerar e pensar na heterogeneidade de modos de se relacionais com as substâncias.

Não é somente a população em situação de rua que faz uso do crack e também nem todos os que estão na rua o utilizam. Precisamos problematizar esse olhar estigmatizado tanto sobre a população de rua como sobre o uso de drogas, em principal o crack (BASTOS; BERTONI, 2014).

Bastos e Bertoni (2014)¹⁰ falam sobre a nova cena das drogas no Brasil, a partir de mudanças relevantes, marcadas pelo declínio do uso de drogas por via injetável em diversas regiões do mundo e mudanças das próprias substâncias (acarretada pelos diversos fatores, tais como a chegada/acesso de novas drogas e novas formas de sintetizar substâncias).

De forma mais abrangente, vem sendo observado em todo mundo um incremento progressivo do consumo de substâncias estimulantes, associado a riscos e danos diversos. Em cada contexto nacional, regional ou local existiria como que uma

⁹ Segundo Taniele Rui (2012), abjeção é uma categoria bastante plástica, quase inalcançável; é oposto da forma como se fala publicamente do uso de crack: imediatamente é essa figura que emerge e justifica todo o aparato repressivo, assistencial, religioso, midiático e sanitário.

¹⁰ A Pesquisa Nacional sobre o uso do crack (BASTOS; BERTONI, 2014) realiza um levantamento sobre o cenário do uso do crack no Brasil, a partir da abordagem de pessoas nas cenas de crack, conhecidas como “cracolândias”. Tem como objetivo geral descrever o perfil e estimar o número dos usuários de crack e/ou similares de uma amostra contemplando 26 capitais, Distrito Federal, 9 regiões metropolitanas definidas por lei federal e um estrato “Brasil” correspondente a municípios de médio e pequeno porte, além da zona rural.

espécie de “portfólio” de substâncias estimulantes, com importantes variações em função da geografia, e de aspectos sociais e culturais específicos (BASTOS; BERTONI, 2014, p.16).

A população abordada no censo realizado por esses autores foi constituída por pessoas brasileiras de 18 anos ou mais que fizeram uso de crack e/ou similares (pasta base, merla e oxi) pelo menos 25 dias nos últimos seis meses (aproximadamente uma vez por semana) em cenas “abertas”. Nessa pesquisa, 7.381 usuários foram entrevistados (mesmo com grande perda amostral de recrutados para entrevista, esse número foi muito significativo), dos quais 5.105 se encontravam nas capitais. O estudo realizou um levantamento sociodemográfico e comportamental dessas pessoas e levantou o perfil: idade média de 30,28 anos; os usuários são predominantemente do sexo masculino (78,7%) tanto nas capitais como não-capitais; há um predomínio de usuários não brancos (sendo 79,1% de pretos e pardos); a maioria se declarou solteira (60,6%); sobre escolaridade, a maioria frequentou, em algum momento, a escola, porém é baixo o número dos que frequentaram Ensino Médio (16,5%) e Superior (2%); a forma mais comum de obtenção de dinheiro relatada pelos entrevistados consiste no trabalho esporádico ou autônomo (65%), existindo um número significativo de pessoas que relatou o sexo em troca de dinheiro ou drogas (7,5%).

Sobre os aspectos comportamentais, a pesquisa apresentou os seguintes dados: o consumo do crack quase sempre está associado ao uso de substâncias psicoativas lícitas (como álcool e tabaco) e ilícitas; o uso do crack é mais frequente que seus similares (pasta base, merla e oxi); em relação à motivação para o início do uso, 58,3% dos entrevistados relataram vontade/curiosidade de experimentar/sentir o efeito da droga, 29,2% citaram problemas familiares ou perdas afetivas e 26,7% mencionaram a pressão/influência de amigos, considerando-se as três causas mais apontadas; sobre os padrões do uso do crack e similares, os usuários referem consumir, num dia “normal” (padrão), a média de 13,42 pedras/porções destas substâncias; mais da metade dos entrevistados relatou um padrão de consumo diário com uma quantidade de consumo bem variável; a vontade de realizar um tratamento para dependência química foi manifestada por 77,2% dos usuários. O estudo também pontua que não se pode afirmar de maneira simplista que os usuários de crack e/ou similares são uma população de/na rua, porém 40% encontram-se em situação de rua (não necessariamente morando).

Em um nível local, Cruz e Garcia (2013) realizaram uma pesquisa quantitativa sobre a sexualidade e uso de drogas entre a população jovem em situação de rua de Sorocaba. Participaram da pesquisa 50 jovens adultos do sexo masculino frequentadores de três

instituições: S.O.S. – Serviço de Obras Sociais¹¹, ACAP – Associação Christã de Assistência Plena¹² e Associação “Pode Crer”¹³. Mesmo com o baixo número de entrevistados, essa pesquisa trouxe interessantes dados sobre essa população: há predominância de pessoas que não se consideraram brancas na pesquisa (46% pardos e 18% pretos); há grande proporção de solteiros (60%) e separados (22%); a maioria encontrava-se desempregada (58%) ou possuía trabalho autônomo (34%). Em relação aos padrões de consumo de drogas, 44% dos entrevistados afirmaram ter utilizado crack nos 12 últimos meses, 34% maconha/haxixe, 26% cocaína, 4% inalantes e 2% ecstasy; 56% apontam que fazem uso de substâncias químicas regularmente e o crack é a mais citada em relação ao uso regular. Em relação à frequência, 14% diz utilizar drogas todos os dias e 10% uma vez por semana.

Em pesquisa de iniciação científica realizada por Silva e Garcia (2013), alguns elementos importantes puderam ser observados acerca da trajetória de vida de jovens em situação de rua de Sorocaba: pessoas, em sua maioria do sexo masculino, com um histórico de saída precoce da casa da família, muitas vezes motivadas por algum tipo de violência, com abandono do ambiente escolar (vivência também marcada por violências ou lembradas como indisciplina), contato precoce com drogas (lícitas e ilícitas); a relação com a droga é vivenciada de modos diversos em diferentes momentos da vida (existindo momentos de uso problemático), vulnerabilidade aumentada em relação à infecção pelo HIV-AIDS, com dia a dia marcado por incertezas (comida, dinheiro, local para dormir etc.) e violências das mais variadas. São pessoas que também possuem em comum a trajetória “nômade” de vida, tanto na questão de deslocamento geográfico como na relação com as instituições “sedentárias”: família, escola e trabalho.

Estes conflitos apareceram entre o ir para escola (sedentarismo) ou abandonar os estudos (nomadismo), ter família (sedentarismo) ou ficar nas ruas (nomadismo), ter uma jornada de trabalho regular (sedentarismo) ou trabalhar esporadicamente (nomadismo), dentre outras (SILVA; GARCIA, 2013, p. 262).

Sobre a escolarização, os resultados mostraram que:

¹¹ O SOS - Serviço de Obras Sociais de Sorocaba - é uma instituição que tem como objetivo melhorar a condição de vida das pessoas que estão sem um local onde se abrigar, a partir dos projetos: escola de família, grupo terapêutico, SOS albergue, SOS ECO e Clube do NAIS.

¹² A ACAP – Associação Christã de Assistência Plena é uma instituição de vinculação religiosa evangélica que possui uma sede para atendimento de pessoas em situação de rua, oferece os serviços de triagem, alimentação, higienização e encaminhamentos.

¹³ Associação na qual foi realizado o presente estudo e que será descrita em detalhes.

A evasão escolar aparece entre os entrevistados como ligada ao modo de vida centrada nos prazeres [...], mas também é relacionada à falta de sentido em relação ao que é aprendido na escola e à não-aceitação por parte da escola de um modo de vida fora dos padrões, que é manifesta sob a forma de advertências, suspensões, expulsões e congêneres (SILVA; GARCIA, 2013, p. 257).

A escola também entra na análise como uma das instâncias “sedentárias” em que a população em situação de rua vivencia uma relação antagônica em detrimento ao seu modo de vida nômade (SILVA; GARCIA, 2013).

Foi a partir dessa vivência de pesquisa que várias questões começaram a emergir, percebendo o quanto os entrevistados se esquivaram ao falar sobre a trajetória escolar. Quando referida, sempre estava marcada por violências, preconceitos e uma inadequação ao espaço escolar com suas normas e regras. A escola surge com toda sua característica sedentária, não acolhendo os diversos estilos de vida, que questionam essas mesmas normas e regras.

Essas características desse modelo de escola são parecidas com as instituições totais descritas por Goffman (1987). São instituições de internação que se caracterizam por serem estabelecimentos fechados em que se estabelecem atividades normalmente a partir de uma equipe dirigente que controla a vida na instituição. Nesses ambientes, podemos encontrar opressores, a equipe de dirigentes representada pelo governo, diretores, inspetores e até professores, e oprimidos, os alunos.

Liberalesso e Grabauka (2004) citam o estudo de Carvalho (1992), o qual percebe que o modelo de educação brasileira não considera a realidade da população em situação de rua, sendo impróprio de acordo com as exigências que estabelece: horários, livros, materiais, presença etc. Sua vivência de rua acaba conflitando com os valores convencionais de sala de aula, ocasionando o abandono dos espaços escolares.

A dificuldade da escola em se aproximar dos alunos atuais se revela quando não os considera como indivíduos com desejos, saberes e potencialidades e tenta impor-lhes normas e regras rígidas a seguir, fato que acaba acarretando o afastamento desses alunos do ambiente escolar e, até mesmo, seu abandono.

A inadequação das escolas brasileiras a grandes contingentes de alunos, especialmente os oriundos de camadas populares, caso da grande maioria das pessoas em situação de rua, traz a necessidade de reflexão sobre os motivos dessa inadequação e sobre propostas de transformação.

1.2. Educação Popular e humanização

Em nossa sociedade, quando falamos em educação, as pessoas logo associam essa palavra às práticas escolares, institucionalizadas, sempre associadas à aquisição de algum tipo específico de conhecimento, os quais estão associados aos livros, aos cientistas, à produção acadêmica e aos professores. Aspectos presentes em propostas de educação que estão pautados na domesticação dos indivíduos, a favor e como forma de conservação do modelo de sociedade vigente.

Freire traz uma possibilidade de pensar a educação sobre outra ótica, assim como outras perspectivas que surgem para questionar essa perspectiva bancária de educação voltada para a domesticação de pessoas e o não questionamento.

Paulo Freire (1987, 1997) escreve sobre a necessidade de uma educação para a humanização do homem, pois a educação bancária o enxerga como “coisa”, o desumaniza e acaba por domesticá-lo. A humanização do homem é negada na injustiça, na opressão, na exploração, na violência destinada a um certo grupo de pessoas. Deste modo, não existe uma educação neutra, ela sempre será um reflexo da visão de homem intrínseca a essa educação:

Se, para uns, o homem é um ser da adaptação ao mundo (tomando-se o mundo não apenas em sentido natural, mas estrutural, histórico-cultural), sua ação educativa, seus métodos, seus objetivos, adequar-se-ão a essa concepção. Se, para outros, o homem é um ser de transformação do mundo, seu que fazer educativo segue um outro caminho. Se o encaramos como uma "coisa", nossa ação educativa se processa em termos mecanicistas, do que resulta uma cada vez maior domesticação do homem. Se o encaramos como pessoa, nosso que fazer será cada vez mais libertador (FREIRE, 1997, p. 9).

Ainda se faz muito presente esse modelo de “educação bancária”, que faz do processo educativo o ato de depositar conteúdos, sendo o depositante o educador e o educando o depositário: “É um modelo de educação que serve para conservação da contradição educador-educando e domesticação do homem” (FREIRE, 1997, p. 12).

Segundo essa concepção, o educando é como se fosse uma "caixa" na qual o "educador" vai fazendo seus "depósitos". Uma "caixa" que se vai enchendo de "conhecimentos", como se o conhecer fosse o resultado de um ato passivo de receber doações ou imposições de outros (FREIRE, 1997, p. 12).

Uma educação libertadora e humanista é incompatível com esse modelo de “educação bancária” que tem existido como prática de dominação. Ela promove crítica, insere

o educando no mundo e reconhece essa desumanização por ser radical e comprometida com a libertação dos homens (FREIRE, 1987).

Ora, uma educação só é verdadeiramente humanista se, ao invés de reforçar os mitos com os quais se pretende manter o homem desumanizado, esforça-se no sentido da desocultação da realidade. Desocultação na qual o homem existencialize sua real vocação: a de transformar a realidade. Se, ao contrário, a educação enfatiza os mitos e desemboca no caminho da adaptação do homem à realidade, não pode esconder seu caráter desumanizador (FREIRE, 1997, p. 13).

Uma educação com os propósitos de libertação e humanização se faz possível a partir de uma perspectiva de educação que potencie hoje as linhas de vida dos educandos.

Freire (1987, p. 17) compara essa libertação a um parto doloroso, e o homem que nasce desse parto pode superar a contradição opressores-oprimidos e promover a libertação de todos: “A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se”.

A Educação Popular, pensada por Paulo Freire, possui esse movimento de promoção de transformação e libertação do homem. Para pensá-la historicamente, é preciso atentar a dois desafios, um conceitual e o outro político. Em relação ao conceito, a Educação Popular se constituiu como um termo polissêmico: em certos momentos, foi percebida como direito de todos à escola (ou seja, a luta pela escola pública); em outros momentos, foi percebida como práticas educativas voltadas para a emancipação dos sujeitos e transformação da realidade; ainda em outros, já foi atribuída à educação popular o sentido de educação para o povo (e não uma educação do povo), sem nenhum caráter político, voltada para a preparação do povo para servir ao mercado de trabalho ou com os interesses da ditadura militar, a partir de uma educação que se preocupa mais com a transmissão de conteúdos do que com a formação desses educandos (BRASIL, 2014).

A par do reconhecimento de todas estas lutas em defesa da escola pública, esta reconstituição histórica entende que a Educação Popular é mais do que isto. Enquanto proposta de educação emancipatória, não se reduz ao espaço escolar, embora o reconheça como estratégico para concretização de outro projeto de sociedade. Portanto, esta concepção de Educação Popular se constituiu historicamente na experiência dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo no início do século XX, num contexto de lutas de classe e que tinham, dentro do sistema capitalista, a disputa de um projeto alternativo a este sistema (BRASIL, 2014, p. 17).

O desafio político é de reconstituição histórica, pois a maioria dos registros históricos não são reconhecidos como registros oficiais e não é interessante para a elite guardar registros de uma luta popular. Deste modo:

[...] a questão política da Educação Popular é a defesa de uma classe social, que se identifica com os mais empobrecidos numa sociedade marcada historicamente pela exclusão social como a brasileira, pautada na construção democrática de um projeto de nação e de mundo, que supere essas desigualdades sociais (BRASIL, 2014, p. 18).

O período de 1970 a 1980 foi marcado por movimentos de resistência à ditadura militar e por redemocratização, surgiu um fortalecimento dos movimentos da educação e de educação popular, assim como o movimento de perspectiva de educação pública e gratuita via Estado (BRASIL, 2014).

Em 1989, quando Paulo Freire voltou do exílio, foi convidado a assumir a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Nesse momento, lançou o lema “Política Pedagógica: construindo a educação pública, popular e democrática” e propôs pensar a Educação Popular para diversas áreas de atuação, como também superou a visão de educação popular restritamente não escolar, afirmando ser possível levar a educação popular para as escolas (BRASIL, 2014).

Na década de 1990, estabelece-se uma hegemonia neoliberal, marcada pela fragilidade e ruptura de alguns movimentos sociais. Nesse momento, houve a necessidade de repensar a Educação Popular, inclusive discutiu-se sobre a relação do Estado com a Educação Popular. Em 2000, houve uma mudança no cenário do Brasil abrindo nossas possibilidades para pensar a Educação Popular e, ainda hoje, permanece um desafio de reinventá-la a partir das novas mobilizações emergentes.

Contudo, em termos mundiais, a predominância do capital financeiro e da privatização dos direitos foi fortalecida. Perdeu a centralidade o debate em torno da noção de classe social, conflito, ruptura e revolução, sem que as principais questões levantadas por estas categorias fossem aprofundadas. Novas formas de lutas sociais se articularam via Fórum Social Mundial. As possibilidades de articulação e construção de processos educacionais emancipatórios expandiram-se a partir das novas tecnologias da informação e da transformação do conhecimento e da ciência em meio de produção. O ativismo digital, conectado às lutas populares das grandes periferias urbanas, do campo, das mulheres, jovens, negras e negros, populações LGBT's, trabalhadores e trabalhadoras tem gerado novas dinâmicas de organização com enorme potencial de mobilização, como pudemos vivenciar nas mobilizações protagonizadas por jovens do mês de junho de 2013 no Brasil, além das que aconteceram no Egito, Espanha, Grécia e em outros países, entre 2011 e 2013 (BRASIL, 2014, p. 20-21).

Não vivemos o mesmo momento histórico que Freire pensa a Educação Popular, por mais que tenha trazido importantes contribuições, vivemos novas demandas, por isso a educação precisa sempre ser repensada e reinventada nas particularidades do momento.

Pereira (1999) compreende a Educação Popular como uma prática político-pedagógica excluída do sistema educacional do país ao mesmo tempo em que se constitui como uma prática oposta à exclusão, a partir da luta pela inclusão de seus educandos através de um saber que gera a mudança que todos sonhamos.

A Educação Popular pressupõe que os sujeitos sejam considerados como tendo prévios conhecimentos e que sejam estabelecidas aprendizagens significativas a partir das práticas comuns aos sujeitos, sempre com o objetivo de estimular uma postura política e crítica. Consiste numa educação que possui o objetivo de promover mudanças a partir do questionamento crítico da ordem social vigente (FREIRE; NOGUEIRA, 1999), surgindo como possibilidade para superar a educação promotora de exclusões:

Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas de um saber historicamente acumulado pela sociedade, mostra-se [...] a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo... (MACIEL, 2011, p. 327).

Paulo Freire compreende a educação popular como um esforço de mobilização e organização de classes populares. Para isso, é preciso que esse esforço consista num “poder” para modificar a forma como se institui a organização burguesa e pensar a escola a partir de outros moldes. Assim, a educação precisa existir como uma “prática política” (FREIRE; NOGUEIRA, 1999 p. 19). Nesse processo, o educando aparece como um protagonista, e não somente espectador e acumulador dos saberes, tendo o potencial de transformar a realidade.

A Educação Popular, na ótica de Freire, se faz popular pelo potencial de organização da classe trabalhadora, possui em sua essência a contestação do sistema político e da ordem econômica vigente. Sua teoria é incorporada por grupos de educadores, militantes e trabalhadores dos movimentos populares para embasar suas práticas educativas. Faz-se também transformadora pelo teor político no trabalho educativo (MACIEL, 2011, p. 338).

O conhecimento dominante que se constitui e é o valorizado ainda hoje faz com que não percebamos a educação agindo em espaços diversos. Os saberes populares, da experiência, da vida, não são reconhecidos, assim como quase nada que não venha da escola ou do meio acadêmico. Esta é uma das importâncias fundamentais da Educação Popular:

questionar esse modelo vigente trazendo outra perspectiva de educação, uma “concepção popular emancipadora da educação” (GADOTTI, 2014, p. 24).

Ora, pensar uma educação popular obriga uma revisão do sentido da própria educação [...] a educação popular parece não só existir fora da escola e à margem, portanto de uma “educação escolar”, de um “sistema da educação”, ou mesmo “da educação”, como também parece resistir a tudo isso... (BRANDÃO, 2006, p. 2-3)

Paulo Freire e Nogueira (1999) consideram que existe uma estreita ligação entre escola e vida política. A educação popular pode ter um caráter emancipatório para as pessoas das camadas populares, oprimidas, quando possibilita reconhecimentos, reivindicações, mudanças a partir do questionamento da ordem vigente, que estabelece esse modelo de educação excludente sem espaço para questionamentos e críticas. Estabelece-se, assim, uma educação que gera uma estreita relação entre “saber, conhecer, lutar pela vida” (FREIRE; NOGUEIRA, 1999, p. 10).

A Educação Popular constituiu-se e pode existir como potência em busca de transformação social carregando um caráter intersetorial:

Esta educação popular que defende a classe dos empobrecidos, novamente, se fez e faz presente na defesa incondicional da escola pública, mas é também a Educação Popular que defende a saúde pública, a valorização da diversidade étnico-racial brasileira, a moradia para todas e todos, a reforma agrária, o direito ao trabalho digno, a liberdade de expressão religiosa, o acesso ao transporte público de qualidade, a tributação justa, o direito à participação social e à comunicação, a sustentabilidade ambiental, o respeito à orientação e à diversidade sexual, dentre tantas outras pautas que a caracterizam como intersetorial (BRASIL, 2014 p. 18).

Pereira e Pereira (2010) percebem a Educação Popular com o potencial de reacender a “chama da esperança” na sociedade capitalista em que hoje vivemos (marcada por mecanismos de controle e de poder difíceis de serem identificados por olhos desatentos, um contexto cheio de armadilhas e marcado pela exclusão de certos grupos de pessoas), a partir do resgate da participação social das classes populares para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana, ou seja, na construção de “um outro mundo possível”.

Falar em Educação popular é falar do conflito que move a ação humana em um campo de disputas de forças de poder. É falar da forma como o capitalismo neoliberal vem atuando de forma perversa, causando dor e sofrimento humanos. É uma possibilidade de retomarmos o debate proposto por Paulo Freire acerca da conscientização, da compreensão da realidade e de nossa ação no mundo. É falar de uma práxis educativa cujo ponto de partida é a realidade social (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 73).

A educação popular é vista como uma proposta que envolve a participação popular que, a partir da solidariedade, objetiva um projeto político de sociedade mais justa, humana e fraterna. Nessa perspectiva, ela possui grande potencial de reacender a “chama da esperança” em prol da transformação social. Isso se dá, pois a educação popular propõe uma relação educativa que vai além do trabalho com conteúdos escolares: ela objetiva a formação do homem-pessoa, ao invés do homem-coisa, “do homem como um ser social comprometido com as causas de seu tempo, insatisfeito, curioso, sonhador, esperançoso e fundamentalmente transformador” (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 74).

A partir da concepção de Educação Popular de Paulo Freire, com seu marcante potencial político, e dos autores aqui citados, pensamos a educação popular nesse trabalho como possível promotora da emancipação dos sujeitos para um questionamento do modelo dominante, enfim, uma educação que “estimule nosso corpo vibrátil a sair do coma” (ROLNIK, 2004). Como anteriormente citado, a “educação bancária” está promovendo um “estado de coma” nas pessoas, que não se inquietam e não questionam a realidade em que vivem; acabam aceitando as coisas que lhes são impostas.

Rolnik (2004) descreve a necessidade de uma nova forma de se relacionar com o mundo para conhecê-lo, a partir da relação entre a força de criação e a força de resistência. Dois aspectos que dependem da ativação de diferentes potências para conhecer o mundo: a percepção e a sensação:

[...] se a percepção do outro traz sua existência formal à subjetividade, existência que se traduz em representações visuais, auditivas, etc., já a sensação traz para a subjetividade a presença viva do outro, presença passível de expressão, mas não de representação (ROLNIK, 2004, p. 2).

Segundo a autora, existe uma pressão entre essas formas de conhecer o mundo para responder a essa pressão que mobiliza a subjetividade enquanto potência de criação e resistência. Essas potências possibilitam uma nova configuração da existência, nas relações com o mundo e os outros, mobiliza um processo de individuação que se estabelece no constante devir com o outro, fortalece ou constrange a processualidade da vida, ou seja, podem estimular a problematização do contexto em que vivemos. O corpo vibrátil que se encontra em coma intensifica-se para as sensações do mesmo modo que se intensifica e mobiliza-se as forças de criação e resistência que ela provoca.

Descrevo, neste capítulo, as bases epistemológicas descritas no Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas¹⁴, documento recentemente publicado que pode trazer algumas contribuições para pensar a educação popular nas atividades desenvolvidas pela Associação “Pode Crer”. As bases epistemológicas apresentadas por esse documento são baseadas nos pressupostos de Paulo Freire: dialogicidade, amorosidade, conscientização, a transformação da realidade e do mundo, partir da realidade concreta, construção do conhecimento e pesquisa participante, sistematização de experiências e do conhecimento (BRASIL, 2014).

A “dialogicidade” serve para Educação Popular como “um alicerce para uma pedagogia transformadora e libertadora” (BRASIL, 2014, p. 22). Ela percebe o diálogo como um elemento central para pensar no mundo, problematizá-lo e transformá-lo, uma vez que

[...] o diálogo pressupõe o estabelecimento de relações horizontais, em que as práticas sociais e educativas se dão a partir da compreensão de que não há saber maior ou menor, mas saberes diferentes” (p. 23).

A partir da dialogicidade, o trabalho pedagógico poderá ser conflituoso, o que possibilita o desvelamento de interesses e intencionalidades.

O diálogo entre o educador e a educadora popular e as classes populares vai tecendo a teia entre a ação e a reflexão, possibilitando a troca de significados e o aprofundamento na compreensão dos elementos constitutivos da realidade, oportunizando a reconstituição simbólica do real, permitindo a construção de significados comuns, o aprofundamento da solidariedade e a elaboração de alternativas para a superação das compreensões fatalísticas a respeito do que se passa na vida cotidiana (BRASIL, 2014 p. 23).

Quando uma percepção crítica ocorre por meio da dialogicidade, instauram-se possibilidades de romper com a situação de opressão. Desta forma, a prática dialógica é fundamental para romper com o silêncio e favorecer a reflexão sobre as contradições (em principal, uma problematização da realidade) (BRASIL, 2014).

A “amorosidade” vem como segundo aspecto importante para a Educação Popular, uma vez que o diálogo só se dá se o educador tiver profundo amor ao mundo e aos homens e mulheres. O documento relata que a amorosidade se apresenta em toda obra de Freire, principalmente na relação homem-mulher-mundo e no diálogo quando acontece de

¹⁴ Documento elaborado em 2014 pela Secretaria Nacional de Articulação Social e Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, com o objetivo de criar um conjunto de elementos que permita a identificação, reflexão e orientação de práticas coerentes em Educação Popular.

forma horizontal. A amorosidade contribui para o diálogo, assim como com o compromisso pela libertação (BRASIL, 2014 p. 24).

A “conscientização” existe como um processo crítico de tomada de consciência. Para que ela aconteça, é preciso ultrapassar a esfera espontânea de apreensão da realidade, que o ser humano assuma uma postura epistemológica. Assim, quanto maior o nível de consciência, maior a capacidade de “desvelamento” da realidade (BRASIL, 2014, p. 25).

Para Paulo Freire, esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza homens e mulheres. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens e mulheres assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo.

A conscientização é um constante processo de passagem da consciência ingênua (que se apoia numa visão simplista da realidade, prefere ter suas referências para suas respostas no passado, faz frágil discussão dos seus problemas, com uma realidade estática e imutável) para a consciência crítica (anseia pela profundidade na análise de situações-limites, reconhece que a mudança é possível, busca uma postura crítica, investigativa e inovadora da realidade, ama o diálogo) (BRASIL, 2014).

Ninguém possui o poder de conscientizar ninguém, as pessoas se conscientizam mediatizadas pelo mundo, através das práticas e reflexões sobre elas.

[...] Para Paulo Freire, o processo de conscientização só se realiza quando além de tomar consciência da realidade os sujeitos se organizam coletivamente para atuar sobre a realidade para transformá-la (BRASIL, 2014, p. 26).

“A transformação da realidade e do mundo” poderá acontecer através de um processo educativo que busca construir novas relações (econômicas, culturais, sociais, ambientais, pessoais) baseadas na igualdade e na justiça: “Um processo educativo apoiado na educação popular procurará tornar as pessoas sujeitos de direitos, protagonistas dos seus destinos e contribuintes na transformação” (BRASIL, 2014 p. 26).

É “preciso partir da realidade concreta”, ou seja, a realidade que se dá aos professores quando existe a relação dialética entre objetividade e subjetividade. O educador precisa considerar a visão de mundo dos seus educandos (BRASIL, 2014).

Partir da realidade concreta supõe levantar tanto a visão de mundo dos educandos quanto os dados objetivos do contexto onde acontecerão as práticas sociais e as experiências educativas. Isto é, a educação popular busca romper com uma

perspectiva de educação “conteudista”, sem vínculo e relação com a realidade dos sujeitos envolvidos (BRASIL, 2014, p. 27).

A Educação Popular assume a realidade na sua totalidade concreta, questiona qualquer forma de fragmentação do conhecimento que leva às especializações. Assim, assume que a educação é um processo tanto cultural como uma prática para liberdade, valoriza a cultura popular como ponto de partida, ou seja, o conhecimento dos educandos (BRASIL, 2014).

A Educação Popular conjuga a pesquisa em educação com os processos de participação popular, integrando, no mesmo processo político-pedagógico, os/as educadores/as e os/as educandos/as (BRASIL, 2014, p. 28).

Sobre “a construção do conhecimento e a pesquisa participante”, o aprender e construir conhecimento são aspectos centrais do processo educativo, pois, a partir deles, pode-se articular a teoria com a prática, relacionar o conhecimento histórico construído com os saberes dos educandos e educandas. Com esse mesmo olhar, a pesquisa, quando mediada pelo diálogo, viabiliza um aprofundamento ao tema estudado e a produção de um novo saber (BRASIL, 2014).

Sem a atividade da pesquisa não existe ensino-aprendizagem e nem aprendizagem-ensino, todos estão em contínuo processo de ensinar e aprender (tanto educadores como educandos). Nessa concepção, o conhecimento não é algo que o educador doa ou deposita em seu educando, ele é algo que se constrói e reconstrói permanentemente através da pesquisa da realidade e na relação dialógica. Assim como também não se considera um conhecimento mais ou menos importante que outro, o conhecimento do educando tem tanto valor quanto o do professor, ou um conhecimento acadêmico tem o mesmo valor que um conhecimento do povo (BRASIL, 2014).

Sobre a “sistematização de experiência e do conhecimento”, é uma forma particular de criação participativa de conhecimentos teórico-práticos que está intimamente interligada à ação de transformação. Ela pode ser entendida como a construção da capacidade protagonista do povo (BRASIL, 2014, p. 28).

Segundo Freire (1987), a educação não pode ser uma doação ou imposição de certo conteúdo programático, ela precisa acontecer dialogicamente na relação educador-educando, de forma organizada e sistematizada. Ou seja, ela inclui o povo na criação do conhecimento e na elaboração dos conteúdos, o que insere o educando como protagonista.

Reconhece que toda ação cultural (que parte do povo) é sempre uma forma sistematizada e deliberada de ação sobre a estrutura social, a qual tem o potencial de transformação dessa realidade ou não (FREIRE, 1987).

A Educação Popular é uma concepção de educação que parte desses pressupostos epistemológicos com um conjunto de valores éticos e coletivos, como a construção de sujeitos populares e a busca por justiça, solidariedade, vivências democráticas, participativas e transparentes. Ela surge das situações-limite, geradoras de violência e da necessidade de superação dessas situações-limite. Assim, essa educação se instaura “como uma ação reflexiva e como prática cultural comprometida com a luta em direção ao ser mais” (BRASIL, 2014, p. 29).

Os elementos citados que constituem os pilares da Educação Popular sem dúvida alguma ultrapassam os limites do campo da Educação propriamente dito, uma vez que dizem respeito ao próprio processo comunicativo que se estabelece com pessoas de camadas populares e/ou em situação de exclusão. No tema em que a presente pesquisa se situa – do uso prejudicial de substâncias psicoativas –, faz-se importante a reflexão sobre as articulações possíveis com o campo da saúde, em especial com as propostas que visam questionar o modelo biomédico que centra o saber na figura do especialista, caso das políticas de humanização da saúde, que desenvolvemos na sequência. Por mais que essa proposta traga muitas potencialidades, precisamos vê-la também em suas limitações.

Paulo Freire e alguns pressupostos da Educação Popular foram descritos aqui como uma possibilidade de pensar propostas educativas, mas não como única forma. Existe a emergência de repensar a Educação Popular, tanto em aspectos teóricos como práticos (não podemos utilizá-la como uma receita de bolo).

Uma potencialidade da Educação Popular pode existir na sua articulação com os trabalhos em saúde, como uma possibilidade de potência de vida quando pode proporcionar um cuidado a partir do diálogo, da amorosidade e do respeito ao outro.

1.3. Política de Humanização da saúde

Em 2004, o Ministério da Saúde elabora uma Política Nacional de Humanização (PNH) à Saúde (BRASIL, 2004), o Humanizaus, a fim de tornar a humanização um eixo norteador das práticas de atenção e gestão de todas instâncias do SUS (Sistema único de saúde). Essa humanização não pode acontecer no sentido filantrópico da palavra, de “bondade”, pois perde-se a noção do direito à saúde.

[...] afirmamos a PNH como aporte e articulação de um conjunto de referenciais e de instrumentos, que tem como finalidade maior estar em meio aos processos de trabalho, no movimento de sua constituição, buscando ajudar a desequilibrar seus arranjos e produzir desvios nas relações instituídas, instigando novas composições, outras possibilidades de ser e trabalhar no âmbito da Saúde. O que importa, nessa direção analítica dos processos de trabalho, inseparável de uma perspectiva de intervenção, é potencializar outros modos de trabalhar que emergem cotidianamente nos serviços, partindo do que ali é experimentado pelo trabalhador (SANTOS FILHO; BARROS; GOMES, 2009, p. 605).

Essa Política Nacional de Humanização nasce como um movimento que propõe mudança nos modelos de atenção e gestão da saúde voltados para a racionalidade biomédica (SANTOS FILHO; BARROS; GOMES, 2009). Essa proposta tem um olhar inovador quando se preocupa tanto com os pacientes como com os funcionários da saúde:

[...] o “alvo” dessas ações é, grande parte das vezes, o usuário do sistema, que, em razão desse olhar, permanece como um objeto de intervenção do saber do profissional. Raras vezes o trabalhador é incluído e, mesmo quando o é, fica como alguém que “também é ser humano”(1) e merece “ganhar alguma atenção dos gestores” (BRASIL, 2004, p. 6).

O documento compreende a humanização como uma forma de ofertar atendimento de qualidade articulando os avanços tecnológicos com acolhimento, incluindo a melhoria dos ambientes de atendimento e as condições de trabalho dos profissionais. A Humanização precisa ser vista como uma das dimensões fundamentais da saúde, como uma política transversal (um conjunto de princípios e diretrizes que se traduzem em ações nos diversos serviços, nas práticas de saúde e nas instâncias do sistema, caracterizando uma construção coletiva) que opere todo o SUS e não apenas como um “programa” (para não correr o risco de surgirem relações verticais e normas de um programa) (BRASIL, 2004). E “é no encontro entre estes sujeitos concretos, situados, que a política de humanização se constrói” (SANTOS FILHO; BARROS; GOMES, 2009, p. 605).

A Humanização, como uma política transversal, supõe necessariamente que sejam ultrapassadas as fronteiras, muitas vezes rígidas, dos diferentes núcleos de saber/poder que se ocupam da produção da saúde (BRASIL, 2004, p. 7).

Essa política transversal, que propõe a Humanização da saúde, percebe que para “aumentar o grau de corresponsabilidade dos diferentes atores que constituem a rede SUS, na produção da saúde, implica mudança na cultura da atenção dos usuários e da gestão dos processos de trabalho” (BRASIL, 2004, p. 7), sendo esse aspecto uma das suas principais metas a serem alcançadas. Assim, a Humanização coloca a saúde como um direito das

peças e as coloca como corresponsáveis desse processo, acarretando troca de saberes (inclusive com pacientes e familiares); diálogo entre profissionais; modos de trabalho em equipe baseados nas construções coletivas; percepção das necessidades sociais e interesses de todos os atores envolvidos. Instaura-se um novo modelo de produção de saúde que investe num novo tipo de interação entre os sujeitos que promovem saúde e os que se beneficiam (BRASIL, 2004).

Tais ações políticas têm a capacidade de transformar e garantir direitos, constituir novos sentidos, colocando-se, assim, a importância e o desafio de se estar, constantemente, construindo e ampliando os espaços da troca, para que possamos caminhar na direção do SUS que queremos (BRASIL, 2004, p. 8).

Outra proposta do documento é de mapear e dar visibilidade a iniciativas e programas de humanização na rede de atenção SUS, assim como o intercâmbio delas, o que chamaram de Rede de Humanização em Saúde (RHS).

As diretrizes da Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2004, p. 8-9) da saúde são:

Ampliar o diálogo entre os profissionais, entre os profissionais e a população, entre os profissionais e a administração, promovendo a gestão participativa; Implantar, estimular e fortalecer Grupos de Trabalho de Humanização com plano de trabalho definido; Estimular práticas resolutivas, racionalizar e adequar o uso de medicamentos, eliminando ações intervencionistas desnecessárias; Reforçar o conceito de clínica ampliada: compromisso com o sujeito e seu coletivo, estímulo a diferentes práticas terapêuticas e co-responsabilidade de gestores, trabalhadores e usuários no processo de produção de saúde; Sensibilizar as equipes de saúde em relação ao problema da violência intrafamiliar (criança, mulher e idoso) e quanto à questão dos preconceitos (sexual, racial, religioso e outros) na hora da recepção e dos encaminhamentos; Adequar os serviços ao ambiente e à cultura local, respeitando a privacidade e promovendo uma ambiência acolhedora e confortável; Viabilizar a participação dos trabalhadores nas unidades de saúde por meio de colegiados gestores; Implementar um sistema de comunicação e de informação que promova o autodesenvolvimento e amplie o compromisso social dos trabalhadores de saúde; Promover ações de incentivo e valorização da jornada integral ao SUS, do trabalho em equipe e da participação em processos de educação permanente que qualifiquem a ação e a inserção dos trabalhadores na rede SUS.

Santos Filho, Barros e Gomes (2009) percebem que as diretrizes são orientações gerais da PNH, e possuem como objetivo principal a inclusão de usuários, trabalhadores e gestores na gestão dos serviços de saúde por meio das práticas citadas, como: a clínica ampliada, a cogestão dos serviços, a valorização do trabalho, o acolhimento, a defesa dos direitos do usuário, entre outras. O documento também estabelece dispositivos para a efetivação dessas metas: acolhimento com classificação de risco, colegiado gestor, visita

aberta e direito a acompanhante, equipe transdisciplinar de referência, Programa de Formação em Saúde e Trabalho (PFST), projetos cogерidos de ambiência, dentre outros.

Santos Filho, Barros e Gomes (2009) propõem que é preciso refletir sobre o que tem sido nomeado como princípios e diretrizes dessa Política, assim como o que tem se feito na área da saúde para que ela entre em vigor.

O trabalho de Redução de Danos pode ser percebido como uma estratégia que respeita os princípios e diretrizes dessa política nacional e se institui como uma forma de enfrentamento aos modelos de saúde biomédicos de forma vertical. Santos Filho, Barros e Gomes (2009, p. 606) percebem a necessidade de visibilizar essas práticas e novos movimentos:

[...] muitas vezes, esse enfrentamento é invisibilizado ou enfraquecido. Colocar os processos de trabalho em análise, dessa maneira, não se dissocia de uma perspectiva de intervenção, na medida em que fomenta e potencializa movimentos, desvios e rupturas, que sugerem transformar os modos de trabalhar e de ser no trabalho.

Moraes (2008) destaca a importância da mudança nas políticas de atendimento às pessoas usuárias de drogas (um exemplo é o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada aos Usuários de Álcool e Outras Drogas). Percebe o quando as novas políticas, que defendem a proposta da Redução de Danos para tratamento de pessoas que usam drogas, seguem os pressupostos da Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS) ao recomendar a ampliação da atenção integral à saúde, promovendo a intersetorialidade. A autora percebe a necessidade de as ações de tratamento a usuários de drogas irem ao encontro dessas novas políticas públicas:

Em suma, no atual contexto da atenção à saúde para tratamento de problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, marcado pela psiquiatria clássica e pelas formas alternativas de conceber e intervir nesse campo, os avanços das políticas públicas e a preconização de um modelo de atenção integral à saúde de usuários de drogas precisam ser compreendidos a partir de sua expressão na prática cotidiana das unidades (MORAES, 2008, p. 125).

Ao pensar a Redução de Danos como uma prática em saúde na qual os profissionais não se baseiam em práticas controladoras advindas do modelo hospitalocêntrico e buscam inserir a pessoa no seu próprio cuidado, podemos entendê-la como uma proposta que respeita os princípios da Política Nacional de Humanização.

1.4. Redução de Danos e Tratamento Comunitário: modelos não repressivos em saúde

Nesse subtítulo, pensamos a Redução de Danos e o Tratamento Comunitário como propostas alternativas ao modelo voltado para abstinência como única possibilidade de tratamento para pessoa que faz uso de drogas (lícitas e ilícitas). Por serem propostas que incluem o indivíduo no seu próprio tratamento e cuidado, podemos percebê-las como práticas humanizadoras.

Segundo Fonseca (2005), a redução de danos pode ser compreendida como um conjunto de estratégias de saúde pública que tem por objetivo reduzir ou prevenir as consequências negativas associadas ao uso de drogas. Constitui-se numa abordagem destinada a usuários que não querem ou não conseguem em um determinado momento parar de usar drogas. Ela representa um grande marco da ação em saúde pública, pois se apresenta como uma alternativa a abordagens que possuem como meta exclusiva a abstinência. A autora descreve como essa proposta percebe o homem e o usuário de drogas de forma diferente das propostas mais repressivas de atenção ao usuário:

A discussão sobre o significado de uma política de drogas voltada para a redução de danos envolve valores sociais e políticos sobre as relações entre indivíduos, sua liberdade individual e o direito de dispor do seu próprio corpo. O usuário de drogas é um ser humano e cidadão, com os mesmos direitos de uma pessoa que não utiliza drogas. Deve, portanto, estar incluído nos programas sociais e de saúde, respeitados seus direitos enquanto cidadão (FONSECA, 2005, p. 15).

A Redução de Danos, por ser uma proposta de saúde alternativa às estratégias baseadas na abstinência, conseqüentemente trouxe críticas e questionamentos em relação à sua validade, sendo por vezes vista como uma apologia às drogas. É somente em 2006, através da Lei 11.346/06, que a Redução de Danos acaba sendo regulamentada como uma política em saúde pública e amparada legalmente:

A Redução de Danos, atualmente, prevista pela Lei 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, é descrita pela Organização Mundial de Saúde como estratégia de saúde que visa prevenir ou reduzir às consequências negativas associadas a certos comportamentos e, ainda, pelo Ministério da Saúde, como ações para a prevenção das consequências danosas à saúde, decorrentes do uso de drogas, sem necessariamente interferir na oferta ou no consumo, sendo que o princípio fundamental que a orienta é o respeito à liberdade de escolha, vez que muitos usuários, por vezes, não conseguem ou não querem deixar de usar drogas (MARQUES; MALHEIRO, 2010 p. 50).

Mesmo com o respaldo das legislações e outros documentos oficiais, essa política ainda passa por grandes dificuldades no quesito do financiamento, pois, dependendo de verbas governamentais, ainda acaba por ser muito influenciada pela opinião pública, que, por sua vez, majoritariamente compartilha conceitos típicos da “Guerra às Drogas”.

Segundo Passos e Souza (2011), críticas e diversas retaliações judiciais que ações de Redução de Danos vêm sofrendo no Brasil (marcantes ainda hoje) apontam para um embate que não se reduz às limitações impostas pelo Direito Penal, como também apontam para a delimitação imposta ao campo da saúde constituída pela psiquiatria e a justiça em torno do “paradigma da abstinência”:

Por paradigma da abstinência entendemos algo diferente da abstinência enquanto uma direção clínica possível e muitas vezes necessária. Por paradigma da abstinência entendemos uma rede de instituições que define uma governabilidade das políticas de drogas e que se exerce de forma coercitiva na medida em que faz da abstinência a única direção de tratamento possível, submetendo o campo da saúde ao poder jurídico, psiquiátrico e religioso (PASSOS; SOUZA, 2011 p. 157).

Lemke e Silva (2013) reconhecem que o paradigma da abstinência assenta em dois modelos morais de entender o uso de substâncias, a partir da criminalidade e da doença psiquiátrica. Assim, o paradigma da abstinência não envolve somente a visão de instituições que definem o tratamento de forma coercitiva, mas também reflete na forma como a sociedade percebe o uso de drogas. Isso influencia a legislação, as propostas de tratamento, as políticas públicas, a forma com que as pessoas percebem aquelas que fazem uso, a “Guerra às Drogas” etc.

Passos e Souza (2011) percebem que o enfrentamento da Redução de Danos não é só com o discurso da lei, mas também com as práticas não-discursivas das instituições disciplinares (a justiça – prisão; a psiquiatria – manicômio; e a moral religiosa – comunidades terapêuticas e fazendas terapêuticas). Configura uma resistência a esses poderes disciplinares, que operam por meio da normalização das condutas “desviantes”, principalmente a partir da abstinência.

A inclusão do indivíduo no seu tratamento, dando-lhe autonomia sobre a própria vida e suas escolhas, própria à racionalidade que atravessa a concepção ampliada de Redução de Danos, a aproxima das concepções de Educação Popular e da Política Nacional de Humanização da saúde. Isso ocorre, por exemplo, na busca pela emancipação e implicação das pessoas no processo de intervenção:

A RD indicou uma forma de governo da multiplicidade, lutando pela manutenção da heterogeneidade que se encontra numa multidão e ao mesmo tempo pela consolidação de um compromisso comum, sem reduzir o usuário de drogas a formas identitárias como o doente ou criminoso. Através das associações, os usuários de drogas foram incluídos numa gestão comum organizada em rede (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 160).

Passos e Souza (2011, p. 157) observam que a redução de Danos traz uma importante contribuição no sentido de repensar a pessoa que faz uso de drogas:

[...] a RD coloca em questão as relações de força mobilizadas sócio-historicamente para a criminalização e a patologização do usuário de drogas, já que coloca em cena uma diversidade de possibilidades de uso de drogas sem que os usuários de drogas sejam identificados aos estereótipos de criminoso e doente: pessoas que usam drogas e não precisam de tratamento, pessoas que não querem parar de usar drogas e não querem ser tratadas, pessoas que querem diminuir o uso sem necessariamente parar de usar drogas.

A Redução de Danos é aqui pensada, portanto, como uma alternativa que vai contra as propostas repressivas de tratamento às drogas (proibicionista), principalmente no sentido de compreender a pessoa a partir de um modo não estereotipado e incluí-la no seu tratamento, podendo trazer contribuições educativas (no âmbito da emancipação e questionamento político). Ela vai além da estratégia de intervenção em si, configura-se como uma política ampla de saúde.

Não podemos esquecer, e certamente isto é o mais essencial, que a RD é um método construído pelos próprios usuários de drogas e que restitui, na contemporaneidade, um cuidado de si subversivo às regras de conduta coercitivas. Os usuários de drogas são corresponsáveis pela produção de saúde à medida que tomam para si a tarefa de cuidado. Reduzir danos é, portanto, ampliar as ofertas de cuidado dentro de um cenário democrático e participativo (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 161).

Segundo Moraes (2006), a política de redução de danos baseia-se em dois pressupostos: na impossibilidade de existir uma sociedade completamente sem drogas e na crença de que a guerra às drogas vai contra os princípios éticos e civis das pessoas (viola seu direito à liberdade de escolhas). Dessa forma, a abordagem da redução de danos propõe ações com estratégias de autocuidado importantes para diminuição da vulnerabilidade frente à exposição às situações de risco (ela inclui o usuário de drogas no seu próprio cuidado) e passa a ser percebida como forma privilegiada de intervenção em saúde pública.

O uso de drogas, ao contrário do que muitos pensam, não é algo somente das sociedades atuais e nem sempre estas foram vistas como “problemáticas”. A partir de diversos

documentos históricos e escritos, pode-se perceber o uso das drogas em diversas épocas e com as mais diversas finalidades.

O consumo do vinho na Antiguidade Romana acontecia entre adultos. Homens e mulheres bebiam em espaços diferentes, depois das refeições, como forma de tornar as relações mais agradáveis. Esse uso, entretanto, era proibido para as crianças as quais tinham direito a algumas gotinhas de ópio para que dormissem melhor. Séculos mais tarde, na Europa, beber vinho foi aconselhado na prevenção da tuberculose. A folha de coca, no passado e no presente, é mascada pelos povos andinos, tradicionalmente, sendo parte da economia camponesa, ‘lubrificante’ das relações sociais, como planta sagrada presente nas atividades religiosas, com propriedades medicinais, como forma de acompanhamento de situações individuais e coletivas na busca de soluções (cosmovisão). O uso de pílulas de cocaína, nos EUA no século XIX, assegurava curar a dor de dentes das crianças. No início do século passado, a prescrição de heroína era indicada nos casos de problemas respiratórios de adultos e crianças, conforme registro no Dicionário Vidal e Georges de especialidades farmacêuticas, na França, em sua primeira edição em 1914. A maconha além de dar prazer, também teve e tem função terapêutica (ACSELRAD, 2013, p. 5).

Somente com o tempo, e em alguns períodos históricos específicos, o uso de algumas drogas começa a ser criminalizado. No século XX, seu consumo, produção e comercialização no Ocidente se tornam ilícitos (geralmente por interesse de detentores do poder e do dinheiro) e estabelece-se uma internacional “Guerra contra as Drogas”:

A América e o Oriente integraram-se assim no mundo moderno fornecendo suas riquezas vegetais e sofrendo a empreitada colonizadora que buscou regulamentar o consumo das plantas. O tabaco, traficado pelos jesuítas, após uma resistência inicial dos protestantes e dos orientais, foi aceito e valorizado, juntando-se ao álcool, ao açúcar, ao café, ao chá e ao chocolate para constituírem o universo das drogas oficiais da vida cotidiana moderna, enquanto outros, como os cactos e cogumelos alucinógenos americanos foram proibidos pela Igreja no período colonial, assim como os derivados do ópio, da coca e da maconha, a partir do século XX, conheceram o estatuto da proscrição, nas diversas formas de proibicionismo (CARNEIRO, 2002, p. 116-117).

A “Guerra às Drogas”, que surgiu nos Estados Unidos e espalhou-se por vários países, tomou força nos anos 70, com Nixon, e atingiu seus extremos nos anos 80 e 90 (CARNEIRO, 2002). Influenciou diversos países, inclusive o Brasil, trazendo consigo uma visão conservadora (de controle e proibição) de algumas drogas:

A guerra às drogas se tornou ao mesmo tempo um exercício de controle social e uma estratégia para a ampliação da economia neoliberal a partir do exercício do poder e da violência. A economia neoliberal se fortalece através da intensificação de uma economia bélica, já que a lógica de guerra às drogas e a lógica de consumo não são lógicas opostas, elas se alimentam e se fortalecem mutuamente (PASSOS; SOUZA, 2011, p 155).

Segundo Carneiro (2002), a “Guerra contra as drogas”, intervenção política e militar sob pretexto de controle das drogas, tomou proporções e características de uma guerra neocolonial a partir do Plano Colômbia¹⁵ (2000).

A “guerra contra as drogas”, nascida do ventre da Lei Seca, além de servir para o enriquecimento direto das máfias, das polícias e dos bancos, serve para o controle dos cidadãos até mesmo no íntimo de seus corpos vigiados com testes de urina e batidas policiais. O interior do corpo como jurisdição química do Estado, o controle “aduaneiro” pelo Estado das fronteiras da pele, torna-se uma dimensão de intervenção e vigilância extremada sobre as populações (CARNEIRO, 2002 p. 125-126).

Desse modo, percebemos a “guerra contra as drogas” como uma proposta repressiva que acaba por promover uma maior violência e lucros a partir desses produtos “proibidos”.

Por outro lado, movimentos de contestação a essa visão hegemônica foram se desenvolvendo ao longo dos anos, partindo do princípio de que as drogas sempre estarão presentes na sociedade e que “o uso de drogas será, sempre, indiscutivelmente, uma questão humana” (NERY FILHO, 2010, p. 16). Essa proposta percebe a necessidade de adotar uma nova conduta perante o uso de drogas, mais voltada para reduzir os danos causados pelo uso problemático e contrapondo a proposta de abstinência como única opção verdadeira e eficaz.

A primeira proposta de Redução de Danos, paradigmática no questionamento à visão hegemônica citada, surge na década de 1980, quando o Reino Unido e a Holanda reconhecem os riscos potenciais de uma epidemia de HIV entre os usuários de drogas injetáveis. Intervenções são iniciadas no âmbito da saúde pública a fim de evitar a rápida disseminação do vírus entre essa população, e resultados bem-sucedidos são obtidos a partir do estabelecimento do programa de trocas de seringas (WODAK, 1998).

No Brasil, o primeiro programa de Redução de Danos começou em Santos, em 1989, a partir da mesma problemática dos países europeus, decorrente do aumento da contaminação pelo vírus HIV nos usuários de drogas injetáveis. O Programa de Troca de Seringas aconteceu numa das gestões municipais¹⁶ mais promissoras para a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de práticas concretas que animariam o sentido de saúde democrática, porém “o secretário municipal de saúde, David Capistrano, e o

¹⁵ O Plano Colômbia foi a intervenção dos Estados Unidos na Colômbia (anos 2000) com a justificativa de combater o narcotráfico no continente, sendo que a primeira intervenção militar aconteceu em Putumayo (sul da Colômbia) com a desculpa de combater o foco da guerrilha causada pelo narcotráfico.

¹⁶ Gestão municipal da cidade de Santos em 1989, na qual fazia parte o secretário municipal de saúde, David Capistrano, e o Coordenador do programa de DST/AIDS, Fábio Mesquita.

Coordenador do programa de DST/AIDS, Fábio Mesquita, sofrem uma ação judicial por adotarem a estratégia de Redução de Danos, acusados de incentivarem o uso de drogas” (MESQUITA, 1991 apud PASSOS; SOUZA, 2011, p. 156).

Com o tempo, a redução de danos vai aumentando as suas ações, passa de ser uma resposta pragmática de controle da epidemia da AIDS aos usuários de drogas injetáveis para a prevenção de outros tipos de administração de drogas (o cenário das drogas foi se modificando). Agora se preocupando também com as doenças sexualmente transmissíveis, hepatites virais, tuberculose e com as complicações geradas pelo uso indevido ou problemático das drogas. Surge a necessidade de pensar a redução de danos localmente (práticas e estratégias), até para não cair no discurso de que a RD seria mera distribuição de insumos, o que faz com que a prática perca sua dimensão política de luta pelos direitos humanos e cidadania (RUI, 2012).

[...] os ideais de redução de danos foram deixando de estar restritos às políticas mais pragmáticas de combate a doenças específicas (como o caso da aids) e, saindo daí, passaram a ganhar e pleitear no debate público o estatuto e a fala oficial da política sanitária sobre drogas, bem como a compor, inclusive em termos institucionais, um conjunto de ações que, no atual momento, estão a cargo das pastas de saúde mental (RUI, 2012, p. 58).

Os pressupostos que norteiam a proposta da Redução de Danos passam a guiar outras ações no campo do uso de drogas e essa começa, aos poucos, a ser percebida com objetivos ampliados, não se tratando mais apenas de uma proposta preventiva ou de troca de seringas. Passa a ser progressivamente articulada com a luta pelos direitos humanos dos usuários de drogas, colocando-se como alternativa às políticas “antidrogas”.

[...] O método da RD foi, aos poucos, se descolando do foco específico de prevenir, efetivado através do dispositivo de troca de seringas, e assumiu objetivos mais amplos, acionados por novos dispositivos de gestão e atenção” (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 159).

Rui (2012, p. 58) afirma que:

Numa área de interface entre a saúde pública, a psicologia e as ciências sociais e fruto da luta de muitos ativistas, os seus entusiastas consideram a redução de danos uma das mais progressistas políticas de prevenção ao uso e abuso de drogas, sobretudo porque não exige a brusca interrupção do uso e porque o entende como um direito individual, visando, para tanto, oferecer opções que prezam por usos menos arriscados.

O Tratamento Comunitário, outra proposta norteadora das intervenções desenvolvidas pela Associação “Pode Crer”, é uma proposta elaborada na Itália por Efrem Milanese e reproduzida por algumas instituições no Brasil. Pode ser pensada em conjunto com a Redução de Danos, pois surgem de uma mesma visão de mundo.

O tratamento comunitário configura-se como um conjunto de estratégias participativas ativas e conscientes, com finalidade de melhorar as condições de vida de pessoas que abusam de drogas e possuem uma condição social mais generalizada (MEIRELLES; GONÇALVES, 2012). Opera com uma visão de sujeito que acaba por permear o modo como essa instituição percebe seu público-alvo (uso de álcool e outras drogas, a situação de rua, as diversas vulnerabilidades associadas à sua condição etc.) e, conseqüentemente, as práticas desenvolvidas para o atendimento dessa população.

A primeira proposta de Tratamento Comunitário na América Latina acontece no México, em 1989, quando a sociedade civil e uma universidade começam a pensar numa proposta de entender o fenômeno da droga a partir da prevenção e reabilitação. Essa proposta vai se estabelecendo por fases ou etapas, até chegar à proposta atual. (MILANESE, 2012).

A estruturação desse trabalho aconteceu de 1989 até 2012. No Brasil, seis instituições atuam dentro desta proposta: Associação Reciclázaro¹⁷, Associação Lua Nova¹⁸, Instituto Empodera¹⁹, Associação “Pode Crer”²⁰, O amor é a Resposta²¹, e SPM²² (cada uma desenvolvendo atividades específicas a seu grupo de atendidos e com propostas bastante divergentes, mesmo partindo da mesma proposta de Tratamento Comunitário).

O tratamento comunitário é entendido como um conjunto de ações, instrumentos e práticas organizadas em um processo, cujo o objetivo é promover a melhoria das condições de vida das pessoas que abusam de drogas e vivem em situação de exclusão social grave. Esta abordagem atua também na melhoria das condições de vida na comunidade local na qual os consumidores de drogas moram (MILANESE, 2012, p. 26).

Trata-se de uma proposta que compartilha de objetivos e visões de mundo comum à Redução de Danos, principalmente da crença de que o indivíduo não deve ser retirado do seu espaço de vida e ser excluído da sociedade (através de internações com propósito da abstinência) para realizar um tratamento relativo a uso problemático de drogas. Segundo

¹⁷ Disponível em: <<http://www.reciclazaro.org.br/>>.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.luanova.org.br/>>.

¹⁹ Disponível em: <<http://institutoempodera.wix.com/instituto-empodera>>.

²⁰ Disponível em: <<https://associacaopodecrer.wordpress.com/about/>>.

²¹ Disponível em: <http://oamorearesposta.com/?page_id=193>.

²² Disponível em: <<http://spmnordeste.blogspot.com.br/2012/04/respostas-comunitarias.html>>.

Milanese (2012, p. 26), o trabalho deve ser realizado dentro da comunidade, promovendo ações que melhorem esse ambiente, “esse trabalho é desenvolvido em parceria com a própria comunidade, junto com ela e por meio dela”.

Porém, no Tratamento Comunitário, dá-se uma ênfase maior na questão do território; é a partir dele que todo o tratamento será elaborado e realizado, principalmente nas comunidades que estão em situação de grave exclusão.

Milanese (2012, p. 27) percebe situações de alta vulnerabilidade ou alta exclusão nos locais/comunidades em que se observam:

1- dinâmicas e processos de extrema pobreza ou empobrecimento; 2- níveis escolásticos muito baixos ou inexistentes com processos de afastamento da educação formal; 3- falta de trabalho ou de trabalho digno; 4- formas precárias de sustentação (trabalho ocasional, mal retribuído, à margem da lei ou em clara violação de lei); 5- graves processos de violência comunitária (violência física e psicológica, segregação, guerrilha, guerra); 6- vida na rua e da rua; 7-exploração sexual e doenças transmitidas pela via sexual, ao HIV-AIDS; 8- deslocamentos e migrações forçadas; 9- impossibilidade de acesso aos serviços básicos de saúde, educação, segurança e proteção social.

1.5. Redução de Danos e Educação: possíveis articulações

Segundo Paes (2006), pensar a relação entre Educação e Drogas não é algo novo. Podemos considerar, porém, que ainda são poucos os estudos que se referem especificamente à interface entre Educação e Redução de Danos, sendo a maioria deles advinda da área da saúde e poucos referindo-se ao aspecto educacional da prática.

No Brasil, fala-se muito de prevenção em drogas, quando na realidade o país está precisando mais de uma educação sobre drogas. Para ela, a prevenção tal como é executada está mais no sentido de evitar que o uso da droga aconteça (compactuando com a ideia de abstinência e da internação como ideal de tratamento) do que para uma consciência sobre drogas em si: “Parte-se de um critério de verdade que abre caminho para soluções violentas e imediatistas e que não incluem a construção de um projeto de futuro” (ASCELRAD, 2013, p. 1).

Desse modo, Ascelrad (2013) defende uma “educação para autonomia” sobre drogas contrapondo-se à visão hegemônica presente nas intervenções de prevenção ao uso de drogas, que as vê como uma “ilusão perigosa”, em linha com a visão proibicionista. Esse modelo de educação sobre drogas possui a proposta de trazer questionamentos no lugar do discurso proibicionista, a fim de “criar condições para que cada sujeito se torne autor na construção e reconstrução do sentido do uso de drogas” (p. 1-2).

Esses aspectos citados pela autora como proposta de uma “educação para autonomia” sobre drogas é uma das principais contribuições da Redução de Danos: o questionamento das políticas hegemônicas de controle do uso a partir da ideia de abstinência, propondo uma alternativa a esse modelo para que o sujeito desenvolva autonomia em seu processo de cuidado.

A “educação para autonomia”, de Acselrad (2013), defende como elementos de sua proposta: recuperar a memória de outros usos de drogas historicamente (no passado não tão distante e também no presente), que davam prazer sem danos, e o modo como foram cercados de controles sociais construídos coletivamente; discutir conceitos (como de dependência e uso problemático); discutir programas (as abordagens de educação em saúde aplicada às drogas: PROERD²³ ou redução de danos); colocar a legislação proibicionista em questão; recorrer aos estudos sobre usos e costumes relacionados às drogas, o que pode ajudar a esclarecer o contexto de uso; valorizar o pensar (a fim de nos livrarmos dos bloqueios que a sociedade nos impõe para podermos agir de forma mais autônoma); redefinir o lugar do educador e do educando (defendendo que o educador supere a função tradicional de vigiar e punir para uma atuação significativa visando à reflexão e que o educando não seja mero receptor do conhecimento, mas sim alguém capaz de pensar e construir uma fala original); auxiliar na construção de sujeitos capazes de deliberação e de vontade; e formular um discurso alternativo ao proibicionismo.

A educação para a autonomia propõe conviver com as drogas de forma consciente. Afinal, “nossa cultura, como todas as outras, conhece, utiliza e procura drogas. É a educação, a inquietude e o projeto vital de cada indivíduo que pode decidir qual droga usar e como fazê-lo. O papel do Estado não pode ser mais que informar da forma mais completa e razoável possível sobre cada um dos produtos, controlar sua elaboração e sua qualidade e ajudar os que desejam ou se virem prejudicados por esta liberdade social”. Assim, a normalização com controles coletivos da produção, comércio e uso de drogas, associada à luta afirmativa de direitos sem discriminação permitirá o aumento da demanda por orientação e ajuda, sendo capaz de reduzir danos e rompendo o círculo perverso da violência (ACSELRAD, 2011 p. 9).

Paes (2006, p. 124), analisando a proposta da Redução de Danos e instituições que realizam trabalho a partir dessa proposta, considera que:

Os usuários de drogas e a comunidade como partes de um todo são influenciados pela repercussão de saberes e de valores difundidos por essas instituições. O método adotado para o atendimento aos usuários atua para além dos limites internos da

²³ O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) consiste num projeto de inspiração norte-americana, o qual leva policiais nas escolas brasileiras com discursos proibicionistas e de abstinência, com práticas baseadas no medo e controle de comportamentos (ACSELRAD, 2013).

instituição e influencia toda a comunidade com o seu saber e sua prática. Em outras palavras a instituição de atendimento reproduz, intencionalmente ou não, modelos de intervenção que difundem valores na comunidade circundante.

Esse autor observa que os redutores de danos, mobilizados pela política de RD, realizam sua prática ensinando intencionalmente os usuários, escolhendo conteúdos, desenvolvendo atividades e planejando o trabalho. Assim, percebe as atividades do redutor como intencionais, e os usuários podem ou não reagir espontaneamente a essa ação:

Somente é possível entender como os redutores ensinam, compreendendo, concomitantemente, como os usuários aprendem. A relação de ensino e aprendizagem é um processo objetivo e dirigido de mediação dos redutores junto aos usuários, para que estes se apropriem de aspectos previamente selecionados da cultura histórica (PAES, 2006, p. 246).

Petuco (2010, p. 21) se utiliza da Educação Popular para pensar articulações possíveis entre educação e Redução de Danos. Para ele:

Todos/as trabalhadores/as de saúde operam, de algum modo, educação em saúde, sendo que talvez (e apenas talvez) possamos excetuar os/as profissionais que atendem nas emergências. Guardada esta possível exceção, insiste-se: todo/a trabalhador/a de saúde é também educador/a.

Para esse autor, existem duas vertentes de educação em saúde: uma educação em saúde em sua vertente positivista, presente nos programas de drogas mais repressivos que objetivam um controle e abstinência, a “tradição higienista”; e uma educação em saúde de perspectiva que articula elementos da microssociologia, da fenomenologia, do marxismo e da filosofia da diferença, denominada por ele de “tradição popular” (PETUCO, 2010). A “educação higienista” em saúde concebe a sociedade humana como regulamentada pelas leis naturais. Nela, predomina a concepção da neutralidade do educador, que embasa práticas em educação marcadamente conservadoras e moralistas e que culpabilizam os sujeitos por seus agravos em saúde. Já na educação popular em saúde, percebe-se a influência de Paulo Freire, entendendo-se a educação em saúde a partir da práxis pedagógica amparada em uma concepção radicalmente dialógica. Nessa educação, há uma valorização dos saberes desprezados pelo modelo higienista, os quais serão matéria-prima para construção de um projeto de educação em saúde. “Projetos em que o/a educador/a, longe da velha autoridade professoral, é educado no ato de educar” (PETUCO, 2010, p. 24).

Petuco (2011a, p. 16) discute a importância de se começar a pensar uma educação sobre drogas, na Redução de Danos, a partir do olhar freireano:

O que talvez pareça simples para a Educação Popular, é um grande avanço para pensar o cuidado de pessoas que usam álcool e outras drogas. As contribuições para pensar múltiplos aspectos da problemática das drogas são imensas. Interessa-me sobremaneira a extensa tradição freireana de respeito à horizontalidade, à dialogicidade, a potência do processo pedagógico que se esforça para partir da realidade do educando, e não do desejo do educador; interessa-me a complexidade freireana, que poderia nos ajudar em uma compreensão das drogas, para além dos aspectos fármaco-químicos, como fenômeno político e cultural; interessa-me, sobretudo, a imensa fé na “vocação ontológica para o ser mais”.

Petuco (2011b) refere a “escuta radical” e o “acolhimento incondicional” como pressupostos da Educação Popular que irão contribuir na reflexão sobre os problemas relacionados ao uso de drogas, nas intervenções junto a usuários e na elaboração de políticas públicas para as pessoas que fazem um uso problemático. Para ele, a “escuta radical” do outro é uma “possibilidade de um acolhimento radical das diferenças, de uma escuta que está para além da normatividade, uma escuta que realmente quer dialogar com a diversidade, e que não apenas diz isto por achar bonito” (p. 2). O “acolhimento incondicional” (no qual também é realizada a escuta radical) é um espaço para compartilhamento dos discursos “proibidos” aos usuários de drogas. Para o autor, só são permitidos dois tipos de discursos aos usuários de drogas em nossa sociedade: “o chamado de desesperado ou derrotado, das pessoas que não aguentam mais o uso, e heróico ou vitorioso, das pessoas que superaram o uso de drogas, e que se apresentam como heróis” (p. 3). Uma das tarefas do educador popular é a criação desse espaço radical de acolhimento, no qual se fazem permitidos os demais discursos interditos pela sociedade.

[...] se nós não fizermos isso, o educando vai nos dizer aquilo que ele acha que queremos ouvir. Por quê? Porque ele quer ser acolhido! E quando ele quer ser acolhido, ele vai nos trazer aquilo que ele acha que queremos ouvir. Ele não vai dizer nada que possa resultar em sua exclusão. E sabem do que mais? Normalmente aquilo que ele acha que nós queremos ouvir é realmente aquilo que nós queremos ouvir. Normalmente ele não está enganado (PETUCO, 2011b p.3).

Esses discursos que são socialmente aceitos podem interferir negativamente na individualidade das pessoas e nas suas escolhas, uma vez que fazem (conscientemente ou não) com que as pessoas não reflitam sobre sua relação com a droga.

O acolhimento incondicional é um “acolhimento em oposição à ideia de alta exigência” (PETUCO, 2011b, p. 8):

Acolher diz respeito à nossa capacidade de aceitar as diferentes formas de ser e estar no mundo, à nossa abertura diante da diversidade. Diz respeito à nossa capacidade

de abrir os ouvidos para além dos discursos autorizados descritos anteriormente, e também à nossa abertura ao outro, inclusive naquilo que nos mobiliza de modo negativo, que nos incomoda, que nos desestabiliza. E por mais que o óbvio seja por vezes maçante, é preciso que se diga: acolher é muito mais que uma sistematização da recepção no serviço (ainda que isto seja algo de extrema importância); trata-se de uma postura ética diante da vida, do trabalho, do cuidado (p. 8).

Segundo Petuco (2011a), outra grande contribuição da Educação Popular para a clínica das pessoas que usam drogas se faz no sentido de valorizar os “saberes negligenciados”, para “tornar as práticas credíveis” (SANTOS, 2006).

Trata-se de toda uma categoria de ensinamentos, presentes não apenas em Paulo Freire, mas também em Boaventura de Sousa Santos, no sentido da “valorização dos saberes negligenciados”. Neste sentido, nada mais potente do que a Redução de Danos, que vai lá no lugar (no “miolo do bagulho”, como se diz no Rio Grande do Sul), que vai lá dentro dialogar com as pessoas, que vai ouvir as práticas de cuidado que estas próprias pessoas construíram, e que vai ajudar a turbinar essas práticas. Ou seja: não apenas uma escuta que acolhe o sofrimento (quando isto é fundamental), mas que busca acolher a potência (PETUCO, 2011a, p. 9).

Daí emerge um potencial político, não somente acolhedor, a partir dessa escuta. Existe, assim, um caráter mobilizador e um protagonismo dos indivíduos a partir da possibilidade dessa escuta diferenciada, o que pode levar à coparticipação em sua própria luta, uma “participação política das pessoas que usam drogas” (PETUCO, 2011b, p.10).

Acselrad (2013) e Petuco (2011b) corroboram a ideia de que é preciso pensar novas palavras, novos conceitos sobre drogas: de que o crack é um problema social e não uma epidemia, de que o uso de drogas é algo ligado ao sofrimento das pessoas e não fruto de uma dependência química “biológica”, de que o modelo psicossocial é superior ao voltado à abstinência. Para Petuco (2011b), toda clínica é política e implica em uma visão de mundo e de homem por trás de sua prática. Isso vale tanto para uma clínica que tem por único objetivo a abstinência, que determina o objetivo final do tratamento antes mesmo da pessoa entrar pela porta; ou uma clínica que possui uma proposta mais psicossocial de atendimento e compreensão do indivíduo que está em uso problemático de drogas. Nesse sentido, a clínica tem que oferecer mais que a escuta psicológica tradicional, pois essa, por mais que essa seja importante, não consegue dar conta de todas as múltiplas dimensões de sofrimento vividas. É preciso contribuir também para a mobilização das pessoas.

A opção por abordagens que investem em autonomia e cuidado é tão política quanto aquelas que investem em disciplinamento e controle, e cada uma das opções tem suas técnicas, suas dinâmicas, seus “procedimentos”, levadas a cabo por bons ou maus profissionais. (PETUCO, 2011b, p. 7).

A clínica freireana (baseada na Educação Popular) possui uma posição política marcante, em oposição à clínica disciplinar, a qual pensa as pessoas que usam drogas como apenas doentes ou criminosas. Ela utiliza-se de uma escuta (radical), que nos permite perceber as pessoas que usam drogas para além dessas concepções reducionistas; uma qualificação dos encontros com estas pessoas a partir da humanização do outro em resistência aos processos de desumanização. Dá-se, a partir disso, uma abertura para a experiência do outro, o que permite uma fala para além dos discursos autorizados (PETUCO, 2010).

A educação popular constitui-se em instrumento de defesa da vida e da autonomia. Na emergência dos “Novos Movimentos Sociais”, é possível perceber a mesma potência: os/as oprimidos/as não são somente os/as pobres, mas todo e qualquer coletivo humano sob o qual recaem os efeitos do poder (PETUCO, 2010, p. 27).

Petuco (2010, p. 26) reconhece o quanto a redução de danos tem potencial de “clínica freireana”:

A Redução de Danos nasce não apenas abrindo-se para, mas deliberadamente em busca destes discursos. Era justamente porque se entendia que havia algo mais, algo da ordem da multiplicidade, que se pôde investir em algo como a Redução de Danos. No Brasil, a Redução de Danos constituiu enclaves na defesa de outros olhares sobre as drogas e seus usos. O ambiente político-reflexivo do movimento de luta contra a Aids foi um solo fértil para o desenvolvimento da Redução de Danos. Foi no âmbito das políticas de Aids que se radicalizou a ideia de que as políticas de saúde devem respeitar a diversidade, bem como os limites e potencialidades de cada sujeito, levando-se às últimas consequências a noção freireana de que o conhecimento não deve ser depositado, mas construído junto com o educando.

Assim, Petuco (2010) reconhece o quanto os/as redutores/as de danos operam como mediadores/as culturais entre as pessoas que usam drogas e o campo político-reflexivo das drogas. Estabelece-se um grande potencial em não ser uma política pública repressiva e conservadora.

2. “PODE CRER”: UM ESPAÇO PARA (COM) TODOS

Neste capítulo, apresento a instituição “Pode Crer” e seu trabalho. Para a escrita deste texto, utilizo-me de textos publicados pela Associação e a descrição da experiência de observação participante desde o período da Iniciação Científica. Esse material auxiliou-me na análise e maior compreensão das atividades desenvolvidas pela Associação e possíveis articulações com a Educação Popular.

A Associação “Pode Crer” foi fundada em 2008, na cidade de Sorocaba, por meio de projeto iniciado por uma médica infectologista, Dra. Vilma Lucia Carmona Gonçalves, e uma psicóloga, Marta Maria Meirelles. Ela nasce com o objetivo de trabalhar com pessoas que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social: “situações de exploração sexual, uso e abuso de drogas, violência, falta de moradia, gravidez não planejada, desemprego, desagregação familiar etc.” (MEIRELLES; GONÇALVES, 2012, p. 369).

No geral, nosso público é formado por pessoas com baixa escolaridade, em sua maioria sem profissionalização, desempregadas, às vezes com trabalho informal na coleta de material reciclável, muitas vezes sem documentação, sem residência fixa e com vínculos familiares fragilizados ou ausência de vínculos. Alguns são depressivos diante do avanço de suas dificuldades no trato dos problemas do cotidiano ou então portam outros transtornos mentais e, frequentemente, relatam histórias de uso abusivo de álcool e/ou outras drogas (p. 369).

Meu primeiro contato com a Associação “Poder Crer” inicia-se em 2010, por meio do projeto de Iniciação Científica (SILVA; GARCIA, 2013), no qual analisamos oito trajetórias de vida de jovens em situação de rua da cidade de Sorocaba, frequentadores dessa mesma instituição, e pudemos perceber que não se pode homogeneizar as trajetórias desses jovens, sendo necessário entendê-los como pessoas diferentes que possuem como pontos em comum a condição de estar na rua e/ou vulnerabilidade social. A heterogeneidade da população em situação de rua é também ressaltada em diversos estudos, como os de Rosa (2005), Vieira (1992) e Rui (2012).

A partir do acompanhamento de do trabalho realizado pela “Pode Crer”, pude perceber que a Associação corrobora com essa visão, considera a singularidade de cada pessoa que a frequenta. Nesse capítulo, a partir da descrição do *Drop In*²⁴, da Casa de

²³ *Drop in* é o espaço de acolhimento da instituição, gerido pelos próprios usuários no que tange à organização do espaço, limpeza e regras de convivência. O *Drop in* tem o objetivo oferecer um local onde o indivíduo possa representar seu próprio papel e ser um agente confiante de sua própria mudança. Nesse espaço, uma série de atividades são realizadas (como as oficinas). Seu funcionamento é de segunda à sexta-feira, das 14h às 20h. Disponível em: <<https://associacaopodecrer.wordpress.com/atividades-e-conceitos/>>.

Passagem²⁵ e da Redução de Danos²⁶, é possível perceber a visão de homem e de mundo que perpassa as atividades desenvolvidas pela Associação. Os limites e possibilidades também estarão presentes, principalmente por existir em uma cidade tão conservadora. Apresentarei aspectos importantes vistos nesses três projetos desenvolvidos, sem uma ordem cronológica, para exemplificar aspectos centrais do trabalho e as mudanças com a passagem do tempo.

A “Pode Crer” é financiada por meio de projetos específicos: o *Drop in* pelo Programa Municipal DST-AIDS da Secretaria de Saúde e a Casa de Passagem pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social²⁷. Em certos momentos, esses repasses não são suficientes para custear todos os gastos dos projetos, sendo necessária uma contrapartida por parte da própria organização não governamental.

Rui (2012) escreve sobre essa dificuldade de obtenção de verba para os PRDs²⁸ e reconhece como um dos motivos para essa problemática as transformações institucionais. Nos últimos anos, em decorrência da mudança do cenário do uso de drogas no Brasil, caracterizado pelo decréscimo da epidemia de AIDS entre usuários de drogas injetáveis, a dificuldade de encontrar tais usuários nos campos de atuação e o aumento do uso de cocaína fumada (o crack) marcaram novas características que trouxeram mudanças significativas nas formas de atuar dos PRDs, o que refletiu muito nas fontes financiadoras e, sobretudo, na sua inserção institucional. Assim, os PRDs passam a estar muito mais incluídos nos programas de saúde mental do que no programa de nacional de AIDS.

A maior parte do financiamento que a “Pode Crer” recebe ainda advém do programa DST/AIDS. No contato diário, é possível perceber que a Associação constantemente passa por dificuldades financeiras. Esse fato possivelmente é decorrente das poucas linhas de financiamento voltadas para instituições que realizam trabalho de RD, pela burocracia envolvida na renovação desses projetos (que faz com que os repasses cessem por algum tempo) e pela falta de reajustes financeiros advindos dos projetos que possuem uma realidade que faz com que os recursos financeiros nunca sejam suficientes (tanto para o salário dos funcionários como para suprimentos e despesas com a casa).

Um possível limite dos financiamentos refere-se à necessidade de constantemente se buscar adequação às determinações dos financiadores de seus projetos, como é o caso do estabelecimento de oficinas, de mudanças no espaço para serem compatíveis às determinações

²⁵ Casa de Passagem consiste em um projeto da Associação “Pode Crer” no qual é oferecido um espaço transitório para que algumas pessoas possam passar a noite e dormir.

²⁶ Intervenções externas em redução de danos nas regiões de alta vulnerabilidade social ou que concentrem um número significativo de usuários de drogas.

²⁷ Informação dada pela própria coordenadora da Associação

²⁸ PRDs: abreviação para Programas de Redução de Danos

da vigilância sanitária²⁹, ou de provar que existe um número adequado de frequentadores (o que exige que assinem quando a frequentam, inibindo o ir-e-vir frequente entre pessoas em situação de rua). Fica evidente como o Estado ou agentes financiadores vão contra as concepções de trabalho e visão de sujeito que a “Pode Crer” possui, dificuldades enfrentadas pela maioria das ONGs que trabalham com pessoas que abusam de drogas a partir da perspectiva da Redução de Danos:

As ONGs desempenharam um importante papel na história da RD no Brasil, já que, a partir delas, os redutores de danos puderam construir uma rede cooperativa e democrática. Entretanto, a criação das redes de redução de danos não representou um desatrelamento da máquina estatal. Ao invés disso, a mobilização dos redutores de danos gerou uma estranha e paradoxal relação com o Estado: receber financiamento do Estado e, ao mesmo tempo, conjurar a política antidrogas ainda hegemônica na máquina estatal (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 159).

Por não aceitarem as políticas antidrogas ou até por realizarem um trabalho voltado para a população em situação de rua, tornam-se constantes as dificuldades financeiras e de aprovação de projetos. Em vários meses, os funcionários sofreram por falta de salários ou pela falta de material para o funcionamento do trabalho (como televisores, alimentos, material de higiene, material para confecção de cachimbos etc.), que era às vezes minorado por doações emergenciais por parte de alguém, frequentemente da(s) própria(s) coordenadora(s).

Fato possível de ser percebido na observação participante no *Drop in* (espaço que ainda será descrito). Certo dia, me deparei com a angústia da Coordenadora sobre o fato de um possível fechamento da Associação e das atividades. Ela estava até pensando na possibilidade de rifar um carro (atividade que não foi possível de ser realizada) para poder acertar todas as despesas existentes. Foi nesse mesmo dia que ela me solicitou que divulgasse o nome da Associação no presente trabalho, pois relatou acreditar que uma maior visibilidade da instituição e das propostas de Redução de Danos poderia contribuir com as dificuldades enfrentadas³⁰.

Outro aspecto observado foi a mobilidade da Associação. No momento da Iniciação Científica, sua sede encontrava-se em um imóvel na região central de Sorocaba, de onde foi obrigada a sair por pressão dos moradores vizinhos junto ao locatário do imóvel. Nesse local, oferecia-se o acolhimento dessa população, encaminhamentos necessários,

²⁹ Diário de Campo: 03/10/2013, 01/04/2014 e 22/04/2014. Ressalta-se novamente que os nomes dos integrantes da equipe e dos frequentadores da Associação estão modificados ou ocultados para preservar sua identidade, com exceção das coordenadoras da ONG, que autorizaram sua nomeação, em virtude de ser impossível sua não-identificação pela posição que ocupam na Associação.

³⁰ Diário de Campo: 29/08/2013.

banho, lavanderia e várias atividades no formato de oficinas. Nesse momento, os portões da Instituição encontravam-se com as portas permanentemente abertas. Após muitos conflitos com a vizinhança (que não os queria por perto), as coordenadoras começaram a deixar os portões fechados.

Podemos perceber uma marcante exclusão e não aceitação do trabalho realizado pela Associação, que é caracterizado pela presença e atendimento de pessoas em vulnerabilidade social e/ou em uso de drogas (pessoas vistas pela sociedade como “drogados”, “vagabundos”, “marginais” e tantas coisas concepções pejorativas). Como já fora citado nesse trabalho, a cidade de Sorocaba é historicamente marcada por um forte controle do espaço urbano pela elite (BADINNI, 2005), aspecto que permanece ainda hoje. Burgos (2013) também observou um processo de valorização espacial desigual e formação de um espaço urbano segregado, muito influenciado pelos interesses imobiliários. Sendo o espaço central valorizado pela especulação imobiliária e marcada pelos interesses dos comerciantes, podemos inferir uma relação entre o processo de expulsão da “Pode Crer” desencadeado por essas características e interesses financeiros e de controle do espaço urbano.

Isso está muito associado aos movimentos de expulsão de usuários de drogas de certos lugares, que aqui será descrito junto ao relato da “Redução de Danos”. Podemos perceber que é como se o espaço do *Drop in* incorporasse o estigma voltado à população atendida, às “pessoas indesejadas”. Assim como existem representações pejorativas em relação à população em situação de rua (MATTOS; FERREIRA, 2004) que refletem nas relações sociais e produzem uma negação da humanidade dessas pessoas, essa Associação é reflexo desse olhar e percebida da mesma forma.

Historicamente, os Programas de Redução de Danos sofreram as mais diversas retaliações e dificuldades por terem trazido uma proposta de saúde alternativa aos modelos baseados somente na abstinência (modelo de tratamento predominante por muito tempo), o que fez com que acabassem sendo vistos como fazendo apologia às drogas (PASSOS; SOUZA, 2011; MARQUES; MALHEIRO, 2010). Em uma cidade como Sorocaba, reconhecidamente conservadora, amplia-se esse olhar distorcido dessa proposta em saúde. A visão distorcida do trabalho de RD desenvolvido, marcada pelo seu desconhecimento, sem dúvida é outro motivo por detrás dessas expulsões e reclamações por parte da população local.

Em abril de 2011, em decorrência dos conflitos com a vizinhança e desse processo de expulsão, a Associação mudou sua sede para um bairro da cidade, porém continuou a ter os mesmos problemas de quando estava na região central, em relação à pressão da vizinhança. Em junho de 2012, mudou novamente de localização, nas proximidades da segunda casa.

Sempre que ocorrem estas mudanças, a Instituição fica menos frequentada por um pequeno período de tempo (dados obtidos pela pesquisa de iniciação científica realizada de 2010-2012).

Essa diminuição de frequentadores pode estar associada a essas mudanças, que sempre acontecerem de forma repentina. Durante a iniciação científica (momento em que acompanhava a Associação semanalmente), houve uma mudança súbita da sede, da qual fiquei sabendo ao deparar-me com uma placa fixada na porta com a notificação da mudança. Essa mudança aconteceu em menos de uma semana e no dia em que eu estava na Associação não fui informada, pois provavelmente ainda não estava totalmente nos planos da instituição essa mudança³¹.

Nesse primeiro contato com a “Pode Crer”, ainda permaneciam as duas fundadoras, principalmente no acompanhamento das supervisões das atividades e dos educadores/redutores de danos da instituição. Uma estabilidade que não é/era muito recorrente entre os demais funcionários da instituição, pois existe uma grande rotatividade de redutores de danos, educadores, estagiários, funcionários e profissionais da psicologia na Associação, inclusive sendo muito comum as pessoas retornarem a trabalhar no local depois de certo tempo. São recorrentes meus reencontros com pessoas que acabaram tornando-se amigas em alguns casos.

Em 2013, início da observação participante do mestrado, a médica infectologista já não estava fazendo parte efetivamente da equipe, porém, pelos relatos e observações, era perceptível um “não desligamento” por completo, pois estava sempre auxiliando de alguma forma ou participando dos eventos/confraternizações. Ao fim da pesquisa de campo em maio/junho de 2014, essa profissional já estava formalmente trabalhando na instituição, cuidando da supervisão da Casa de Passagem.

Esse “não desligamento” da instituição acontece com diversos profissionais, que frequentemente voltam a fazer parte da equipe ou aparecem em eventos, nas atividades ou num dia qualquer. Essa mobilidade também é comum por parte dos frequentadores da “Pode Crer”, pois estão sempre mudando, assim como os grupos que formam. Também existem pessoas que já estiveram em situação de rua e não estão mais, que frequentemente visitam a “Pode Crer”.

Podemos relacionar essa característica da equipe que trabalha na ONG com a característica nômade presente na população atendida, o que nos remete às ideias de Bleger

³¹ Dados da observação participante da Iniciação Científica.

(1998, p. 116), que salienta o fato de que as instituições refletem, em seu funcionamento, a mesma problemática de sua população-alvo:

[...] poderia começar dizendo que toda organização tende a ter o mesmo problema que deve enfrentar e para o qual foi criada. Assim, um hospital acaba tendo, enquanto organização, as mesmas características que os próprios doentes.

Uma das características da população em situação de rua é a de suas vivências nômades (SILVA; GARCIA, 2013) e, conseqüente, transitoriedade de vínculos. Eles possuem uma trajetória de vida muito marcada por idas e vindas. Os profissionais da instituição reproduzem esse aspecto na sua relação de trabalho, também marcada por saídas e retornos, nunca cortando totalmente os laços, o que também acontece com os frequentadores em relação a essa instituição. Não percebo a trajetória nômade como uma “problemática”, mas uma possível característica tanto dos frequentadores como dos funcionários da Associação. Existe uma instabilidade da equipe e não uma fragilidade no vínculo ou existência dela.

Uma possível análise sobre vínculos pode ser pensada aqui. Rui (2012) realiza uma pequena revisão sobre o conceito de “vínculo” e o define como uma relação de confiança baseada em uma linguagem política fortemente fundamentada no respeito aos direitos humanos. A estudiosa utiliza-se desse conceito para fazer uma inteligibilidade do uso do crack, sendo “vínculo” entre os profissionais da saúde e usuários um dos aspectos pensados por ela. Ela faz uma análise da proposta de confecção de cachimbos como forma de vinculação, uma vez que faz o usuário perceber que “tem direito a ter direitos”.

Podemos fazer uma mesma comparação da vinculação dos frequentadores do espaço com a “Pode Crer” (enquanto instituição e tudo que oferece) e/ou com os funcionários, pois as atividades propostas e a visão de mundo dessa Associação (baseada na proposta de Redução de Danos e Tratamento Comunitário) são voltadas para os direitos humanos, percebendo seus usuários como sujeitos pertencentes àquele espaço e mostrando seus direitos, principalmente quando os colocam como responsáveis pelo seu próprio cuidado. Por exemplo, o contato próximo dos frequentadores do *Drop In* com os funcionários facilita falarem sobre suas vivências, inclusive trazer os discursos interditos. Assim, existe um grande potencial de humanização que se fundamenta nos direitos humanos.

Faz-se importante apresentar a visão de mundo e as abordagens que embasam o trabalho dessa Associação por meio da descrição de suas coordenadoras para compreendê-las a partir da educação e de políticas em saúde. Segundo Meirelles e Gonçalves (2012), o

trabalho na Associação “Pode Crer” se fundamentou e fundamenta na metodologia do tratamento comunitário:

O tratamento comunitário tem como pressupostos do trabalho que o uso de drogas é um dos sinais individuais de uma condição social mais generalizada, está em todas as comunidades, que somente as estratégias participativas podem mobilizar na comunidade soluções, energias, criatividade e que ela se torna competente quando é capaz de reconhecer as próprias necessidades, mobilizar e empregar os recursos necessários para satisfazê-las (MEIRELLES; GONÇALVES, 2012, p. 362).

Esse trabalho a partir do tratamento comunitário é justificado pelas gestoras do projeto por seu potencial de mobilização da comunidade na qual a intervenção é realizada. A partir de um conjunto de estratégias participativas ativas e conscientes, com finalidade de melhorar as condições de vida de pessoas que abusam de drogas e possuem uma condição social mais generalizada (MEIRELLES; GONÇALVES, 2012, p. 362):

É fundamental que o setor social seja mobilizado e passe de um estado de passividade a um estado de atividade que não só recebe, mas também que propõe e executa. Para isso, é necessário um movimento consciente, de superação da apatia e fomento das relações, criando situações de igualdade em prol de uma transformação social, a qual tem infinita relação com a transformação do meio e a posterior transformação de si mesmo por meio de processos de fortalecimento das comunidades.

A Associação “Pode Crer” faz parte de um Centro de Formação em Tratamento Comunitário por meio do Instituto Empodera³², junto a outras organizações: a “Lua Nova” (de Sorocaba), duas da capital do Estado, duas do Piauí e uma da Paraíba. Meirelles e Gonçalves (2012, p. 362-363) descrevem o trabalho realizado por esse instituto e seus objetivos, principalmente para a formação de profissionais para trabalhar com a metodologia do tratamento comunitário:

O Empodera multiplica a metodologia de tratamento comunitário por intermédio de diferentes metodologias, entre os quais se encontra a formação de técnicos e educadores pares, tanto presenciais quanto virtuais, disseminação de boas práticas, criação de espaços de produção e multiplicação, planejamento e seguimento de projetos de desenvolvimento local, entre outras ações. Pretende-se tornar um centro de referência nacional para instituições que intervenham em situações de sofrimento social, buscando repensar as problemáticas do uso de drogas e outras vulnerabilidades desde a sua complexidade. [...] Pelas ações do Centro de Formação, promovemos a reflexão crítica e a interpretação de suas práticas para que sejam coerentes e propositivas, compondo uma unidade que produza a formulação de novas alternativas, operacionalização e planejamento para alcançar uma prática

³² O Instituto Empodera nasceu do Centro de Formação de Tratamento Comunitário do Brasil e tem como objetivo promover a divulgação e a multiplicação (através de cursos de formação) dessa proposta de intervenção, o Tratamento Comunitário.

transformadora, o que é possível unicamente incorporando capacidade de autocrítica, reconhecimento dos sucessos e, fundamentalmente, paciente e constante visão do processo como um todo.

Meirelles e Gonçalves (2012, p. 362) citam como essa instituição percebe a necessidade do desenvolvimento de novos modelos de ação, uma vez que existem grandes desafios em nossa sociedade ameaçada pela permanência do modelo repressor vigente:

Tais desafios têm a ver com a revisão da nossa forma de atuar, geração de processos articulados que nos permitam avançar sobre os objetivos propostos, identificação das comunidades como cenário imediato de intervenção, reconhecendo com grandes capacidades de transformação, em um processo de empoderamento, por meio do qual sejam abandonadas as ideias hegemônicas e se dê lugar a um protagonismo real, com participação ativa, pela qual as boas práticas se convertam em boas políticas.

O relato das fundadoras da Associação “Pode Crer” a filia às políticas que são contra as intervenções proibicionistas e que possuem abstinência como único foco, políticas essas advindas desse modelo hegemônico repressor. Podemos percebê-la como uma instituição que visa quebrar com os modelos de intervenção conservadores. Disso surgiu um dos intuitos do presente trabalho, que é o de dar “credibilidade” a essa prática local, que se instaura como inexistente (SANTOS, 2006).

O conceito de empoderamento é muito relatado pelas gestoras, tanto em documentos escritos como em seu cotidiano de trabalho³³. Podemos perceber na frase de uma das coordenadoras: “eu nunca quis que aqui fosse um ambiente institucionalizado, nem um CAPS, acho que agora está voltando a isso. Dando a possibilidade mínima de empoderamento, eles retornam”³⁴. Ela se refere ao empoderamento como um dos objetivos a serem alcançados com e pelos frequentadores do espaço.

Gohn (2004) busca pensar o empoderamento como um processo de mobilizações e práticas com objetivo de promover e impulsionar grupos e para seu crescimento, aumentando sua autonomia, promovendo uma grande melhora em suas vidas; ou, de outro lado, promovendo somente ações destinadas à integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, a partir de sistemas geralmente precários, que não contribuem para organizá-los, pois atendem às demandas individualmente através ações de cunho assistencial.

³³ Diário de Campo: 29/08/2013.

³⁴ Frases registradas no Diário de Campo: 29/08/2013.

Vários fatores podem determinar a qual dos dois tipos de empoderamento o projeto refere-se, porém, Gohn (2004) percebe que o principal deles se faz na natureza, no caráter e no sentido do projeto que a instituição desenvolve como intervenção social. Uma análise preliminar da instituição pesquisada a situa no primeiro dos conceitos de empoderamento desenvolvido pela autora, uma vez que suas atividades e propostas buscam um diálogo permanente com o grupo com o qual se trabalha e suas intervenções pressupõem ações de longo prazo, ajudando em sua articulação enquanto grupo, potencializando as reivindicações por parte deles próprios em relação às transformações sociais almejadas. Tal modelo pode estar muito imbricado com as propostas da Educação Popular de Paulo Freire, em que se percebe a pessoa com autonomia e não um ser passivo. Esse conceito de empoderamento também é condizente com as propostas de Redução de Danos e Tratamento Comunitário.

Meirelles e Gonçalves (2012, p. 366-367), idealizadoras da Associação “Pode Crer”, assim descrevem sua visão sobre o trabalho da instituição:

O foco do processo está no ato de aprender a concretizar uma ação empreendedora por meio da construção de um conhecimento que é realizado pelas pessoas vulneráveis que passam a ser vistos como agente, e não como um ser passivo que recebe e absorve o que lhe é ensinado ou o que lhe é oferecido.

Nesse trecho, podemos perceber um dos pressupostos da Política Nacional de Humanização da Saúde, que se orienta na noção de Projeto Terapêutico Singular³⁵: construção do tratamento de modo dialógico, inserindo o sujeito nesse processo (BRASIL, 2004).

A Associação se organiza em prol de um trabalho e de metas que visam melhorias na qualidade de vida das pessoas, na saúde, na justiça social e a inclusão dos considerados vulneráveis. As gestoras acreditam que a principal forma para que este projeto aconteça é através da educação:

Acreditamos que a educação no contexto comunitário é uma chave para o desenvolvimento de nossas metas, uma vez que oferecemos dignidade e empoderamento em contextos afetados pelo uso de drogas, a infecção do HIV, o tráfico e a violência. Sabemos que a educação comunitária oferece oportunidades diretamente nas mãos das pessoas e, desse modo, uma resposta efetiva para as tantas vulnerabilidades pelas quais atravessam os jovens das localidades atendidas (MEIRELLES; GONÇALVES, 2012, p 367).

³⁵ Conjunto de propostas terapêuticas articuladas, resultado de uma discussão coletiva de uma equipe interdisciplinar voltada para um sujeito coletivo ou individual (BRASIL, 2007).

É perceptível como as coordenadoras da ONG valorizam e percebem a educação presente nos projetos desenvolvidos. Ela faz parte das intervenções, da possibilidade de empoderamento desses sujeitos, que muitas vezes não estão percebendo o quanto estão vivenciando a educação devido à ideia comum do ambiente escolar como único espaço de educação e conhecimentos.

Desde 2008, a Associação “Pode Crer” vem desenvolvendo diversas atividades, como: formações, atividades com grupos específicos, participação em encontros, intercâmbios de experiência, projetos, cursos etc.

A seguir, descrevo as principais atividades a partir de subdivisões criadas pela própria Associação: *Drop in* (incluindo as oficinas, modo de funcionamento, educadores e relação com frequentadores, reunião de equipe, educadores-pares, supervisão etc.), a Redução de Danos (intervenções em espaços externos à Associação) e a Casa de Passagem³⁶. Experiências foram acompanhadas na pesquisa e serviram como campo para análise da relação existente entre a Política de Redução de Danos e a Educação Popular.

2.1. *Drop in*

Um das principais ações de Tratamento Comunitário desenvolvida pela Associação “Pode Crer” é o projeto *Drop in*. Este consiste num espaço físico institucional com o “objetivo de oferecer escuta, acolhimento, descanso, banho, local para lavar roupas, alimentação, orientação, descoberta de habilidades, geração de renda e encaminhamentos necessários a essas pessoas” (MEIRELLES; GONÇALVES, 2012, p 369).

Milanese (2012, p. 58), idealizador do Tratamento Comunitário, descreve o *Drop in* como:

[...] uma entidade de trabalho de limite inferior de acesso. Geralmente trata-se de uma pequena estrutura (um quarto com banheiro e uma sala para encontros), com uma equipe de operadores (de rua, de comunidade e de pares em particular). É uma das ferramentas de base do tratamento comunitário e em particular do componente chamado “assistência básica” que inclui a redução dos danos e a minimização dos riscos.

Segundo Meirelles e Gonçalves (2012), essa ação baseia-se a partir de 5 macroeixos, desenvolvidos por Milanese: organização, assistência, educação, terapia e trabalho.

³⁶ Em alguns momentos, serão apresentados os projetos de forma articulada, e não em seus devidos tópicos, em decorrência das aproximações das atividades desenvolvidas.

Como anteriormente descrito, o *Drop in* é um espaço físico, uma casa onde as pessoas em situação de rua ou em vulnerabilidade social passam o dia e realizam atividades.

É bem no início da observação participante que foco nos detalhes daquele local diferenciado. Os muros, tanto do quintal como das salas, estavam grafitados com frases e palavras, como: “e o pulso ainda pulsa”, “força”, “paz”, “resistência”. A sala parecia-me bem confortável e acolhedora, possuía tanto sofás como pufes espalhados. Outros objetos completavam o local: tapete, televisor, cartazes da saúde, panfletos, uma mesa com uma cesta de preservativos, quadro com as atividades e outros pequenos enfeites. A cozinha estava bem organizada e equipada, com fogão, geladeira, pia e armários. Nela, havia duas placas com os seguintes avisos: “Mantenha o local limpo” e “Não é permitido cozinhar no período da tarde! O fogão deverá apenas ser utilizado no jantar!”. A residência também possuía um espaço, na área externa, utilizado para diversas atividades: com uma lavanderia, para que as pessoas possam lavar suas roupas, e um banheiro com chuveiro. Nesse momento da pesquisa, a “Pode Crer” estava com os portões fechados por opção dos usuários do espaço (houve outros momentos que os portões se fecharam por conflitos internos ou com vizinhos)³⁷.

Foto 1: Sala de estar da Associação Pode Crer com os grafites.



Fonte: página do facebook da Associação "Pode Crer" (21/02/2013)

³⁷ Diário de Campo: 29/08/2013.

Foto 2: Sala de estar e porta de entrada da casa.



Fonte: página do facebook da Associação "Pode Crer" (21/02/2013)

Foto 2: Área externa da Associação "Pode Crer" com os muros grafitados



Fonte: página do facebook da Associação "Pode Crer" (21/02/2013)

No início da observação participante (junho de 2013), um dos dois quartos menores da casa era utilizado como sala de oficina (o outro era a sala da coordenadora). Com o início do funcionamento da Casa de Passagem (projeto que começou a ser implantado em

novembro de 2013, no mesmo espaço do *Drop in*), esses quartos se transformaram nos dormitórios, cada um para 4 pessoas. Existe um quarto maior, onde a equipe se reúne. Nessa sala ficam os computadores, mesas, documentos, suprimentos para a Redução de Danos e nela acontecem as reuniões e alguns atendimentos, sendo ocupada também pela coordenadora.

Nesse processo de mudanças físicas, também foi criada uma sala de oficina ao lado da lavanderia e banheiro e uma sala de acolhimento nos fundos da casa, em locais anteriormente não utilizados. Além disso, a sala e os cômodos internos foram pintados, eliminando-se todos os escritos coloridos, por determinação da vigilância sanitária³⁸.

Podemos considerar que a humanização na saúde pode acontecer por meio da valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde, através da autonomia e o protagonismo dos sujeitos, da corresponsabilidade entre eles, dos vínculos solidários e da participação coletiva no processo de gestão (BRASIL, 2010). Quando a Associação se aproxima dos elementos dessa política está humanizando seus frequentadores. Por outro lado, chama a atenção o fato de a Vigilância Sanitária exigir a pintura monocromática das paredes, desumanizando o espaço criado coletivamente, agindo, portanto, de forma contrária aos princípios dessa política.

Esse espaço é relevante para pensarmos outro aspecto da Política Nacional de Humanização: a ambiência. A ambiência é o tratamento dado ao espaço físico, que também é percebido como espaço social, profissional e de relações interpessoais, o qual deve proporcionar atenção acolhedora, resolutiva e humana. Essa valorização e cuidado com o espaço vai além de uma composição técnica, é um avanço qualitativo (BRASIL, 2010).

O conceito de ambiência segue três eixos principais: confortabilidade, espaço de encontro entre os sujeitos e a arquitetura como ferramenta facilitadora de mudança do processo de trabalho.

No quesito confortabilidade, existem alguns componentes que atuam como modificadores e qualificadores do espaço e criam ambiências acolhedoras, propiciando contribuições significativas no processo de produção de saúde. O espaço da Associação descrito pode promover uma grande confortabilidade para seus frequentadores: possibilita uma sensação de “estar em casa” por todos os ambientes serem compostos como um “lar”; ainda mais que os próprios frequentadores ajudam na manutenção do espaço ao seu modo, tanto no quesito de limpeza como na possibilidade de trazer objetos para ele ou na

³⁸ Descrevo essas mudanças ocorridas pela implementação da Casa de Passagem na descrição do *Drop In* pelos dois projetos acontecerem no mesmo espaço físico e estarem intimamente imbricados, o que até gerou algumas confusões por parte dos moradores da Casa de Passagem em relação às regras e objetivos de cada projeto.

personalização das paredes por meio da grafiteagem descrita. Existem diversos aspectos que contribuem para a confortabilidade: morfologia, luz, cheiro, som, sinestesia, arte, cor, tratamento das áreas externas, privacidade e individualidade (BRASIL, 2010). O espaço da “Pode Crer” não se faz confortável a partir das mesmas características desejadas para outros ambientes de saúde. Uma enfermaria, por exemplo, necessitaria de mais silêncio, cores que promovam um relaxamento, a intimidade garantida por divisórias ou cortinas, mas não deixa de existir uma confortabilidade que parte das características dos usuários desse espaço.

A ambiência enquanto possibilidade de um espaço de encontro entre as pessoas pode promover e facilitar o processo de ação e reflexão entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho e, assim, possibilita a produção de novas subjetividades (BRASIL, 2010). O espaço da “Pode Crer” e todas as atividades por ela desenvolvidas possibilitam importante espaço de sociabilidade e encontro entre pessoas, aspecto esse que poderá ser percebido nos relatos do Diário de Campo.

Ronchi (2012) percebe a ambiência a partir do conceito estipulado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2006) articulando com a teoria de Winnicott, a fim de apontar a importância dos aspectos afetivos e subjetivos, os quais o Ministério da Saúde pouco aborda:

[...] salientar a importância dos componentes afetivos e subjetivos expressos nas relações sociais na constituição da ambiência dos serviços de saúde, dá mais ênfase, em seus documentos, aos aspectos físicos do conceito, ficando os aspectos subjetivos e afetivos pouco contemplados em termos de possibilidades de reflexão teórica (RONCHI, 2012, p. 13).

Precisamos perceber e considerar o quanto a ambiência vai além do espaço físico, acontecendo a partir das relações interpessoais, do vínculo e do acolhimento. Sendo promotora de relações, conseqüentemente é promotora de aprendizado, podendo, portanto, ser considerada uma atividade de cunho educativo.

O *Drop in* constitui um importante espaço de sociabilidade para essas pessoas que possuem somente a rua como espaço. É um local onde podem descansar, interagir, realizar atividades diárias, contato com pessoas que não estão em situação de rua e/ou vulnerabilidade; e ao mesmo tempo constitui um espaço onde se respeita suas particularidades e dificuldades. Desse modo, favorece um processo reflexivo pelas atividades de integralidade e inclusão (como o caso da Assembleia para discutir questões da “Pode Crer”). A existência da ambiência nesse espaço passa ser um dispositivo no processo de mudança, envolvendo a reflexão dos usuários, possibilitando mudar seus paradigmas por meio das trocas

intersubjetivas, tanto com os profissionais como com os outros usuários dos serviços (BRASIL, 2010).

Como terceiro aspecto da ambiência, a arquitetura é descrita como uma ferramenta facilitadora de mudança do processo de trabalho, pois também se relaciona à postura dos trabalhadores, às práticas instituídas e às rotinas da instituição. Por ser uma ferramenta utilizada como facilitadora do processo de mudança e pensada em interface com outros dispositivos da PNH (BRASIL, 2010), faz-se relevante a descrição desse espaço e a compreensão dele a partir dessa política em saúde. Por exemplo: uma ampla sala pode contribuir para um atendimento multiprofissional e o espaço pode favorecer o acolhimento.

O *Drop in* existe como um espaço de sociabilidade promotor de aprendizagens a partir da promoção de novas formas de relação entre frequentadores e educadores, das relações cotidianas e interpessoais, da realização de atividades, participação em grupos e assembleias, em eventos, na organização do espaço. A própria relação entre as pessoas, seja de educador com usuário, educador com educador, usuário com usuário, configura um processo educativo, como se pode verificar em alguns registros do Diário de Campo.

Dois deles são apresentados em sequência. Em uma ocasião, conheci na ONG um militante do Movimento Sem Teto que, na sala de estar, ficou compartilhando suas experiências comigo e com os demais frequentadores do *Drop in*. A narração de suas histórias sobre o movimento, lutas e repressões vivenciadas, pôde trazer uma contribuição política para as pessoas que estavam interagindo naquele ambiente³⁹. Em outra situação, uma frequentadora chegou à Associação falando sobre a possibilidade de estar grávida. A enfermeira, ao perceber a impossibilidade do fato, começou a explicar sobre gestação e ciclo menstrual⁴⁰. A profissional utilizou-se de uma demanda da frequentadora para fazer orientações e, ao mesmo tempo, um acolhimento das angústias daquela mulher.

Essa aproximação entre os funcionários (educadores/redutores de danos/educador-par/ coordenadora) é muito significativa, ela contribui e promove o que Petuco (2011b) chama de “escuta radical” e “acolhimento incondicional”. Esses profissionais permitem que os frequentadores tragam os “discursos proibidos” e, assim, são acolhidos verdadeiramente.

A postura institucional descrita ajuda a romper com a “cultura do silêncio” (FREIRE, 1987), à qual estamos condicionados. Essa cultura é marcada por preconceitos, deformações e desconfiança do povo. Desconfiança de que o povo não é capaz de pensar, de

³⁹ Diário de Campo: 05/09/2013.

⁴⁰ Diário de Campo: 06/01/2014.

querer e de saber, o que os coloca numa posição de silêncio (ou na de dizer o que os outros desejam – “discursos permitidos”). E o povo acaba por inserir essa concepção em si.

Nesse relato, também podemos identificar outro pressuposto da Educação Popular: criam-se possibilidades de conhecimentos a partir da realidade concreta daquela população, que existe na relação dialética entre objetividade e subjetividade parte do conhecimento dos educandos (FREIRE, 1997). Essas contribuições da Educação Popular parecem estar presentes nas práticas dos profissionais dessa Associação, nas mais diversas instâncias e propostas desenvolvidas – que aqui serão descritas.

Em relação ao funcionamento e atividades, o espaço do *Drop in* constitui-se numa rotina de atividades. Observamos, no trabalho de campo, que essas atividades geralmente não eram fixas e mudavam muito por causa da rotatividade de funcionários e das necessidades institucionais. No geral a “rotina” acontecia do seguinte modo:

- 14 horas às 15 horas: abertura dos portões; limpeza do espaço, realizada e organizada pelos educadores/redutores de danos em conjunto com os frequentadores do espaço; horário para banho e lavar as roupas (cada frequentador cuidando dos seus pertences);
- 15 horas às 18 horas: horário das oficinas e atividades;
- 18 horas às 20 horas: horário da preparação do jantar, banho e atividades livres (por exemplo, conversas, jogos de cartas ou tabuleiro, ouvir músicas, assistir televisão, acesso à Internet em um notebook que era disponibilizado a eles).

Às quartas-feiras, era prevista a reunião de equipe (atividade que se manteve durante toda a pesquisa de campo); e sextas-feiras, a Assembleia (com o tempo a Assembleia passou a não ter dia fixo, ocorrendo conforme a necessidade).

Logo no início da pesquisa de campo, houve a saída de funcionários (anteriormente mencionada) e isso fez com que as oficinas e atividades tivessem que ser reestruturadas. Quando iniciei meu contato na Associação “Pode Crer”, deparei-me com uma lousa onde estavam descritas atividades semanais: tratavam-se das oficinas realizadas pelos educadores/redutores de danos, registrando-se os dias e os respectivos nomes dos responsáveis pela oficina. Segunda-feira era oficina de fanzine⁴¹; terça-feira, de Redução de Danos e Sexualidade; quarta-feira, de cultura; quinta-feira, cine debate; e sexta-feira era prevista a Assembleia. A Redução de Danos (nas ruas) estava prevista de segunda e sexta-

⁴¹ Fanzine é uma publicação impressa independente. Quem produz, pode expressar suas ideias e pensamentos sem restrições. Fonte: <<http://www.girlswithstyle.com.br/fanzine-o-que-e-e-como-surgiu-essa-imprensa-alternativa/>>.

feira⁴². Com as saídas desses dois funcionários, mudaram os responsáveis de algumas oficinas, foram incluídas novas atividades e a quarta-feira foi estabelecida como dia livre (pois todos os funcionários estariam na reunião)⁴³.

Essas oficinas e regras (estabelecimento de responsabilidades, limpeza do espaço, não poder utilizar álcool e/ou drogas ilícitas dentro do *Drop in*) da Associação muitas vezes existiam como um limite aos frequentadores daquele espaço. Um dos educadores relatou que os frequentadores recebem essas regras de diferentes modos. Assim, contou-me dois exemplos: enquanto um frequentador “surtou” por ter que limpar a casa (esta é uma atividade que tanto os frequentadores como os funcionários se organizam para realizar e, muitas vezes, é combinada em coletivo), outro frequentador se reorganizou com as regras e até retornou para a casa. “Único que deu certo, único ponto positivo (das regras) [...] só de virem aqui no período da tarde, ficar conversando, vendo TV, já é uma redução de danos” e “estão se empoderando”⁴⁴. Essas falas do educador mostram a questão da autonomia e das regras, muito valorizadas na Associação⁴⁵.

Essas regras e atividades não possuem a intenção de existir como limite opressor (FREIRE, 1987), embora, muitas vezes, possam ser tomadas dessa forma por algum educador ou possam ser percebidas como repressiva por parte dos frequentadores do espaço. A Associação objetiva estabelecer essas regras de forma coletiva e inclui todos no processo de constante construção das regras. Freire (1987) relata a importância do limite a partir da autoridade. Quando se é repressor e há esse bloqueio da liberdade, existe o autoritarismo e não a autoridade. Assim, a proposta de “Pode Crer” pode ter posturas de autoridade, mas aparentemente não reproduz o autoritarismo.

Toda quarta-feira acontecia a reunião dos funcionários (*Drop in*, Redução de Danos e Casa de Passagem). Nesses momentos, os próprios frequentadores se organizavam e recebiam as pessoas que chegavam ao *Drop in*. Eventuais conflitos surgidos eram equacionados por algum educador que saía no meio da reunião para tentar resolvê-los. Numa dessas ocasiões, pude compreender a dinâmica dessa importante atividade para o trabalho da Associação. O tempo da reunião era dividido para discutir cada projeto (*Drop in*, Casa de Passagem⁴⁶ e Redução de Danos). Outros assuntos também foram discutidos: alguns “casos” (discussão sobre algumas pessoas que participavam de algum projeto, individualmente),

⁴² Diário de Campo: 22/07/2013.

⁴³ Diário de Campo: 29/08/2013.

⁴⁴ Fala registrada em Diário de Campo: 03/09/2013.

⁴⁵ Diário de Campo: 03/09/2013.

⁴⁶ Com o tempo, a reunião de equipe da Casa de Passagem começa a ser realizada fora dessa reunião, tendo outra coordenadora como responsável.

pintura da casa, possibilidade de fechamento do *Drop in* no dia do Fórum Estadual de Redução de Danos de São Paulo (que aconteceu na sede do CRP⁴⁷), oficinas, lanche noturno da Casa de Passagem, estagiários e supervisão do Plantão Psicológico, rede e parcerias com outras instituições etc⁴⁸. Refletindo sobre a comunicação entre todos profissionais e a articulação dos três projetos desenvolvidos, podemos perceber aproximações com as diretrizes da Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2006), principalmente com a de introduzir um sistema de comunicação e de informação que promova o autodesenvolvimento e amplie o compromisso social dos trabalhadores da saúde. A reunião é um espaço para comunicação, discussão de casos e, até mesmo, compartilhamento de posições políticas e engajamento profissional.

Nessa reunião, também existe a “discussão de casos”, momento em que semanalmente pensam e discutem intervenções para/com pessoas em maior vulnerabilidade social e riscos. Podemos compreender essa prática pensando-a como uma intervenção articulada ao Projeto Terapêutico Singular (acima descrito) a partir de uma noção de Clínica Ampliada, uma visão de clínica não pensada a partir da racionalidade biomédica e baseada nos pressupostos: compromisso radical com o sujeito doente (que é visto de modo singular, como nas “discussões de casos” e no acompanhamento diário dos frequentadores); autorresponsabilização sobre os usuários dos serviços de saúde (na Associação, é um aspecto que é compartilhado com a própria pessoa, ela também se responsabiliza pelo seu cuidado); busca de ajuda em outros setores - intersectorialidade (tentativa de trabalho em rede foi percebida em diversos momentos); reconhecimento dos limites dos conhecimentos dos profissionais de saúde e das tecnologias por eles empregadas e busca de outros conhecimentos em diferentes setores (na própria reunião de equipe ou em momentos externos, a equipe discute sobre redução de danos e sobre o trabalho realizado); compromisso ético profundo que se faz na relação com o próprio frequentador do espaço quando é humanizado (BRASIL, 2007).

Essa reunião apresenta alguns limites, principalmente em relação a grande quantidade de assuntos a serem discutidos, e a necessidade de utilizar esse espaço para aspectos administrativos acaba por dificultar a existência desse espaço para pensar sobre os frequentadores de forma singular (muitas pessoas passam pela Associação).

Nas sextas-feiras, era previsto acontecer a Assembleia, um horário para discutir com os frequentadores as regras do *Drop in* e as ocorrências semanais. Era o espaço

⁴⁷ Conselho Regional de Psicologia.

⁴⁸ Diário de Campo: 13/03/2014.

institucional de “dar a voz” a todos os envolvidos. Ali, os mais diversos assuntos são discutidos: desde conflitos internos até sobre o valor da conta de energia ou alguma reportagem sobre o município. É um espaço em que se dá corresponsabilidade aos frequentadores, que não são vistos apenas como usuários do espaço, mas como uma pessoa que faz parte dele.

No primeiro dia, os assuntos que entraram em pauta foram: entupimento do banheiro causado pelo desperdício de sabonetes, plantão psicológico (horário de funcionamento e plantonistas), cozinha (cozinheiro e limpeza), roupas jogadas e furtos, Outubro Rosa (companha de conscientização dirigida à sociedade e às mulheres sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama), reportagem do Diário de Sorocaba sobre “flanelinhas”⁴⁹, atividade desenvolvida por vários deles. Os próprios participantes da Assembleia (funcionários e frequentadores) elencaram os assuntos a serem discutidos e davam sugestões para resolução dos problemas ou pontuações sobre o assunto. Dentro da pauta surgiram discussões como: outras instituições que atendem a população em situação de rua a partir do referencial da abstinência, repressão policial e abuso de poder, internação compulsória, sobrecarga de funções sobre alguns frequentadores etc.⁵⁰.

No segundo dia, quando cheguei à Associação, já haviam iniciado a reunião (já não acontecia a Assembleia com data pré-definida, mas sim de acordo com a necessidade). Estavam todos sentados em círculo na sala, com a coordenadora organizando a reunião (como não cheguei ao início, não consegui acompanhar quem elencou cada ponto a ser discutido). Estavam presentes sete frequentadores, a gestora e um educador par⁵¹. A coordenadora comentou sobre o furto do notebook que aconteceu na “Pode Crer” e pediu para pessoa que o roubou confessar, dizendo que o local tem câmeras. De alguma forma, todos se esquivaram do assunto. Ela falou sobre o tanquinho que foi doado e pode ser utilizado para lavarem suas roupas, solicitando um responsável para organizar o seu uso. Os frequentadores começaram a dar sugestões de como cuidar e utilizar o tanquinho. Um frequentador sugere que poderia ensinar as pessoas a usar a máquina, dizendo que seria bom que um ficasse responsável, mas que todos possam utilizá-la. O educador par deu uma sugestão diferente, de que somente uma pessoa usasse o tanquinho. Em decorrência de um sorteio, a proposta do frequentador fica estabelecida como regra – ele ficaria responsável por cuidar da máquina e ensinar os demais

⁴⁹ A reportagem disponível no link: <<http://www.diariodesorocaba.com.br/site2010/materia2.php?id=225530>>.

⁵⁰ Diário de Campo: 27/09/2013.

⁵¹ Os educadores pares (ou agentes comunitários pares) são membros da equipe que possuem as mesmas características da população atendida pelo programa, o que favorece o vínculo (MILANESE, 2012)

para que cuidem das suas próprias roupas. A proposta do educador par, que propunha que uma pessoa lavasse a roupa de todos, para preservar a máquina, acabou sendo vencida⁵².

Como podemos perceber nesses relatos de Assembleia, tanto funcionários como frequentadores podem discutir regras, definir responsabilidades, se inteirar das dificuldades, gerir em conjunto. Isso pode se concretizar na realização de uma oficina de artesanato com latas de alumínio, ministrada por um frequentador que foi abordado em campo (Redução de Danos), ou do brechó organizado coletivamente como uma forma de renda dos próprios frequentadores. Assim, dividem-se as tarefas e responsabilidades. Cada sujeito do espaço possui seu papel para que a “Pode Crer” possa funcionar, não se esperando que a responsabilidade parta somente dos funcionários.

A inclusão do usuário de drogas nos serviços de saúde não só como um paciente, mas como ator corresponsável pelas políticas, vem sendo o desafio da RD. Nas associações de redutores de danos, os usuários de drogas participam como agentes políticos colaboradores na produção de redes de cuidado e de comunicação, criando uma mobilização coletiva, uma gestão do comum (PASSOS; SOUZA, 2011 p. 159).

Podemos perceber essa corresponsabilidade por parte dos frequentadores, em diversos momentos: quando uma frequentadora estava sendo responsável pela comida (jantar), outro ficava lhe auxiliando na cozinha e na limpeza do espaço⁵³; quando alguns funcionários realizavam a limpeza do espaço, os frequentadores ajudavam quando solicitados⁵⁴. Em diversos momentos, é perceptível essa articulação entre funcionários e frequentadores para a Associação funcionar⁵⁵.

Um dos pressupostos da Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2004) defende que é preciso ampliar o diálogo entre os profissionais, entre os profissionais e a população, entre profissionais e a gestão, a fim de promover uma gestão coletiva. Essa gestão acontece de forma bem democrática e com a participação de todos. Nos mais diversos aspectos da Associação, os frequentadores são colocados para pensar sobre a problemática, não surgem decisões de um poder hierarquizado. Por mais que essa tarefa possa ser difícil e em alguns momentos certos funcionários ou redutores pares acabassem tomando algumas posturas mais autoritárias (de modo proposital ou não), existe uma forte tentativa de manter o ambiente da forma mais democrática possível.

⁵² Diário de campo: 12/12/2013.

⁵³ Diário de Campo: 03/09/2013.

⁵⁴ Diário de campo 03/10/2013.

⁵⁵ Diário de Campo: 28/01/2014 e 03/02/2014.

Também podemos perceber que essa corresponsabilidade não acontece com todos os frequentadores, sempre existiam algumas pessoas mais cooperativas e envolvidas nas atividades. Geralmente, os frequentadores mais assíduos se sentiam mais pertencentes ao espaço, mobilizados por um desejo de mudança ou até mesmo por liderança. Esse sentimento de pertencimento se faz muito importante no processo de cogestão. Enquanto alguns estavam envolvidos em mais de uma atividade (limpeza da casa, brechó, instalação de armários para a casa de passagem, organização da cozinha etc.⁵⁶), outros não levantavam do sofá nem quando solicitados.

Essa inclusão e coparticipação e corresponsabilidade da pessoa no seu processo de tratamento é uma das bases na Redução de Danos enquanto proposta em saúde que embasa o trabalho realizado pela Associação. Passos e Souza (2011) utilizam-se do conceito de gestão comum, a partir de Negri e Hardt (2005) e Campos (2000), para pensar essa corresponsabilidade e mobilização das pessoas:

A gestão do comum é um modo de operar com os efeitos gerados pela mobilização, é um método de cogestão realizado em Espaços Coletivos (Campos, 2000, p. 42). Como exemplo, nas associações de RD os usuários de drogas podem colaborar na produção de projetos, construir projetos, estabelecer contratos, votar e se candidatar para a direção das instituições em que participam (PASSOS; SOUZA, 2011, p.160).

Segundo Passos e Souza (2011), pelo fato dessas pessoas poderem viver essa experiência de gestão da RD (ou do espaço em que se realiza RD – como na “Pode Crer”), muitos usuários de drogas abandonam ou diminuem o seu uso, pois experimentam um contexto (espaço) no qual se sentem acolhidos. Uma vez que o uso problemático pode comprometer a execução de compromissos assumidos coletivamente, passam a repensar o uso problemático. Assim, a mobilização tem potencial de incluir os usuários de drogas em redes locais de gestão comum, nas quais o consumo de drogas é constantemente ressignificado por acordos coletivos.

Existe a possibilidade de educação que está acontecendo enquanto a Associação está realizando essas atividades e gestão comum, pois é participativa, considera os sujeitos como parte das suas necessidades e realidade e os coloca em reflexão.

Segundo Pereira (1999), o diálogo é o caminho para a construção do conhecimento, por meio dele inicia-se o vínculo entre as pessoas envolvidas e quando o educador começa a questionar, a problematizar a situação em questão, estimula o educando

⁵⁶ Diário de Campo: 28/01/2014 e 03/02/2014.

(frequentador) a observar os aspectos anteriormente não percebidos. Assim se faz a relação dialógica, quando a Associação abre esse espaço para o diálogo e a gestão comum.

Alguns se beneficiam dessa possibilidade de gestão comum ou corresponsabilidade, se destacando no envolvimento e, muitas vezes, são convidados para atuar como educadores/redutores pares. A escolha e formação de redutores pares é uma prática constantemente realizada pela “Pode Crer”, a fim de inserir na equipe de trabalho pessoas que possuem mesmas vulnerabilidades que o público atendido. Milanese (2012, p. 47) assim conceitua esses educadores:

Os agentes comunitários pares são os membros da equipe que possuem as mesmas características da população alvo do projeto, sendo participantes dos beneficiários finais do programa. No contexto do tratamento comunitário, uma das primeiras características que um operador par pode ter é ser membro da comunidade local na qual trabalha.

Meirelles e Gonçalves (2012) percebem a formação de educadores pares como um processo integral e contínuo, constituído por quatro fases interligadas. Segundo elas, essa formação permite que o educador par, quando imerso no processo, desenvolva potencialidades para esse trabalho com pessoas em vulnerabilidade, pela proximidade para com elas. As potencialidades a serem desenvolvidas são: o conhecimento pessoal, a capacidades de trabalho em equipe, a potencialização de diversas habilidades e a promoção de mudanças em si mesmo e na sua comunidade.

O desenvolvimento dessas potencialidades acontece por meio da formação que é realizada pelo Empodera (aqui já descrito). Alguns profissionais também participam/participaram das aulas do CRR-UFSCar e todos participaram do Evento sobre redução de danos e economia solidária realizado na UFSCar⁵⁷. No cotidiano do trabalho, esses aspectos são pensados e discutidos junto à equipe, principalmente na reunião semanal, onde cada profissional também é pensado individualmente.

A escolha e o convite para se tornarem redutores pares acontecem por parte da(s) coordenadora(s). Quando percebem que um frequentador possui um potencial de liderança para trabalhar com pessoas em situação de vulnerabilidade social, essa pessoa é convidada a

⁵⁷ Diário de Campo: 25/05/2014. “Seminário Esculpindo Pedras: Redução de Danos e Economia Solidária como alternativas não-repressivas no cuidado aos usuários de drogas”, em que a gestora da Associação também participou como palestrante.

atuar como educador par⁵⁸ e começa a trabalhar junto à equipe, fazendo parte do seu quadro de funcionários.

Nayara⁵⁹ é um dos exemplos de educadora par com significativas colaborações. Ela é ex-profissional do sexo, portadora de HIV e hepatite B, assim como teve experiência de uso problemático de drogas em certos momentos de sua vida. A educadora começou a trabalhar como redutora de danos antes mesmo da fundação da Associação “Pode Crer”. Ela possui um grande embasamento e conhecimento nessas temáticas, o que pode relacionar com a própria experiência de vida. No momento da observação participante, trabalhava como educadora no *Drop in*, realizando a “oficina de Redução de Danos”, com facilidade de estabelecer contato mais próximo com os frequentadores do espaço (esses conseguem se identificar mais com a profissional pelo seu histórico de vida).

Esse tipo de atuação assemelha-se à do Educador Popular. Por ser alguém da própria comunidade que conhece aquela realidade e está inserido nela, ele não precisa ser definido pela sua origem de classe, mas pelo seu compromisso político com as classes populares. Assim, ele não é visto como um mero transmissor de conhecimentos, ele é um agente político. É mais fácil de acessar o educando por possuir esse diferencial, pois o educador não o considera como um recipiente vazio, e a educação popular procura construir uma relação dialógica entre o educador e o educando. Estabelece-se uma nascente relação de igualdade, entre o educador e o educando, pois ele respeita e valoriza as experiências vividas pelo educando (frequentador desse espaço). Na educação popular, existe uma troca baseada no respeito e no diálogo (PEREIRA, 1999).

Existiram outras experiências de formação de redutores pares para trabalhar na Associação. No decorrer da pesquisa, entraram e saíram dois educadores pares. Um deles ajudou muito nas atividades de redução de danos na rua, por mais que seu trabalho fosse nos projetos do *Drop in* e da Casa de Passagem, pois conhecia o espaço e as pessoas, facilitando o contato inicial com novos campos. Sua fala também era muito próxima das pessoas do local, o que se devia, em parte, ao fato de ter sido usuário problemático de drogas anteriormente. Estava em situação de rua até o momento em que se tornou educador par.

Em um determinado dia, um redutor de danos falou com o educador par sobre o local onde iriam fazer as intervenções em “redução de danos (o educador par auxiliaria na entrada na comunidade). Assim que o redutor par chegou na “Pode Crer”, saímos todos juntos

⁵⁸ Embora a associação preconize um treinamento para essa função, muitas vezes este é posterior ao início das atividades de alguém como educador par.

⁵⁹ Os nomes citados nesse trabalho são fictícios a fim de resguardar a identidade dos participantes da pesquisa.

para a rua. Foi a primeira vez que Eliel, que estava há pouco tempo como educador par, retornou na “biqueira”⁶⁰ com o objetivo de ajudar os redutores a fazerem intervenções em um novo espaço. Eu estava dirigindo o carro até o local, e ele sentou-se no banco da frente comigo para abrir passagem no bairro. Ao adentrar o bairro, ele teve certa dificuldade de achar o caminho, dizendo “tô acostumado vir sempre a pé” (sic). Orientou-me a guardar o carro numa ruazinha ao lado da escola. O local era perto do “Morro dos macacos” (região do bairro São Marcos). Eliel conhecia várias pessoas do local e, quando chegamos, foi chamar dona Sofia, que tinha um barraco⁶¹ dentro de um terreno baldio. O local estava bem sujo e cheio de entulhos. Um homem nos atendeu. Sofia estava dentro da casa e falou que fazia tempo que não via Eliel. “Só vem quando tá no trecho é?” (sic). Eliel falou que estava trabalhando e morando na “Pode Crer”, estava um bom tempo sem usar drogas. Apresentou-nos à dona da casa. Um dos redutores começou a contar como funciona o projeto e a convidou para conhecer a Associação, entregaram-lhe preservativos. Com o término da conversa, Eliel continuou nos acompanhando em outros espaços⁶². Assim se fez a possibilidade de os redutores de danos adentrarem um novo espaço, com o intermédio de uma pessoa conhecida do ambiente.

Alguns percalços atravessam o trabalho de educação de pares com pessoas que estão em mesma vulnerabilidade, como as recaídas no abuso de drogas, o conflito do papel de liderança e educador *versus* o de pessoa ainda em vulnerabilidade, o enfrentamento por parte dos frequentadores que vivenciam a mesma situação anterior (mobilizando sentimentos de rivalidade em relação ao status de liderança por eles adquiridos na Associação) etc. Em muitos casos, essas dificuldades acabaram levando o educador par a desistir do seu trabalho, como nos casos de Fabiano e Eliel. Nesses dois casos, a desistência do trabalho foi motivada pela volta ao uso problemático de drogas⁶³.

Em relação às oficinas, observamos uma grande instabilidade em sua realização. As oficinas eicineiros mudavam constantemente e com frequência as oficinas não aconteciam: por não ter frequentadores, por necessidade de limpeza do espaço, por falta do educador/oficineiro, por indisponibilidade doicineiro ou simplesmente sem motivo algum aparente. Descreverei sucintamente as oficinas que pude presenciar:

⁶⁰ Biqueira é local onde se vendem drogas. Nas proximidades, existem alguns usuários de drogas, que geralmente trabalham nesse comércio ilegal.

⁶¹ Esse barraco foi demolido pouco tempo após a visita.

⁶² Diário de Campo: 13/01/2014.

⁶³ Diário de Campo: 20/12/2013 e 27/03/2014.

Oficina de artes: oficina realizada pela assistente social. Manteve-se no decorrer de todo o período do trabalho de campo, mudando apenas o dia em que ocorria, embora em alguns dias programados ela não fosse realizada. Consistia em um espaço livre com diversos materiais, mas a atividade artística não aparentava ser o objetivo principal da oficina, que parecia acontecer mais como um facilitador para aproximação entre o educador e os frequentadores. Em meio da atividade, conversavam os mais variados assuntos: expectativa da abertura da casa de passagem, brechó, assuntos pessoais etc.⁶⁴.

Nesse espaço os frequentadores podem trazer demandas relativas à própria Associação ou pessoais. Consiste num importante momento para aprendizagens, uma vez que trazem os mais diversos assuntos e também serve como espaço de cuidado, de acolhimento e encaminhamentos em saúde.

Certo dia, a assistente social aproveitou da interação com as pessoas que estavam participando da atividade (pintura de filtro de café e colagens) para realizar intervenções pessoais e encaminhamentos, como o encaminhamento psicológico para um frequentador do espaço⁶⁵.

Em mais um espaço, existe a possibilidade de uma “escuta radical” e “acolhimento incondicional” (PETUCO, 2011b), os quais permitem que os discursos e histórias surjam, promovendo a superação da “cultura do silêncio” (FREIRE, 1987), o que é muito significativo ao promover uma reflexão do educador com o educando. Em um ambiente que promove acolhimento e cuidado (com olhar diferente ao modelo biomédico), o próprio sujeito (frequentador do espaço) vai percebendo suas necessidades de saúde considerando sempre a sua liberdade de escolha (FONSECA, 2005; MARQUES; MALHEIRO, 2010; PASSOS; SOUZA, 2011). Esse sujeito não é visto somente como um usuário de drogas, que precisa de cuidado nesse aspecto, ele é visto na sua integralidade.

Oficina de Redução de Danos: realizada por uma educadora par que possui muita facilidade com assuntos sobre vulnerabilidades sociais e sexualidade. Pude presenciar algumas oficinas destas, com foco em higiene pessoal, DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e prazer sexual feminino.

Em uma das oficinas, a educadora par escolheu o tema higiene pessoal. Ela começou a citar exemplos de cuidados com a higiene. Nessa oficina, as pessoas se dispersaram muito com o assunto que lhes foi trazido. Porém, após a dispersão, uma

⁶⁴ Diário de Campo: 30/01/2014.

⁶⁵ Diário de Campo: 06/03/2014.

frequentadora pediu para a educadora orientações sobre encaminhamentos de saúde, o que abre a possibilidade de uma conversa sobre saúde e doenças sexualmente transmissíveis, um espaço para troca, conversas e aprendizagens a partir da demanda da própria frequentadora. A possibilidade de aprendizagem continua mesmo fora do tema inicialmente abordado pela oficina⁶⁶. A frequentadora pediu orientação para ir ao posto de saúde, pois precisava passar por um ginecologista. Contou do tempo que estava sem fumar crack e sem beber também e relatou sobre seu interesse em se cuidar. Desejava marcar horário com dentista também. A educadora a orientou de procurar o SAME⁶⁷ para solicitar atendimentos. As pessoas que estavam próximas começaram a falar sobre DSTs, o medo de realizar teste de HIV e a educadora continuou com as orientações⁶⁸.

Possivelmente, essa oficina não daria “certo” com seu tema inicial, porém, começou a fazer sentido aos frequentadores do espaço quando a demanda surgiu deles. Como Freire (1987, 1997) defende quando a educação é proposta a partir do educador que está estipulando conteúdos pré-estabelecidos a fim de que o educando assimile esse conhecimento, está existindo uma aproximação da “educação bancária”. Quando esse educador se coloca numa posição que considera que o educando possui conhecimentos prévios e parte dessa realidade para trabalhar, estabelecem-se aprendizagens significativas das práticas comuns desses sujeitos (FREIRE; NOGUEIRA, 1999). Foi o que aconteceu nesse episódio, a proposta educativa começa a surgir a partir da demanda dos frequentadores da Associação.

Algumas semanas após essa oficina, essa frequentadora estava aparentemente cuidando mais da própria saúde e aparência (preocupações marcantes de nossa sociedade). Apareceu na Associação com os cabelos pintados e penteados e usando uma prótese dentária⁶⁹. Podemos perceber como essas oficinas, as regras existentes e essa gestão compartilhada podem trazer transformações individuais e no grupo, uma vez que elas podem existir como possibilidade de aprendizagens. A Educação Popular existe como um esforço de mobilização e organização de classes populares (FREIRE; NOGUEIRA, 1999). Essa mudança na frequentadora pode estar acontecendo em silêncio e, muitas vezes, ter passado despercebido, porém, é uma transformação significativa de aquisição de conhecimentos e autocuidado.

No dia 25 de fevereiro de 2014, aconteceu uma oficina com temática DSTs. A educadora par iniciou a oficina e ainda existiam algumas pessoas resistentes em participar.

⁶⁶ Diário de Campo: 28/01/2014.

⁶⁷ SAME – Serviço de Assistência Municipal Especializada da cidade de Sorocaba.

⁶⁸ Diário de Campo: 28/01/2014.

⁶⁹ Diário de Campo: 24/03/2014.

Ela mostrou-me o material (um bloquinho) com informações sobre DSTs, elaborado pela Lua Nova⁷⁰, do qual participou da confecção, e também utilizou uma prótese peniana e um material (como se fosse um calendário) sobre as doenças. Nayara iniciou a oficina perguntando o que significa a sigla DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e começou a utilizar desse material com fotos e informações sobre algumas DSTs. Nesse momento, alguns frequentadores começaram a interagir com a atividade proposta. Nayara falou sobre tratamento e prevenção de: sífilis, HIV (importância do diagnóstico precoce), gonorreia, candidíase, condiloma acuminado e hepatite. Comentou das doenças mostrando fotos e falando sobre a importância do uso de preservativo (masculino ou feminino). Um dos frequentadores comentou que ouviu uma história que tem como pegar doenças dividindo canudo para cheirar cocaína, caso haja sangramento. Nayara aproveitou-se desse comentário para falar sobre o *kit sniff*⁷¹ e deu algumas orientações sobre uso menos danoso de drogas. As pessoas já estavam mais participativas na oficina. Para finalizar, Nayara pediu para as pessoas colocarem a camisinha na prótese. Os frequentadores começaram a tirar as mais diversas dúvidas e até fizeram brincadeiras. Nayara mostrou como funciona o preservativo feminino, contou suas experiências enquanto profissional do sexo. Eles possuíam muita curiosidade nas experiências dela, que, no final, pediu para as pessoas falarem sobre suas experiências⁷².

Essa facilidade de promover experiências educativas a partir de certa temática pode ser facilitada pela experiência de vida dessa educadora.

No dia 01 de abril de 2014, aconteceu a oficina sobre sexualidade e prazer: a educadora par utilizou-se de um livro para realizar essa oficina, intitulado: “O corpo erótico”. Nesse dia, participaram homens, mulheres e duas travestis. A educadora começou pela capa do livro e trabalhou alguns pontos do texto: as mudanças corporais, a importância do toque para conhecer o próprio corpo, sobre as diferentes formas de prazer, orgasmo, masturbação, fantasias sexuais etc. Tinha como foco principal o corpo da mulher e prazer feminino. Em meio da oficina, surgiram assuntos como diversidade sexual, de práticas sexuais e prevenção⁷³. Para além de considerar a realidade dos educados para conceber o ato cognoscente, essa educadora trouxe conteúdos de sua própria realidade. São conteúdos não valorizados pelo saber dominante (que só objetiva passar conteúdos que domesticem os

⁷⁰ Lua nova: associação de Sorocaba que atende jovens mães e seus filhos em situação de vulnerabilidade social e possui como objetivo principal a inserção social das jovens, inclusive a partir de ações de geração de renda.

⁷¹ *Kit sniff*: kit criado para reduzir os danos do usuário de cocaína aspirada, geralmente distribuído por instituições que trabalham a partir da proposta da Redução de Danos. Nele, contém dois cartões, caninho de silicone, soro fisiológico para limpar as narinas e um panfleto informativo.

⁷² Diário de Campo: 25/02/2014.

⁷³ Diário de Campo: 01/4/2014.

educandos). Ao trazer esses conteúdos que são invisíveis, pode promover reflexão e transformação social (FREIRE, 1987). Assim, promove a educação e novos conhecimentos a partir dos conteúdos da realidade dos próprios frequentadores (e a partir de sua demanda), ou seja, possibilita a reflexão e crítica sobre a própria vivência.

Oficina de cine-debate: foi uma oficina que passou por diversos educadores e mudanças de horário, tinha como proposta debater temas relevantes a partir de filmes. Não tive a oportunidade de presenciá-las com frequência

Acompanhei uma oficina realizada por um educador (que também era redutor de danos). Inicialmente, todos os frequentadores estavam concentrados, mas, com o tempo, todos foram dispersando. Não se tratava de um filme de ficção, ao qual as pessoas estão acostumadas a assistir sem refletir; era um filme com temáticas a serem pensadas e possuía cenas fragmentadas⁷⁴. Esse filme, não muito usual, fez com que as pessoas da Associação entrassem em contato com outro estilo de audiovisual, porém não promoveu interação. Não foi significativa aquela experiência que não era próxima à sua realidade (a discussão de questões sociais, no decorrer do filme, foi muito abstrata).

Em outro dia dessa oficina, também percebi uma falta de interação na atividade. Foi outro educador que apresentou a atividade, exibindo o filme/documentário “Pixo”, porém a maioria dormiu durante o filme⁷⁵. Ao fim da exibição, Rodrigo começou a discutir alguns pontos com um único frequentador que estava acordado e questionou se “pixação” é arte. Mesmo com o término da oficina, os dois continuaram conversando⁷⁶.

São diversos os motivos que podem estar relacionados à dificuldade de concentração e ao sono na exibição de filmes. A situação de rua, por si só, os coloca na situação de vulnerabilidade em relação à violência (tanto de outros moradores de rua ou de policiais) que eles sofrem durante as noites. Considerando que cada um pode ter seus motivos (seja o “sono atrasado” ou estar alcoolizado). Além disso, a exibição de longas-metragens pode estar dificultando o envolvimento dos frequentadores. Existe a emergência de repensar essa oficina (se existe interesse dos frequentadores, quais seus objetivos, como ela funciona etc.), até mesmo a própria motivação dos frequentadores ao realizá-la.

⁷⁴ Diário de Campo: 10/01/2014

⁷⁵ Constantemente, as pessoas dormiam ou tinham interesse de dormir dentro do *Drop in*. O sono durante o dia é decorrente da condição de rua, em razão da dificuldade de se encontrar um espaço seguro para dormir.

⁷⁶ Diário de Campo: 05/05/2014.

Oficina de cultura: um educador realizou essa oficina abordando o tema “Consciência Negra”. Iniciou-se a partir da abertura e breve apresentação do tema, que (com interação dos frequentadores) promoveu uma discussão sobre preconceito e discriminação. Na sequência, foi apresentado um filme, que dispersou um pouco a atenção das pessoas. No debate, surgiu a proposta de produzirem um fanzine sobre o dia da consciência negra⁷⁷.

Essa atividade foi muito significativa, uma vez que discutiu um assunto bastante vivenciado pelos frequentadores: o preconceito (com foco principal no racismo). Experiência que deu voz à violência de cunho racial vivenciada pela maioria dos frequentadores diariamente. Mesmo com o fato de que não foram todos os participantes que interagiram ou relataram sentir racismo em algum momento na vida, eles ouviram os relatos das pessoas que o presenciavam diariamente. Aconteceu uma importante troca de opiniões. Nessa proposta, existiu o diálogo a partir de uma relação horizontal entre os educandos e o educador (FREIRE, 1987), uma vez que a oficina praticamente aconteceu pelo relato de experiências. O filme já não foi algo tão significativo ao falar da cultura africana, pois estabelecia uma proposta educativa muito formal.

Analisando-se as oficinas como um todo, pude perceber que possuíam algumas fragilidades, no sentido da obrigatoriedade de existirem por serem estipuladas no projeto financiado do *Drop in* (obrigatoriedade essa que acabava sendo flexibilizada pelas necessidades da Associação ou pelos próprios funcionários/educadores) ou quando existiam com temas que não faziam sentido aos frequentadores. Porém, elas resistiam como novas tentativas e sempre eram repensadas.

As oficinas e outras atividades desenvolvidas pela “Pode Crer” também podem ser percebidas como propostas educativas, quando refletidas a partir de algumas bases epistemológicas desenvolvidas pelo Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas (BRASIL, 2014).

Em todas as atividades parece existir a “dialogicidade”, que possui como elemento central o diálogo a partir do estabelecimento de relações horizontal (sem hierarquias) e reconhecimento dos saberes. Esse diálogo entre o educador e educando tece uma teia de ação e reflexão. Por meio da percepção crítica estimulada por essa “dialogicidade”, instaura-se a possibilidade de romper com a situação de opressão (BRASIL, 2014).

⁷⁷ Diário de Campo: 26/11/2014

A “amorosidade” também esteve presente em diversos episódios, marcante nas oficinas de artes e no cuidado que a enfermeira teve ao falar sobre gestação com a frequentadora, e se faz relevante uma vez que o diálogo horizontal e respeitoso só acontece se o educador tiver um profundo amor ao mundo e aos homens e mulheres. A “amorosidade” existe, assim, como um compromisso para a libertação (BRASIL, 2014).

Em diversos momentos, os educadores da Associação realizaram as atividades “a partir da realidade concreta” (BRASIL, 2014) dos frequentadores do espaço ou, até mesmo, quando tinham estabelecido algo muito estruturado ou planejado, os próprios participantes colocavam questionamentos ou interagem a partir de assuntos do seu dia a dia.

Dessa forma, um dos pontos relevantes da educação se faz ao considerar o outro, respeitar ao outro, não podemos saber o que é melhor para ninguém.

A partir da visão de mundo dessa Associação, podemos perceber que sua luta e propostas de trabalho corroboram esses eixos da Educação Popular. Os próximos projetos e atividades descritos na sequência também podem estar se inspirando em alguns pressupostos desenvolvidos pela Política Nacional de Humanização e pelo Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas.

2.2. Redução de Danos

É uma prática realizada pela Associação “Pode Crer”, nas ruas de bairros periféricos ou centrais, onde se encontra uma parcela significativa de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Os redutores de danos buscam se aproximar e formar vínculos com essas pessoas a partir de insumos (como preservativos), promovendo orientação e acompanhamento de alguns casos (dentro da reunião de equipe anteriormente descrita). Rui (2012) percebe o trabalho de campo em Redução de Danos como um caminhar na direção dos usuários.

O relato de um dos redutores de danos da “Pode Crer”, em uma entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, define bem essa prática realizada na instituição:

A gente se aproxima pelo diálogo e pelo respeito. Não somos da polícia ou da igreja. Não estamos lá para tirar a pessoa das drogas, só queremos oferecer algo que foi negado a elas”, diz Fontão (reductor de danos). Para ele, como as pessoas não têm companhia, o simples diálogo facilita o vínculo. O reductor de danos aconselha, por exemplo, a deixar de usar latas para consumir o crack, substituindo o recipiente pelo cachimbo (TOLEDO, 2014).

Pude acompanhar essa atividade realizada acompanhando as intervenções voltadas para as pessoas em vulnerabilidade social, em situação de rua e profissionais do sexo nos seguintes locais:

Profissionais do sexo:

Nas intervenções de rua com as profissionais do sexo (tanto no Centro como no bairro Mangal), os redutores de danos entregam preservativos e lubrificantes, realizam acompanhamento dessas pessoas em vulnerabilidade orientando sobre a importância de fazer exames regularmente (sugerem o COAS – Centro de Atenção e Apoio Sorológico – Sorocaba) e conversam sobre suas vidas e situação profissional.

É um trabalho que visa o estabelecimento de vínculos para facilitar a prevenção de agravos à saúde, muitas vezes por meio da promoção do autocuidado por parte das profissionais do sexo. Nesse campo, os redutores abordam as profissionais do sexo com cuidado para não atrapalhar o seu trabalho.

Outra estratégia desenvolvida é a de buscar um contato mais efetivo com donos ou gerentes de pousadas, bordéis ou bares, que possuem grande vínculo com essas pessoas, para que eles sejam um ponto de apoio para as profissionais de sexo no armazenamento de uma parte desses insumos.

Pude perceber a importância das pessoas para a formação do vínculo em intervenção de redução de danos que aconteceu com as profissionais do sexo do Centro. Os redutores de danos mostravam bastante facilidade para conversar e orientar as profissionais do sexo, sempre as abordando a partir dos suprimentos (preservativo e lubrificante). Outra forma de aproximação acontecia através das donas de pousadas, que aceitavam armazenar preservativos e lubrificantes para as profissionais e até tinham alguns pôsteres do COAS⁷⁸ afixados nas entradas dos quartos. Aparentemente, as proprietárias e gerentes estavam acostumadas com a ida dos redutores para levar preservativos. Conversavam sobre o movimento e citavam alguns acontecimentos envolvendo as profissionais do sexo⁷⁹. No campo com as travestis, uma dona de restaurante e bar que possuía esse papel ajudava na aproximação com essas profissionais do sexo e dava informações sobre casos⁸⁰.

⁷⁸ COAS – Centro de Atenção e Apoio Sorológico de Sorocaba.

⁷⁹ Diário de Campo: 25/10/2013. Nesse dia, uma dona de bordel nos contou que uma das profissionais do sexo havia sido assassinada na “casa dos padres” (bordel “trash” e local de alta concentração de uso de drogas nas proximidades de onde estávamos) e outros acontecimentos com as mulheres que ali frequentavam.

⁸⁰ Diário de Campo: 13/11/2013. A dona do bar/restaurante contou sobre uma briga entre duas profissionais do sexo, na qual teve que intervir, e da sua relação com a cafetina da região.

Essas pessoas que trabalham próximas das que estão em situação de vulnerabilidade servem de apoio para que a intervenção aconteça. São pessoas que convivem diariamente com as profissionais do sexo e, muitas vezes, acabam formando um bom vínculo, propiciando um cuidado em relação à sua vulnerabilidade às DSTs e drogas. Essa dona de restaurante acaba fazendo um intercâmbio entre os redutores de danos e as travestis profissionais do sexo sobre prevenção e realização de testes. Em certo dia, estávamos saindo da casa de Dona Maria (mesmo local em que funcionava seu restaurante/bar) e ela nos contou de uma nova travesti, de aproximadamente 19 anos, que estava apavorada, pois um dos clientes tirou a “camisinha” por sacanagem durante o ato sexual. Dona Maria perguntou aos redutores se isso poderia acontecer. Eles explicaram que, provavelmente, como a menina estava de costas, ele pode ter tirado escondido, continuando a penetração. Ela aproveitou para tirar algumas dúvidas sobre sexo. Os redutores de danos passaram o endereço do COAS para Dona Maria, a fim de orientar as travestis a fazerem teste de HIV, e orientaram que em situações como esta a pessoa deve, imediatamente, procurar o Hospital Regional⁸¹.

Deste modo, existe a possibilidade de um diálogo que pode proporcionar uma aprendizagem significativa. Os conhecimentos e orientações necessários acabam chegando às profissionais do sexo de forma mais horizontal e não imposta, o que possibilita uma troca de significados e compreensão da sua realidade (FREIRE, 1987). E esses conhecimentos contribuem para um autocuidado e redução dos danos da vulnerabilidade gerada pela própria profissão, propostas advindas da Redução de Danos.

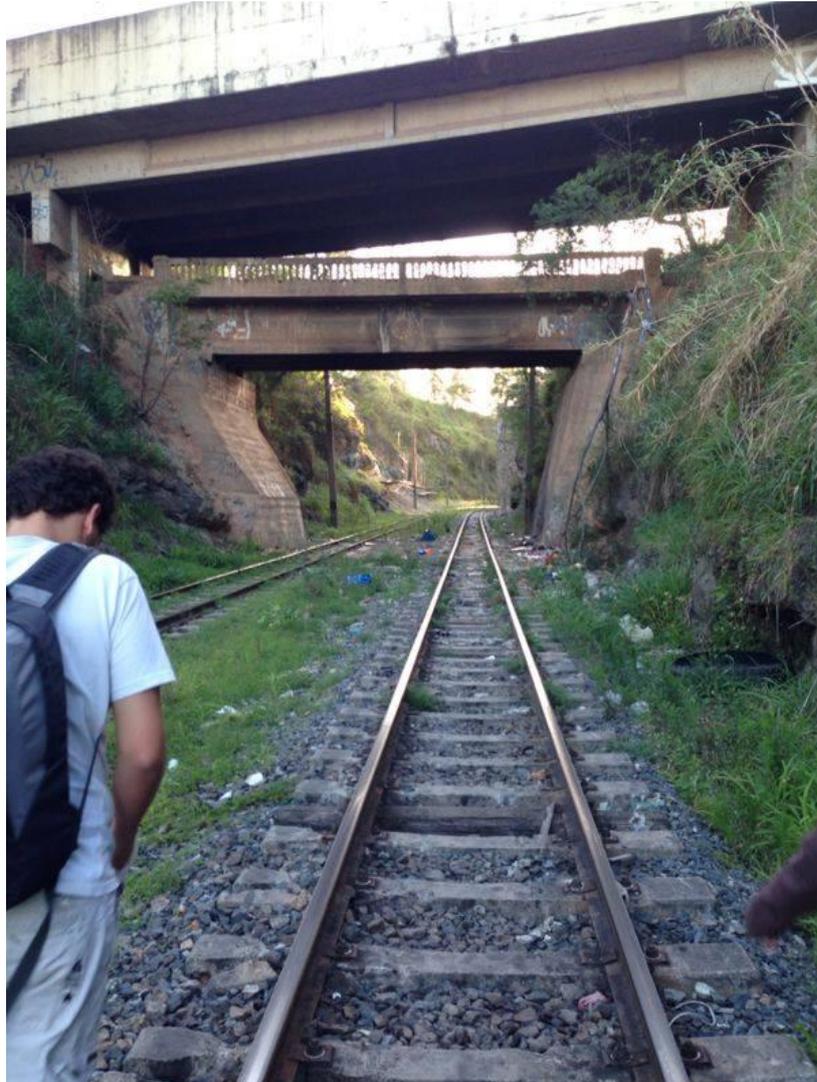
População de rua e/ou moradores de rua:

Em um dos dias, os redutores iniciaram um novo campo, a “linha de trem”. Existia um “boato” de que o local estava sendo utilizado pelos usuários de crack e até havia saído notícia em um jornal da cidade. Durante o percurso, não encontraram ninguém, somente resquícios de lixo e entulhos. Os redutores de danos pensaram na possibilidade de as pessoas terem sofrido algum tipo de repressão anterior (policial ou por parte da prefeitura) pelo fato do espaço estar vazio⁸².

⁸¹ Diário de Campo: 04/12/2013.

⁸² Diário de Campo: 28/10/2013.

Foto 3: Linha do trem: possível campo para Redução de Danos



Fonte: Foto tirada por um dos redutores de danos no dia do campo e posteriormente publicada no perfil do facebook da Associação “Pode Crer” (07/07/2014).

Rui (2012, p. 114) percebe a linha de trem como um local estratégico para o uso do crack e hibernação:

Afastada do centro da cidade, bem como dos olhares dos transeuntes e dos policiais, os usuários da droga têm ali como um local em que podem usar o crack e experienciá-lo na sua forma mais extrema e radical, nesse contínuo movimento de hibernar, dar um tempo, se cuidar e voltar a hibernar.

No caso do campo feito em Sorocaba, houve intervenções e repressão policial antes mesmo de iniciar um campo na região. Rui (2012) reconhece que algumas repressões podem ser advindas até mesmo dos comerciantes de drogas ilícitas quando percebem que os

“nóias”⁸³ estão atrapalhando. Não conseguimos identificar quem realizou a “limpeza” no local e somente pudemos levantar a hipótese de algum tipo de repressão devido aos entulhos e objetos deixados no espaço (o que mostra que existiam pessoas ali).

As intervenções em redução de danos no bairro Jardim São Marcos iniciaram-se em janeiro de 2014 e encerraram-se em julho de 2014. A escolha do local aconteceu pelos relatos dos frequentadores do *Drop in* por ali ser um local de uso de crack. Por meio da intervenção de um educador par, os redutores de danos começaram a realizar suas intervenções quinzenalmente. No primeiro dia de intervenções no Jardim São Marcos, esse educador par nos apresentou as pessoas da localidade e os espaços de uso de drogas (principalmente de crack). Conhecemos a casa de uma pessoa do local; conversamos com uma mãe e irmã que estavam procurando um jovem usuário de drogas, sumido há dias; entramos em alguns mocós e espaços de uso dentro das áreas mais arborizadas. Os redutores de danos estavam realizando um mapeamento do local para começar as intervenções em redução de danos⁸⁴.

Nesse campo, os redutores começaram a realizar intervenções com pessoas que estavam em uso de drogas, porém, com toda a cautela na aproximação e na formação de um vínculo. Observei as discrepâncias sociais na região: num mesmo local, há boas casas e barracos. Logo que entramos na rua de terra, percebemos uma movimentação. O educador pontuou: “estão todos indo fumar uma pedra. Dá pra perceber pelo andar” (sic). Dois homens que vinham em nossa direção aceitaram preservativos, percebi que estavam bem “chapados”. À frente, havia algumas crianças soltando pipas e, num matagal lateral, umas sete pessoas fumando crack, dividindo a mesma lata. Eliel e Claudio pediram licença. Uma mulher ficou envergonhada ou com medo por estar fazendo uso da droga, porém os redutores apontaram que eles não estavam ali para reprimir o uso. O educador par estava muito preocupado e comentou do cuidado “para não roubar a brisa das pessoas” (sic). Assim, entregaram preservativos e apresentaram rapidamente a Associação. Quando estávamos saindo, chegou um homem carregando uma mala. Estava sobre efeito de drogas, mas aceitou o preservativo e começou a falar da importância de se cuidar. O mesmo pediu auxílio para ser internado e os redutores explicaram sobre o funcionamento da “Pode Crer”, que não era um local de internação, mas que oferecia outro tipo de tratamento⁸⁵.

⁸³ Rótulo pejorativo para identificar usuários de crack ou outras drogas que fazem uso muito problemático e constante.

⁸⁴ Diário de Campo: 13/01/2014.

⁸⁵ Diário de Campo: 20/01/2013.

Rui (2012) reconhece que existe uma linha tênue entre promoção de direitos humanos e invasão da privacidade no campo da redução de danos, o que percebemos pelo cuidado para não “roubar a brisa”. Essa postura de cuidado e respeito com as pessoas que estão fazendo uso de drogas (quando não querem roubar a brisa e/ou não reprimir o uso de drogas) vai de encontro à humanização dos serviços em saúde (BRASIL, 2014). E a humanização é proposta comum de todos referenciais aqui citados (Educação Popular, PNH e o Marco Referencial da Educação Popular para Políticas Públicas): a Redução de Danos tem a potencialidade de humanização dos sujeitos quando lhes dá possibilidade de acesso aos direitos de escolhas e do seu próprio cuidado em relação ao uso de drogas e outras vulnerabilidades.

Já no segundo dia de intervenção no bairro Jardim São Marcos, pudemos presenciar condutas higienistas da cidade em relação às pessoas do local⁸⁶. Nesse dia, demoliram o “barraco” de uma pessoa (com quem tivemos um contato) e o expulsaram de seu espaço. Quando os redutores de danos o encontraram, ele disse que estava no camburão até o momento, pois a polícia foi chamada para tirá-lo do terreno em que morava. Contou que iriam demolir aquele espaço e ele teria que montar um “barraco” no meio das árvores⁸⁷.

Logo após, iniciou-se a construção de uma praça ao lado da escola do bairro, local antes bastante arborizado, em que as pessoas faziam uso de drogas e instalavam seus “mocós”⁸⁸. Era visível a transformação rápida do espaço, quando arrancaram as árvores e começaram a concretar o espaço, num movimento de expulsão dessas pessoas.

Esse processo de expulsão e de higienização do espaço já foi analisado nesse trabalho como um processo desencadeado por interesses financeiros e de controle do espaço urbano, além de interessante para a especulação imobiliária (BADINNI, 2005; BURGOS, 2013). A expulsão por parte dos comerciantes é um fato que não pode ser analisado em maior profundidade porque não tivemos um contato com eles no decorrer da pesquisa, porém, a repressão policial foi algo bastante perceptível e relatado pelos usuários de drogas.

Em diversos momentos, no decorrer da pesquisa de campo, podia-se perceber nas falas das pessoas em situação de rua a repressão causada pelas diversas instituições (tanto policiais quanto de atendimento por parte de instituições que trabalham com regras muito rígidas). A vinculação com a Associação “Pode Crer” muitas vezes é citada pelo respeito às

⁸⁶ O movimento de expulsão dos usuários de crack por parte do poder público era evidente. Contudo, alguns relatos dos usuários, nas entrelinhas, sugeriam que havia uma pressão anterior por parte dos comerciantes de drogas ilícitas para que saíssem dali, uma vez que sua presença gerava reclamações dos moradores do bairro.

⁸⁷ Diário de Campo: 21/01/2014.

⁸⁸ Local geralmente escondido, onde as pessoas em situação de rua guardam seus pertences, fazem uso de drogas e dormem.

individualidades, pela diferença de funcionamento e regras, e por não existir nela esse “paradigma da abstinência”. Para Passos e Souza (2011), a repressão do uso de drogas não acontece somente no discurso da lei, ela está presente nas instituições disciplinares (justiça – prisão; a psiquiatria – manicômio; e a moral religiosa – comunidades terapêuticas e fazendas terapêuticas), que operam por meio do controle das condutas desviantes a partir desse “paradigma de abstinência”. A Associação “Pode Crer” percebe a abstinência como uma direção clínica possível e não como única direção e objetivo de tratamento, por isso está intimamente baseada nos Direitos Humanos.

Em julho de 2014, os redutores de danos resolveram encerrar a intervenção em redução de danos nesse local, pois já não encontravam mais pessoas devido à “limpeza” do local.

No contato com os sujeitos do campo, “os próprios redutores também passam a estar em uma posição ambígua, ficando igualmente sujeitos aos diversos tipos de violência e vulnerabilidade a que estão expostos esses usuários” (RUI, 2012, p. 90). Além das violências pela repressão policial, os educadores pares acabam por reviver e rememorar suas experiências dos momentos de uso problemático e isso pode acarretar em consequências tanto positivas como negativas.

Ou seja, se é verdade que ao irem aos locais de uso eles podem “atrapalhar” um momento bastante íntimo da vida das pessoas atendidas, também o é o fato de que, ao fazê-lo, acabam se submetendo, durante o horário de trabalho, às mesmas condições desses usuários. Assim como esses últimos, os redutores são constantemente revistados por policiais, chamados a prestar esclarecimentos sobre o trabalho que realizam e não raramente se vêem em meio a ameaças e brigas. Dessa maneira, na ponta de atuação dos Programas, redutores e usuários estão à mercê do fluxo de constrangimentos, medos, desconfianças, amizades, solidariedades e apoios que configuram o cotidiano em locais extremos de usos também extremos de substâncias (RUI, 2012, p. 90).

Ouvi diversos relatos dos funcionários de situações que passaram, porém, em campo não pude presenciar nenhum constrangimento nesse sentido. Os redutores de danos andam uniformizados e com documentos de identificação a fim de evitar essas desventuras. Rui (2012) ainda percebe que, quando os redutores de danos estão sofrendo as mesmas adversidades (seja de adentrar os espaços ou repressões por instituições) que o usuário de drogas, esse fator pode contribuir com a proximidade e conquistar a confiança dos usuários, de grande relevância para estreitar o que chamam de vínculo.

Outro local de intervenção em redução de danos é o Centro de Sorocaba. Quinzenalmente ou uma vez por mês, os redutores de danos realizavam intervenções na praça

central e na “fila de pão” (na rua aos fundos da Catedral, onde voluntários entregam lanche para as pessoas que estão em situação de rua todas as noites, por volta das vinte horas). Numa ocasião, os redutores de danos iniciaram a intervenção na “fila do pão”. Como estava muito vazio, resolveram fazer abordagens na praça Central. Um dos abordados foi frequentador da Associação, o qual perguntou se ainda poderia retornar ao espaço. As pessoas que estavam naquela região eram abordadas a partir de insumos⁸⁹. Aparentemente, o objetivo desse campo é fazer um acompanhamento das pessoas que já frequentaram a “Pode Crer” e convidar mais pessoas ao *Drop in*.

Rui (2012) faz uma crítica aos estudiosos que percebem essa prática se transformando numa mera distribuição de insumos, uma vez que esse olhar esvazia toda sua dimensão política num contexto de luta pelos direitos humanos e de cidadania. Podemos perceber que essa entrega de insumos existe como uma forma de aproximação e de vinculação com essas pessoas. É nesse momento que os redutores de danos vão perceber se estão invadindo o espaço das pessoas, realizar aproximações, vinculação, diálogo horizontal e orientações, cuidado e aprendizagens que podem se dar em uma relação “dialógica” (FREIRE, 1987) entre redutor e pessoa em vulnerabilidade social, principalmente a partir do diálogo.

Podemos perceber a dificuldade dos redutores de danos em fazer suas intervenções e vínculos no local. Sempre que eles encontravam e iniciavam intervenções em alguma localidade com um número significativo de pessoas em vulnerabilidade quanto ao uso problemático de drogas (especialmente crack), existiam intervenções das mais diversas instâncias para expulsá-las. A construção da praça descrita no Jardim São Marcos evidencia esse fato. Em um acompanhamento do campo, um redutor de danos contou-me que seria o último dia desse campo, pois, nas últimas idas para intervenção, já não estavam encontrando ninguém no local. Realmente, haviam tirado todos os mocós da região arborizada, como uma forma de proibir o uso de drogas no local. Além disso, a praça já estava quase pronta⁹⁰.

Esses aspectos evidenciam um limite nas intervenções em redução de danos, em que os profissionais começam a sentir-se desmotivados (inclusive diminuindo o tempo das intervenções) quando não conseguem estabelecer vínculos com as pessoas de determinado local e com a perda de todo investimento em estudo do campo e intervenções.

O mais significativo na redução de danos se dá nessa abordagem respeitosa, que visa ao cuidado da pessoa sem repressão e violência, pois não pede uma abstinência ou

⁸⁹ Diário de Campo: 03/02/2014.

⁹⁰ Diário de Campo: 09/06/2014.

criminaliza os atos das pessoas. Os redutores de danos realizam uma abordagem a fim de orientar em relação aos cuidados que a pessoa pode tomar e abrir a possibilidade de um novo espaço de convivência (espaço do *Drop in*).

Enfim, a redução de danos, enquanto uma proposta que possui como uma de suas ações a orientação sobre drogas e o uso menos prejudicial dela, se faz como uma “educação sobre drogas” (ACSELRAD, 2013). Essa prática, por si só, se faz como uma proposta de educação para autonomia mais libertadora dos sujeitos, pois seu discurso não é repressivo e respeita a individualidade das pessoas. É uma proposta que traz consigo todos os elementos para existir uma “educação sobre drogas”, pois propõe conviver com as drogas de modo mais consciente.

2.3. Casa de Passagem

A Casa de Passagem é um projeto e desejo (por parte dos funcionários e frequentadores) desde a fundação da Associação. Era notório esse desejo pela fala de todos os envolvidos. A Casa de Passagem consiste num dormitório provisório para pessoas que estão com o objetivo de sair da situação de rua.

Em novembro de 2013, esse projeto começou a sair do desejo e do papel para “acontecer de verdade”. Percebi a movimentação na Associação. A ONG recebeu beliches para sua abertura. Um educador par, que frequentava a “Pode Crer” de tempos anteriores, retornou para começar a trabalhar no período noturno nesse projeto e, pelo seu relato, comecei a me inteirar sobre a Casa de Passagem⁹¹.

Com o início de seu funcionamento, várias mudanças físicas tiveram de ser realizadas na casa com ajuda e participação dos funcionários e dos frequentadores do espaço. Como vimos anteriormente, houve dias de limpeza e organização; os frequentadores montaram e arrumaram os guarda-roupas; um dos funcionários fez “carreto” dos móveis. O acontecimento mobilizou a todos, principalmente pelo fato de incluir os frequentadores na organização do espaço e seleção de pessoas para as vagas existentes. No início de janeiro de 2014, os quartos já estavam organizados para o início da Casa de Passagem, mas, mesmo antes da inauguração, já existiam algumas pessoas dormindo na casa.

Inicialmente, a Casa de Passagem iria contar com o trabalho de dois redutores pares e um educador (estagiário de psicologia), conforme constava no projeto inicial.

⁹¹ Diário de Campo: 23/11/2013.

Ocorreram mudanças em decorrência das saídas dos funcionários (um educador par saiu antes da inauguração da Casa de Passagem e outro quando já estava em funcionamento) e a Casa ficou com apenas dois funcionários em revezamento dos turnos, devido à dificuldade de financiamento para a contratação de outros, mas também porque profissionais com o perfil e formação adequados são raros.

Após todos preparativos, em parceria com a Prefeitura Municipal, no dia 03 de fevereiro de 2014 foi inaugurada a Casa de Passagem, assim noticiada na página da Associação na rede social *facebook*:

Hoje estamos inaugurando na Associação Pode Crer a casa de passagem, em parceria com secretaria de desenvolvimento social, que funcionará das 20 h as 8 h, para 8 pessoas que estão em processo de organização para saída da situação de rua! Agradecemos as doações de lençóis da associação Lua Nova e o empréstimo dos beliches pelo SOS. E que seja o primeiro de muitos outros projetos.

No perfil da coordenadora da Associação, na mesma rede social, as seguintes informações são postadas no dia 03 de fevereiro de 2014:

A Casa de Passagem Pode Crer, para quem perguntou por aqui, é um espaço de proteção transitório da pessoa em situação de rua.

O processo de saída das ruas requer tempo e adesão da pessoa que, durante sua permanência na Casa de Passagem terá oportunidade de elaborar, em conjunto com os profissionais o projeto individual de vida, favorecendo o acesso às políticas públicas setoriais visando o resgate dos vínculos familiares e ou comunitários, além de favorecer a retomada dos hábitos de organização social, o desenvolvimento de aptidões, capacidades e escolhas individuais.

Para isso, o serviço disponibilizará aos acolhidos, espaço protetivo de escuta, cuidados de higiene, alimentação, encaminhamentos, vestuário e convivência, com o estabelecimento de regras de convívio, mediação de conflitos e organização da casa. Também estão previstas oficinas culturais e corporais!

As ações também serão articuladas intersetorialmente com a Saúde e demais políticas sociais e sistema de garantia de direitos, para referenciamento e contrarreferenciamento dos usuários.

O espaço funcionará todos os dias das 20 as 8 h da manha e os frequentadores poderão permanecer no local das 14 as 20 no Drop in center!.

Nesse relato, podemos perceber novamente a presença de um Projeto Terapêutico Singular (BRASIL, 2007) sendo realizado e pensado junto ao indivíduo, o que continua mostrando o quanto as práticas da associação corroboram com os ideais da Redução de Danos, sempre buscando a humanização dos sujeitos.

As pessoas que conseguiam vaga na Casa de Passagem geralmente eram frequentadores assíduos do *Drop in* e possuíam uma grande participação dentro da casa.

Cheguei até a presenciar um caso em que o frequentador, em pouco tempo, saiu dessa hospedagem, pois conseguiu um emprego e alugou uma casa⁹².

Às vezes, os frequentadores possuíam certa dificuldade em separar os projetos da Associação, por acontecerem no mesmo local, com horários diferentes, apenas. Porém, os funcionários perceberam esse fato e planejaram intervenções para estabelecer a diferenciação dos projetos, até porque possuíam diferentes objetivos e regras.

Com o tempo, os moradores da Casa de Passagem começaram a se organizar para a casa funcionar aos fins de semana no período da tarde (dias em que não havia *Drop in*) e eles próprios se revezavam para ficar como monitores nesses dias. Um frequentador me contou que a coordenadora liberou a casa aos sábados, pois ela percebeu que, mesmo aos sábados, quando eles saíam às 8h, e só retornavam às 20h, não estavam chegando “chapados” para dormir. Assim, os deixou revezando a monitoria para que o espaço continuasse aberto enquanto não tinha funcionários em serviço⁹³.

Assim como no *Drop in*, a Casa de Passagem realizava oficinas, lanche noturno e Assembleia para refletirem, conjuntamente, sobre o funcionamento do projeto, as regras e os acontecimentos semanais. Em uma assembleia que acompanhei, estavam presentes dois educadores. Apresentei-me como pesquisadora e solicitei para participar da reunião. Os assuntos elencados, conjuntamente, para pauta, foram: saída de um educador par, uso do tanquinho, limpeza da casa, monitoria do final de semana (os educadores me explicaram que no sábado e no domingo, das 14h às 20h, a casa está liberada para os frequentadores-moradores, que ficavam responsáveis pelo espaço), cozinheiro do fim de semana, respeito ao horário (funcionamento da Casa de Passagem diferente do *Drop in*), ocorrências da semana (havia “sumido” camiseta e meias de Marcelo e toalha de Vilmar), limite do tempo do banho, privacidade e regras. As pautas surgiram tanto dos educadores quanto dos moradores⁹⁴.

A Assembleia consiste numa atividade de extrema importância (como já mencionado através do *Drop in*), pois coloca os moradores da Casa de Passagem como corresponsáveis pelo funcionamento e regras do local. Estão implicados no processo de sua organização coletiva, desde seu funcionamento nos finais de semana (no período diurno, quando não está funcionando o *Drop in*) até a resolução dos conflitos, não utilizando o espaço somente como dormitório.

⁹² Diário de Campo: 19/02/2014.

⁹³ Diário de Campo: 19/02/2014.

⁹⁴ Diário de Campo: 17/03/2014.

Em todos esses aspectos descritos da Casa de Passagem, desde sua organização conjunta com os frequentadores, na fala da coordenadora e na existência da Assembleia, percebemos a forte presença da gestão comum e da corresponsabilidade (BRASIL, 2006), aspecto muito importante para o processo de humanização, cuidado e sentimento de pertencimento ao grupo. Como anteriormente descrito, esses aspectos podem desencadear mudanças significativas nos indivíduos e estar muito relacionado a novas aprendizagens.

2.4. Intervenções extras

Tive a oportunidade de presenciar outras atividades extras realizadas pela “Pode Crer”: o “Sarau no Quintal Livre”, as oficinas na “Ocupação Jovem”, brechó, aniversariantes e a participação no Seminário.

O “Sarau no Quintal Livre” aconteceu numa sexta-feira e tinha como propósito trazer a oportunidade de fazer os frequentadores da Associação “Pode Crer” (em sua maioria em situação de rua) ocuparem outros espaços públicos, além de promover um contato com um coletivo cultural⁹⁵. Poucos frequentadores do espaço participaram desse evento, só estavam presentes dois frequentadores, os demais presentes eram os funcionários e conhecidos: a médica infectologista, a psicóloga coordenadora, seis funcionários, um ex-funcionário e um psicólogo conhecido de um dos funcionários. Além deles, os responsáveis pela casa de cultura também estavam no local. Um dos frequentadores do *Drop in* apresentou suas poesias. Os que participaram puderam ler suas poesias, cantar e interagir com as pessoas⁹⁶.

As festas de datas comemorativas são atividades realizadas dentro do *Drop in*. Pude presenciar e participar das festas de Natal, algumas festas de aniversário e a Festa Junina. Essas festas são organizadas coletivamente, principalmente com doação de alimentos por parte dos funcionários ou conhecidos. É um espaço de confraternização e trocas, em que os frequentadores participam ativamente. Na Festa Junina, os próprios frequentadores escolheram a música ambiente (Rap). No Natal, foi realizada uma dinâmica de grupo e depois os frequentadores passaram a escolher músicas para cantar no Karaokê. Lembro-me que cheguei à festa de Natal às 15 horas e a coordenadora estava preocupada com a quantidade de comida. Pediu para que comprassem mais, mesmo parecendo ser desnecessário. A casa estava lotada. Já no início da festa, os frequentadores estavam cantando no Karaokê. Na sequência,

⁹⁵ Quintal Livre é um espaço cultural na cidade de Sorocaba, que surgiu nas manifestações de junho de 2013, e tem por objetivo promover as mais variadas manifestações culturais. Os encontros geralmente acontecem às quintas-feiras em uma casa no centro da cidade.

⁹⁶ Diário de Campo: 06/12/2013.

Marta realizou uma dinâmica para presentear os frequentadores da Pode Crer. A dinâmica funcionou da seguinte maneira: iniciou dando um presente para um frequentador, esse tinha que ler a qualidade que estava descrita na caixa e entregar à pessoa que possuísse tal qualidade (existiam diversas caixas uma dentro da outra). Na última mensagem, existia a qualidade “humildade” e a pessoa escolhida decidiu dividir o presente com todos. Após essa dinâmica, que demorou em torno de uma hora, a refeição iniciou-se⁹⁷.

Os funcionários e frequentadores também se organizam para a realização dos aniversários. No aniversário da coordenadora, as pessoas da “Pode Crer” organizaram uma festa surpresa e postaram fotos no *facebook*⁹⁸.

No dia 01 de fevereiro de 2014, três funcionários levaram dois frequentadores numa peça de teatro em Araçoiaba, por iniciativa dos próprios educadores da Associação. A possibilidade de ocupação de outros espaços é algo muito significativo para essa população e carrega muitas aprendizagens, não somente pelas informações às quais ficam expostos, mas principalmente pelo que essas atividades culturais trazem como aprendizagens de vida, de pertencimento aos espaços, de reconhecimento de si como sujeitos de direitos, dentre outras. Na segunda, o frequentador (que assistiu à peça teatral) me cumprimentou e relatou sobre a experiência de assistir ao teatro de rua “Aqui não, senhor patrão”, que foi exibido na praça de Araçoiaba da Serra⁹⁹.

Depois desse evento, encontrei esses frequentadores em outros espaços públicos de Sorocaba, participando das atividades oferecidas (SESC). Em 18 de janeiro de 2013 (sábado), realizaram um brechó como forma de obter renda por meio da venda de roupas que a Associação recebeu como doação. A partir desse evento, esse brechó se tornou permanente e a renda era administrada pelos próprios frequentadores, que ficaram responsáveis pela organização.

No dia 12 de abril de 2014 aconteceu o projeto Ocupação Jovem¹⁰⁰, evento em que a Associação “Pode Crer” participou com uma tenda com a temática “Política sobre Drogas”, onde eram feitas orientações e distribuição de preservativos. Nesse mesmo local, a coordenadora organizou uma “roda de conversa” sobre prevenção e drogas. Na “roda de conversa”, participaram alguns educadores da “Pode Crer” e cinco jovens que estavam no evento. No decorrer da conversa, chegaram mais pessoas, inclusive um jovem de

⁹⁷ Diário de Campo: 20/12/2013.

⁹⁸ Diário de Campo: 24/01/2014.

⁹⁹ Diário de Campo: 03/02/2014.

¹⁰⁰ Projeto em parceria com a Prefeitura Municipal que tem como objetivo possibilitar trocas, valorizar o jovem artista sorocabano, estimular a produção cultural e a sua visualização.

aproximadamente 18 anos, que era morador de rua. Marta falou sobre redução de danos, modos de prevenção ao uso problemático de drogas, alguns mitos sobre drogas e sobre as diferenças entre uso, abuso e dependência. Esse jovem em situação de rua participou contando sobre suas experiências, vivências, relações com familiares e drogas. Até esse momento, não era frequentador da “Pode Crer”, mas, na “roda de conversa”, participou ativamente¹⁰¹.

Esse encontro, além de promover aprendizagens para pessoas que não conheciam sobre Redução de Danos a partir do diálogo (BRASIL, 2014), também propiciou um espaço de acolhimento para Lucas, que, a partir desse dia, começou a frequentar a Associação, conseguindo posteriormente, inclusive, vaga na Casa de Passagem.

No dia 20 de junho de 2014, aconteceu o “Seminário Esculpindo Pedras: Redução de Danos e Economia Solidária como alternativas não-repressivas no cuidado aos usuários de drogas”. Nesse dia, todos os funcionários (psicóloga, assistente social, educadores, redutores de danos e coordenadora) participaram do evento. O *Drop in* ficou sob responsabilidade de um frequentador. O evento foi realizado na UFSCar – campus Sorocaba, com duas mesas redondas intituladas: “Economia Solidária na atenção aos usuários de drogas: diálogos possíveis” e “Reduzindo danos e aumentando autonomias”. A coordenadora da Associação foi uma das palestrantes que compunha a segunda mesa¹⁰².

Além de contribuir na formação dos profissionais, por meio do contato com produções acadêmicas ou outras práticas, esses eventos servem como forma de divulgação do trabalho que está sendo realizado, permitindo a tão importante visibilização da Redução de Danos e “credibilização” das práticas locais (SANTOS, 2006).

Essas atividades extras, muitas vezes fora do ambiente da “Pode Crer”, podem contribuir em diversos aspectos, principalmente no sentimento de humanização. Para Freire (1997), a educação, quando não ao encontro com os ideais conservadores, possui uma finalidade humanista.

Todas essas atividades aqui descritas podem ser consideradas propostas educativas, uma vez que a educação está presente em todos os ambientes, inclusive os não-escolares. Além disso, entendendo o objetivo principal da Educação Popular como um “ato político” (FREIRE; NOGUEIRA, 1999; MACIEL, 2011), percebo o quanto essas atividades miram algo além dos conteúdos aprendidos (que, muitas vezes, nem são vistos como objetivos), visando fazer com que essas pessoas se percebam como sujeitos de direitos e lutem por seus interesses.

¹⁰¹ Diário de Campo: 12/04/2014.

¹⁰² Diário de Campo: 20/06/2014.

3. ALGUMAS APRENDIZAGENS

Esse trabalho de descrição das atividades desenvolvidas pela Associação “Pode Crer” pode ser percebido como uma proposta de resistência aos modelos de controle instituídos. Ela consiste em uma experiência local que está sendo produzida como ausente, mas que existe, sendo por isso importante dar visibilidade para que possa servir como inspiração para novas práticas de resistência. (SANTOS, 2006).

Santos (2006) percebe o quanto a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Esta riqueza social está sendo “desperdiçada”; é preciso combater o desperdício das experiências, dando visibilidade às iniciativas e aos movimentos alternativos; e, para lhes dar credibilidade, pouco serve recorrer à Ciência Social tal como conhecemos, pois acaba por escondê-las ou desacreditá-las. Aí existe a potencialidade desse trabalho.

Precisamos de instituições, pessoas e educação que não sejam estáticas, que reflitam sobre a sociedade e se modifiquem de acordo com as emergências. E a Associação “Pode Crer” assume esse papel enquanto promove educação a partir das atividades que desenvolve, sempre considerando as demandas mais emergentes.

As atividades desenvolvidas pela Associação foram divididas em quatro partes - *Drop in*, Redução de Danos, Casa de Passagem e Intervenções Extras - para facilitar a descrição e a compreensão das propostas, que não são atividades desarticuladas, muito pelo contrário: são desenvolvidas com a participação de todos os profissionais e frequentadores do espaço.

Nessa participação de todos agentes envolvidos, existem aspectos relevantes do trabalho realizado pela Associação, como a gestão comum e a corresponsabilidade. Ambos os aspectos são defendidos pelos pressupostos do PNH e da Redução de Danos. Esses aspectos encontram-se associados, pois, a partir do momento em que todos participam das regras da Associação e se organizam para funcionar (gestão comum), se tornam responsáveis tanto em relação ao espaço quanto de si próprios (corresponsabilidade).

Para que esses aspectos estejam acontecendo, é preciso que exista o diálogo (característica importante para que haja Educação Popular) a partir da participação na Assembleia, na reunião de equipe ou no contato particular. Um diálogo em que exista uma relação horizontal e, assim, favorecendo a dialogicidade (FREIRE, 1987). Esse diálogo e a dialogicidade são marcantes nas diversas atividades desenvolvidas: nas oficinas, no contato com pessoas em campo da redução de danos, no dia a dia da organização do espaço, na

relação entre funcionário/frequentadores, frequentadores/frequentadores e funcionários/funcionários.

A possibilidade desse diálogo pode favorecer o que Petuco (2011b) chama de “acolhimento incondicional” e “escuta radical”, duas contribuições da Educação Popular, nas quais se oferece um espaço mais humanizado aos usuários de drogas e, ao mesmo tempo, permitem que cada indivíduo expresse tanto os discursos permitidos como os interditos sobre sua relação com as drogas.

Outras características também apareceram nessa análise das atividades, como a ambiência do espaço (BRASIL, 2010), que se faz diferente dos padrões estabelecidos para outros ambientes de saúde e que foi objeto de controle por parte da vigilância sanitária. Também é marcante a presença dos demais pressupostos defendidos pela Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2007) de clínica ampliada e o projeto terapêutico singular.

Podemos perceber algumas mudanças nos frequentadores do espaço que participam das atividades desenvolvidas, como quando alguns em situação de rua reconhecem que podem frequentar os espaços públicos e as atividades disponibilizadas (o teatro de rua ou o SESC) e/ou quando eles se organizam para organizar o espaço da Casa de Passagem, entre outras.

Através da descrição das atividades desenvolvidas e dos pressupostos que embasam o trabalho da “Pode Crer”, é possível perceber que a visão de Educação que está presente nessa Associação aproxima-se da “educação popular em saúde”, a qual valoriza os saberes que são desprezados pelo modelo “tradicional” (PETUCO, 2010), e da “educação para autonomia” sobre drogas (ASCELRAD, 2013), pois promove um pensar sobre drogas no lugar de estratégias de repressão e medo (oriundas dos modelos voltados à abstinência). Nesse local, ela não traz somente reflexões sobre drogas, mas os mais diversos conteúdos de suas vivências: sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, geração de renda, sociedade capitalista, movimentos sociais (como o exemplo do MST), higiene e limpeza, preconceitos e repressão etc.

Por serem atividades e propostas de uma Associação que percebe seus frequentadores a partir do olhar da Redução de Danos destinada às pessoas que não querem ou não conseguem parar de usar drogas, não almejam a abstinência como um objetivo principal, possuindo, assim, um profundo respeito ao indivíduo, que é visto em sua integralidade, não apenas como um usuário de drogas (um nóia). A humanização é um ponto comum desses referenciais utilizados para a compreensão das atividades pensadas pela

Redução de Danos, por Paulo Freire (inclusive como um alcance pela Educação Popular) e pela Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2004).

A Associação possibilita processos educativos voltados para emancipação dos envolvidos e para o questionamento aos modelos hegemônicos (tanto de educação “tradicional” como de outras visões repressivas) presentes na sociedade, com um potencial de “estimular nosso corpo vibrátil a sair do coma” (ROLNIK, 2004). Essa educação traz um grande potencial de reacender a “chama da esperança” (PEREIRA; PEREIRA, 2010) a partir do resgate da participação social das classes populares para a construção de um mundo humano.

No trabalho, também existiram alguns limites. O trabalho a partir da observação participante trouxe grandes contribuições na minha percepção (como pesquisadora) da realidade pesquisada, buscando articulá-la com a Educação. Faltou, contudo, um *feedback* por meio de uma devolutiva aos sujeitos da Associação. Essa devolutiva auxiliaria numa melhor compreensão do trabalho realizado pela Associação, articulando com as compreensões dessa pesquisa. Esse *feedback* será realizado o mais breve possível, porém não entrará como contribuição nesse trabalho.

Esse estudo corrobora, dessa forma, a visão de Minayo (2004), que percebe que a pesquisa em ciências humanas é uma aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota. Assim, o trabalho traz algumas contribuições desse momento pesquisado e não respostas definitivas, dele surgem novas inquietações: Quais outras contribuições podem existir em um trabalho a partir da Redução de Danos? Como esses sujeitos (educadores e funcionários) percebem essas experiências? Eles percebem a educação nas propostas desenvolvidas? Quais são os possíveis ganhos com essas propostas? Como instigar a investigação das outras práticas que estão acontecendo na invisibilidade?

Estudos sobre as propostas em redução de danos se fazem relevantes uma vez que trabalham de forma humana com pessoas que estão vivendo na invisibilidade ou sob fortes discriminações em decorrência da sua condição e do uso problemático de drogas. Existe uma proposta e uma possibilidade de profundo respeito e, conseqüentemente, transformações na vida dos que entram em contato com redução de danos. Assim, faz-se relevante estudos da área para uma maior credibilidade e visibilidade dessas propostas, principalmente no sentido de revelar as articulações com a educação.

4. REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Gilberta. Drogas, educação para autonomia como garantia de direitos. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63 (Edição Especial), p. 96-104, out./dez. 2013.
- BADINNI, Cássia Marina. Saúde Pública e Poder Local: Sorocaba no século XIX. **Mneme: revista de humanidades**, Caicó, v. 07, n. 17, p. 31-48, ago./set. 2005.
- BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Nelaide (Org.). **Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.
- BLEGER, José. **Temas de psicologia: entrevista e grupos**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Articulação Social e Mobilização Cidadã. **Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- _____. **Clínica Ampliada, Equipe de Referência e Projeto Terapêutico Singular**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.
- _____. **HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- _____. **HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BURGOS, Rosalina. Valorização do espaço e segregação socioespacial na cidade de Sorocaba: implicações na vida cotidiana. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – EGAL, 14., 2013, Lima. **Anais...**, 2013. v. 1. p. 1-20.
- CALDEIRA, Adriana; GARCIA, Marcos Roberto Vieira; MENDONÇA, Viviane Melo de. Implantação do CRR-UFSCar -Sorocaba . In: GARCIA, Marcos Roberto Vieira; OSHIMA-FRANCO, Yoko. (Org.). **Usuários de drogas: da visibilidade ao acolhimento**. Sorocaba: Eduniso, 2013. v. 1, p. 11-37.
- CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Outubro**, São Paulo, v. 6, p. 115-128, 2002.
- COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, [S.l.], n. 4, dez. 2005. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba tem 637.187 habitantes, segundo IBGE. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 28 ago. 2014. Disponível em:

<<http://www.cruzeirosul.inf.br/materia/566941/sorocaba-tem-637187-habitantes-segundo-ibge>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

CRUZ, Talita Anunciação da; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Sexualidade e uso de drogas entre a população jovem em situação de rua de Sorocaba. In: GARCIA, Marcos Roberto Vieira; OSHIMA-FRANCO, Yoko. (Org.). **Usuários de drogas: da visibilidade ao acolhimento**. Sorocaba: Eduniso, 2013. v. 1, p. 203-246.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: uma etnografia da exclusão social**. 1998. 290 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

FONSECA, Elise Massard da. **Políticas de redução de danos ao uso de drogas: o contexto internacional e uma análise preliminar dos programas brasileiros**. 2005. 290 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. Papel da educação na humanização. **Revista da Faculdade de Educação do Estado da Bahia**, Salvador, ano 13, v. 7, p. 9-32, jan./jun. 1997.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a educação popular. **Proposta: revista trimestral de debate da Fase**, Rio de Janeiro, p. 21- 27, 2014.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. A mortalidade nos manicômios da região de Sorocaba e a possibilidade da investigação de violações de direitos humanos no campo da saúde mental por meio do acesso aos bancos de dados públicos. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 12, n. 23, jan. 2012. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2014.

_____. Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 dez. 2014.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai./ago. 2004.

HAINZ, Carine Goto; DUARTE, Carolina Gomes; GARCIA JR, Sérgio Augusto. Movimento em FLAMAS: o fórum de luta antimanicomial de Sorocaba. In: MARTINS, Marcos Francisco (Org.). **História dos movimentos sociais de Sorocaba**. Holambra: Editora Setembro, 2012. p. 361-372.

LEMKE, Ruben Artur; SILVA, Rosane Azevedo Neves. Itinerários de construção de uma lógica territorial do cuidado. **Psicologia & Saúde**, Belo Horizonte, v. 25 p. 9-20, 2013.

LIBERALESSO, Rita de Cássia Borges; GRABAUSKA, Claiton José. Educação popular e educação social de rua: construindo aproximações. **Centro de Educação**, [S.l.], n. 23, 2004. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/a9.htm>> Acesso em: 04 jul. 2013.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/196/70>> Acesso em: 22 jul. 2014.

MARQUES, Amanda; MALHEIRO; Luana. Redução de danos: uma estratégia construída para além dos muros institucionais. In: NERY FILHO, Antonio; VALÉRIO, Andréa Leite Ribeiro (Org.). **Módulo para capacitação dos profissionais do projeto consultório de rua**. Brasília: SENAD; Salvador: CETAD, 2010. p 49-53.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Frankling. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 47-58, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a07v16n2>>. Acesso em: 09 set. de 2014.

MEIRELLES, Marta Maria; GONÇALVES, Vilma Lucia Carmona. Pode Crer: um espaço para todos. In: MARTINS, Marcos Francisco (Org.). **História dos movimentos sociais de Sorocaba**. Holambra: Editora Setembro, 2012. p. 361-372.

META INSTITUTO DE PESQUISA DE OPINIÃO. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: SAGI; Meta, 2008.

MILANESE, Efreim. **Tratamento comunitário**: manual de trabalho I. São Paulo: Instituto Empodera, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, Maristela. O modelo de atenção integral à saúde para tratamento de problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: percepções de usuários, acompanhantes e profissionais. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, fev. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jan. 2015.

NERY FILHO, Antonio. Porque os humanos usam drogas? In: NERY FILHO, Antonio; VALÉRIO, Andréa Leite Ribeiro (Org.). **Módulo para capacitação dos profissionais do projeto consultório de rua**. Brasília: SENAD; Salvador: CETAD, 2010. p. 11-16.

PAES, Paulo Cesar Duarte. **Ensino e aprendizagem na prática de Redução de Danos**. 2006. 324 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a17v23n1.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira. **Educação Popular**: uma experiência no cenário dos anos 90. 1999. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40, p. 72-89, dez. de 2010.

PETUCO, Dênis Roberto da Silva. **Entre imagens e palavras**: o discurso de uma campanha de prevenção ao crack. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011a.

PETUCO, Dênis Roberto da Silva. O cuidado de pessoas que usam drogas: contribuições de uma Redução de Danos fecundada pela Educação Popular. In: SEMINÁRIO NACIONAL PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBJETIVIDADE, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2011b. p. 175-186. Disponível em: <<http://denispetuco.blogspot.com.br/2010/12/o-cuidado-de-pessoas-que-usam-drogas.html>> Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Educação Popular em Saúde e o cuidado de pessoas que usam álcool e outras drogas. In: MORAES, Maristela; CASTRO, Ricardo; PETUCO, Denis Roberto da Silva. (Org.). **Gênero e drogas**: contribuições para uma atenção integral à saúde. Recife: Instituto Papai, 2010. p. 21-27.

ROLNIK, Suely. "Fale com ele" ou como tratar o corpo vibrátil em coma. In: FONSECA Tânia Mara Galli; ENGELMAN, Selda. (Org.). **Corpo, arte e clínica**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

_____. Pensamento, corpo e devir. **Caderno de Subjetividade**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 241-251, set./fev. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

RONCHI, Juliana Peterle. **Ambiência e saúde mental**: um estudo no CAPSi de Vitória - ES. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Editora Hucitec/Rede Rua, 2005.

RUI, Taniele. **Corpos Abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006.

SANTOS FILHO, Serafim Barbosa; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; GOMES, Rafael da Silveira. A Política Nacional de Humanização como política que se faz no processo de trabalho em saúde. **Interface**: Comunicação, Saúde, Educação, v. 13, supl. 1, p. 603-13, 2009.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais. **Censo da população em situação de rua na municipalidade de São Paulo**. São Paulo, 2011.

SILVA, Daniele Cristina da Rocha e; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Migrando igual nômade: um estudo sobre a trajetória de vida da população jovem em situação de rua de Sorocaba. In: GARCIA, Marcos Roberto Vieira; OSHIMA-FRANCO, Yoko. (Org.). **Usuários de drogas**: da visibilidade ao acolhimento. Sorocaba: Eduniso, 2013. v. 1, p. 247-268.

TOLEDO, Luiz Fernando. Redução de Danos é alternativa no combate às drogas. **Jornal Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 jun. 2014. Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,reducao-de-danos-e-alternativa-no-combate-as-drogas,1505472>> Acesso em: 20 jul. 2014.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 63, fev. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2015.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa (Org.). **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.

WODAK, Alex. Redução de danos e programas de trocas de seringas. In: BASTOS F.; MESQUITA, F.; MARQUES, L. (Org.). **Trocas de seringas**: drogas e Aids. Ciência, debate e saúde pública. Brasília: Ministério da Saúde, 1998. p. 55-72.